VOLUME 1

SÉRIE
CHARLES
BAZERMAN

Charles Bazerman

Gêneros Textuais, Tipificação e Interação

2ª edição

Angela Paiva Dionisio
Judith Chambliss Hoffnagel
[org.]

Angela Paiva Dionisio
Judith Chambliss Hoffnagel
[org.]

SÉRIE
CHARLES
BAZERMAN

VOLUME 1

Charles Bazerman

Gêneros Textuais, Tipificação e Interação

2ª edição

Pipa Comunicação
Recife, 2020

AGRADECIMENTOS

Nós gostaríamos de agradecer às editoras listadas abaixo a permissão para traduzir para português e publicar no Brasil os seguintes textos:

Speech Acts, Genres, and Activity Systems: How Texts Organize Activity and People, publicado em What Writing Does and How It Does It: An Introduction to Analyzing Texts and Textual Practices, editado por Charles Bazerman e Paul Prior, Lawrence Erlbaum Associates, New Jersey, 2004: 309-339.

Singular utterances: realizing local activities through typified forms in typified circumstances, publicado em Analysing the Discourses of Professional Genres, editado por Anna Trosberg, Amsterdam, Benjamins, 1999: 25-40.

Letters and the Social Grounding of Differentiated Genres, publicado em Letter Writing as a Social Practice, editado por David Barton e Nigel Hall, Amsterdam, John Benjamins, 2000: 15-30.

Genre and Identity: citizenship in the Age of the Internet and the Age of Global Capitalism, publicado em Ideologies of Genre, editado por Richard Coe. Hampton, Hampton Press, 2002: 15-30.

Discursively Structured Activities, publicado em Mind, Culture and Activity 4:4 (1997): 296-308.

As organizadoras

APRESENTAÇÃO DO AUTOR

Estudiosos do letramento e professores no Brasil e em todo o mundo lusófono reconhecem o complexo vínculo social-psicológico-linguístico que se forma quando as pessoas reconhecem e usam gêneros em cada ato de leitura e escrita. Estou muito grato que os livros desta coleção tenham contribuído para essa discussão interdisciplinar que tem reunido as muitas vertentes de pesquisas sobre gêneros que antes existiam em separado, mas que agora estão sendo integradas. No meu trabalho, tenho me esforçado em avançar nessa integração nos níveis da teoria, das pesquisas empíricas e do ensino, bem como em mostrar como esses três níveis são em si mesmos conectados. Nossas ideias devem ser alicerçadas no que descobrimos nos mundos social e material e nossa prática deve ser guiada pelas fortes ideias que desenvolvemos. Por sua vez, a experiência prática de ensinar e escrever fornece importante conhecimento sobre como as pessoas escrevem e aprendem, nos dando novas direções para pesquisar e teorizar.

Espero que a reedição destes trabalhos, em versão eletrônica, continue a ser útil na medida em que novos estudiosos contribuem e transformam a nossa compreensão da escrita. Nossas formas e práticas da escrita estão sempre se ampliando, informadas por nossa compreensão cada vez maior a respeito dela e em resposta às mudanças nas condições e nas oportunidades de nossas vidas e da tecnologia.

Agradeço a Angela Paiva Dionisio e a Judith Chambliss Hoffnagel por possibilitarem as edições impressas e eletrônicas desses trabalhos. Registro meu reconhecimento a Editora Cortez pelas edições impressas dos meus trabalhos no Brasil. Neste momento, fico especialmente feliz com o interesse do Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da UFCG, da Editora da Universidade Federal de Campina Grande e da Pipa Comunicação em socializarem os meus livros gratuitamente para a comunidade acadêmica.

Charles Bazerman,

Santa Barbara, setembro de 2020.

SÉRIE
CHARLES
BAZERMAN

APRESENTAÇÃO DA SÉRIE

Angela Paiva Dionisio
Benedito Gomes Bezerra
Denise Lino de Araújo
José Hélder Pinheiro
Judith ChamblissHoffnagel
Maria Augusta Reinaldo
Maria Auxiliadora Bezerra
Suzana Leite Cortez
[org.]

Há uma década e meia, com a publicação de *Gêneros textuais, tipificação e interação* (2005), o público brasileiro era apresentado à obra de Charles Bazerman traduzida em língua portuguesa. Nos anos seguintes, sucederam-se *Gênero, agência e escrita* (2006) e *Escrita, gênero e interação social* (2007). Esses três volumes rapidamente se tornaram leitura obrigatória para os estudos de gênero sob uma perspectiva retórica e sociológica.

Reeditados como *Série Charles Bazerman*, os tão apreciados volumes agora materializam o desejo do autor em disponibilizar suas obras para acesso gratuito, ao mesmo

tempo em que celebram os 15 anos da edição inaugural de seus trabalhos em língua portuguesa, quando o primeiro livro foi impresso e publicado pela editora Cortez.

Em fevereiro de 2005, na apresentação do primeiro livro do Prof. Charles Bazerman em língua portuguesa, o já referido *Gêneros textuais, tipificação e interação*, Luiz Antônio Marcuschi afirmava que aquela publicação deveria "significar uma oxigenação na reflexão teórica e na atividade de ensino", uma vez que os "textos introduzem uma extensa série de autores e posições pouco conhecidos entre nós". (2005, p.9). Em resenha sobre o referido livro, ainda em 2005, Francisco Gomes de Mattos, além da obra, ressalta o autor, como "um cientista-educador acima de tudo humanizador, em suas palavras e em sua afetiva presença entre nós" (DELTA, volume 21, ano 2005). Ambos estavam certos, pois, em 2020, quinze anos depois, este livro ocupa o terceiro lugar entre as citações do Bazerman, no Google Acadêmico.

No segundo volume, *Gênero, agência e escrita* (2006), Bazerman abre o primeiro capítulo com a célebre e muitas vezes referida definição de gêneros como "formas de vida, modos de ser [...] *frames* para a ação social [...] ambientes para a aprendizagem [...] os lugares em que o sentido é construído [...] os lugares familiares para onde nos dirigimos para criar ações comunicativas inteligíveis uns com os outros e [...] as placas de sinalização que utilizamos para explorar o não familiar". Esse volume, como sinaliza a

introdução feita pelo próprio autor, dedica maior atenção a questões relativas ao ensino e ao estudante, que Bazerman define como um agente "passando pelas escolas para aumentar suas possibilidades de ter sucesso na vida e de contribuir com a sociedade". São mais nove textos de Charles Bazerman disponibilizados ao público brasileiro, com um enorme potencial de continuar dinamizando os estudos de gênero realizados no país.

Já o terceiro volume da coleção, *Escrita, gênero e interação social* (2007), oferece à comunidade acadêmica a tradução em língua portuguesa de mais seis importantes ensaios de Charles Bazerman. Nesse terceiro volume, a ênfase inicial se coloca nos estudos de letramentos e se estende por outros temas caros à perspectiva retórica do autor. O gênero é, mais uma vez, uma categoria que perpassa esses estudos que abrangem temas como o papel da escrita na organização social, a intertextualidade, a intersubjetividade, o *kairós,* a teoria literária e a interdisciplinaridade, entre outras questões suscitadas e abordadas com maestria por Bazerman. Assim, o volume, ao se integrar à coleção, contribui para um olhar mais abrangente sobre aspectos fundamentais da cultura letrada e do papel do gênero em sua constituição.

Em mapeamento recente, sobre interlocuções teóricas em estudos de gênero no Brasil, Bezerra e Pimentel (2019) constataram que Charles Bazerman, ao lado de Carolyn Miller, é autor de base em 34 teses e dissertações desen-

volvidas entre 2000 e 2016 no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), um dos primeiros centros de pesquisa a receber Bazerman no Brasil. O dado é apenas um indício da popularidade e da centralidade de Charles Bazerman em pesquisas hoje desenvolvidas no país. Os autores da investigação defendem que há no Brasil uma tendência ao diálogo entre diferentes abordagens sobre gênero e também à interlocução entre estas e teorias dedicadas a outros aspectos da linguagem. No caso específico das pesquisas do PPGL, "por exemplo, as teorias de Miller e Bazerman foram utilizadas em combinação com os trabalhos de Gunther Kress e Theo Van Leeuwen ou com a obra de Dominique Maingueneau, entre outras possibilidades" (2019, p. 12).

Nesse intercâmbio, a obra de Bazerman, ao longo destes quinze anos, consolidou, no Brasil, uma abordagem dedicada ao estudo de gêneros que aqui é apresentada de forma integral e amplamente acessível aos leitores. Nossa gratidão, portanto, ao autor e a todos aqueles que, debatendo e discutindo a obra de Charles Bazerman ao longo desses anos, contribuíram para (fazer avançar) a pesquisa de gêneros no Brasil.

Referências

BEZERRA, Benedito Gomes; PIMENTEL, Renato Lira. Interlocuções teóricas nos estudos de gênero: um estudo de caso sob o prisma da complexidade. *Revista Investigações*, Recife, v. 33, n. 2, p. 1-24, 2020.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Apresentação*. *In*: BAZERMAN, Charles. *Gênero, agência e escrita*. São Paulo: Cortez, 2005.

MATOS, Francisco Gomes de. Notas sobre livros/booknotes. *DELTA*, 21, 2, p. 325-326, 2005.

VOLUME 1

Gêneros Textuais Tipificação e Interação

2ª edição

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea de textos do linguista norte-americano Charles Bazerman deverá significar para os estudiosos brasileiros de gêneros textuais uma oxigenação na reflexão teórica e na atividade de ensino. Trata-se de uma enriquecedora contribuição ao lado das tradições teóricas formais, sociodiscursivas, funcionalistas, sociointerativas e didático-pedagógicas existentes entre nós. Os textos introduzem uma extensa série de autores e posições pouco conhecidos entre nós, o que por si só já vale a leitura. Nesta obra, o debate sobre as formas textuais típicas de cada atividade social amplia-se para além das fronteiras já conhecidas e recebe uma renovação de tratamento não apenas teórica, mas temática e metodológica.

Bazerman notabiliza-se por sua preocupação com as formas de letramento social e o ensino da escrita no contexto dos usos reais da língua, ultrapassando o aspecto formal, sem ignorá-lo. Enquanto teórico, Bazerman segue como fio condutor a perspectiva sociointerativa fortemente vinculada ao aspecto histórico e cultural no contexto da linguística aplicada com ênfase na produção e no uso de conhecimentos retóricos. Ressalta, nestes ensaios, o agudo senso antropológico e sociológico. Não é por acaso que trabalha num Departamento de Educação na Universidade da Califórnia em Santa Bárbara, nos EUA.

Filia-se à escola de gêneros na linha da nova retórica de base pragmática com um pé na filosofia analítica. O núcleo da observação parte sempre da interação na situação histórico-cultural,

espraiando-se pela realidade social para observar conjuntos de gêneros, sistemas de gêneros e atividades, sem se limitar às formas individuais. Mais do que um estudo do gênero em si, é um estudo da circulação de discursos e da inovação dos formatos dessa circulação, em termos de meios, canais, modos retóricos e tipificação. Sua convicção central é a de que, pelo uso de textos, não só organizamos nossas ações diárias, mas também criamos significações e fatos sociais num processo interativo tipificado num sistema de atividades que encadeia significativamente as ações discursivas.

Se a perspectiva teórica que Bazerman oferece nestas reflexões é menos de caráter formal e linguístico em sentido estrito e mais de natureza retórica e histórico-cultural, centrando-se sobretudo nas formas escritas, ele não deixa de se preocupar com as marcas enunciativas da textualidade. O ensaio sobre as cartas como base social de enorme número de gêneros escritos de nosso cotidiano é um exemplo de tratamento de gêneros nessa perspectiva. No estudo sobre as cartas, Bazerman responde à indagação histórico-sistemática que quer saber de onde vieram os gêneros da escrita e como se desmembraram na imensidão de gêneros hoje existentes. Certamente, a oralidade foi a base para muitos deles, mas há outros que são desmembramentos diretos de gêneros fundadores como a carta, que serviu para a tipificação dos artigos científicos, das patentes, dos relatórios de acionistas, das letras de câmbio, das cédulas de dinheiro, das cartas de crédito, das encíclicas papais, das faturas, dos

cheques, das atas de condomínio, das reportagens e de muitíssimos outros gêneros amplamente praticados. Nesses gêneros, ainda se podem observar os traços enunciativos da carta. Assim, o ensaio sobre as cartas não só ilustra, mas comprova a tese de que os gêneros são formas típicas de usos discursivos da língua desmembradas de formas anteriores, pois os gêneros nunca surgem num grau zero, mas num veio histórico, cultural e interativo dentro de instituições e atividades preexistentes.

Estes ensaios oferecem rica e sólida base para análises que se ocupam com a investigação retórica, histórica e interativa dos gêneros na relação dos indivíduos com a realidade institucional, o que tem como consequência uma visão menos delimitada e mais dinâmica da tipificação, não trabalhando o gênero individual, mas um conjunto de gêneros. Uma das consequências diretas desse tipo de olhar para o ensino é a ideia de que não se ensina um gênero como tal e sim se trabalha com a compreensão de seu funcionamento na sociedade e na sua relação com os indivíduos situados naquela cultura e suas instituições. É por isso que Bazerman se interessa pelo aspecto sociopolítico envolvido nas formas textuais típicas que comandam nossas ações diárias. E não é gratuitamente que faz longas análises do formulário de declaração do imposto de renda norte-americano, tendo em vista a extensa rede de gêneros interligados e a intertextualidade que esse gênero envolve para a vida do cidadão. De igual modo, retorna com insistência às patentes de registro de inventos, em especial no caso paradigmático de Thomas Edison, um inven-

tor bem-sucedido que sempre teve que se dobrar aos trâmites típicos da organização discursiva da sociedade, mas contribuiu ao mesmo tempo para sua renovação.

Neste contexto, torna-se importantíssima a afirmação da origem sociointerativa dos gêneros, pois eles não são cristalizações formais no tempo. Bazerman é taxativo em seu primeiro ensaio desta coletânea ao postular que "a definição de gêneros como apenas um conjunto de traços textuais ignora o papel dos indivíduos no uso e na construção de sentidos". Pois a ideia de que os gêneros são formas típicas prontas para uso "ignora as diferenças de percepção e compreensão, o uso criativo da comunicação para satisfazer novas necessidades percebidas em novas circunstâncias e a mudança no modo de compreender o gênero com o decorrer do tempo". O gênero é uma categoria essencialmente sócio-histórica sempre em mudança. Daí a posição do autor ao defender que "os gêneros são o que as pessoas reconhecem como gêneros em qualquer momento do tempo". Seja por nomeação, institucionalização ou regularização explícita, esse reconhecimento é garantido e pode levar tanto a sanções sociais como a recompensas. Em suma, gêneros são tipificações dinâmicas, interativas e históricas, o que permite ao autor postular a tese, várias vezes repetida em seus ensaios aqui reunidos: "Podemos chegar a uma compreensão mais profunda de gêneros se os compreendermos como fenômenos de reconhecimento psicossocial que são parte de processos de atividades socialmente organizadas". Gêneros são fatos sociais emergentes na atividade de compreensão intersubjetiva

em situações típicas em que se deve coordenar atividades e compartilhar significados, tendo em vista propósitos práticos, como lembra o autor.

Nos primeiros estudos, de caráter programático, Bazerman introduz uma série de noções teóricas de grande produtividade que devem frutificar tanto na investigação como na prática escolar. Ao lado da noção de gênero, apontada acima, são apresentadas outras duas que determinam boa parte da reflexão do autor. A primeira é a noção de conjunto de gêneros como a "coleção de espécies de textos que uma pessoa, num determinado papel, tende a produzir". Veja-se o que um engenheiro civil, por exemplo, precisa produzir em seu trabalho: propostas, relatórios de andamento das obras, relatórios de testes de qualidade, avaliações de segurança e assim por diante. O mesmo se dá com um professor universitário, um médico, um deputado, um vendedor e todos os demais indivíduos com algum papel profissional na sociedade. Se a escola trabalhasse as habilidades de escrita para produzir esses conjuntos de gêneros relacionados, estaria exercitando o aluno para competências não só textuais, mas também profissionais desse indivíduo. Ao lado dessa noção, Bazerman desenvolve a ideia de sistema de gêneros como "os diversos conjuntos de gêneros utilizados por pessoas que trabalham juntas de forma organizada". Um sistema de gêneros organiza a produção e circulação de gêneros numa dada instituição entre os indivíduos. Para Bazerman, "um sistema de gêneros captura as sequências regulares com que um gênero segue um outro gênero, dentro de um fluxo comunicativo típico de um grupo de

pessoas". Tome-se o caso de uma sala de aula com professor e alunos que devem produzir conjuntos de gêneros diversos, mas inter-relacionados. Na verdade, o sistema de gêneros é parte do sistema de atividades como um grande enquadre geral para as ações desenvolvidas.

A posição de Bazerman é muito clara ao enfatizar que, no geral, não temos muitos problemas para reconhecer os gêneros como formas textuais típicas com funcionamentos específicos. Nós lemos os jornais, circulamos pela cidade, frequentamos restaurantes, livrarias, etc., sem maiores problemas para identificar os gêneros escritos. Não temos nem mesmo problema para identificar e entender aqueles gêneros que aparecem pela primeira vez à nossa frente, pois eles em geral são extensões de outros preexistentes. Um gênero é condicionado por outro e não se dá solto na realidade sócio-histórica. Isso quer dizer que a própria vida social e a atuação são encadeadas por uma série de textos que funcionam como seus enquadres e, mesmo que os gêneros sejam bastante tipificados, eles permitem mudanças, conjugações, misturas, inter-relações. Dominar gêneros é agir politicamente.

Numa visão geral das posições teóricas e metodológicas de Bazerman, podemos dizer que ele recusa o formalismo e sugere a visão sociodiscursiva como a mais adequada. Mais do que uma simples forma típica, o gênero é uma "forma de vida" na visão wittgensteineana adotada pelo autor, que tem uma grande sensibilidade para o aspecto histórico e cultural. Observa a sociedade como uma entidade concreta em que os indivíduos

estão situados e devem agir colaborativamente. Não admite que os conhecimentos individuais e partilhados sejam estanques, pois observa que vivem se renovando e se adaptando aos novos contextos, o que impede de usar de modo significativo o conhecimento individual sem sua vinculação com o coletivo. Somos seres sobretudo sociais e, nesta condição, agimos discursivamente na sociedade. É assim que o engajamento pessoal na sociedade se dá pelos gêneros e, em cada caso, fazemos aquilo que é possível nos limites do enquadre tipicamente genérico.

Gostaria de concluir esta apresentação da primeira coletânea brasileira de estudos de Charles Bazerman sobre gêneros textuais, afirmando que este deve ser apenas o primeiro livro do autor e que outros deverão seguir em língua portuguesa. Creio que as ideias e as posições defendidas nestes seis ensaios, competentemente organizados e traduzidos para o português por minhas colegas de Departamento Judith Hoffnagel e Angela Paiva Dionisio — esta recentemente estagiou em curso de pós-doutorado com Bazerman em Santa Bárbara —, serão frutíferas e deverão incrementar entre nós a investigação de caráter sócio-histórico sobre gêneros, além de motivar novas perspectivas para o trabalho com gêneros em sala de aula.

Luiz Antônio Marcuschi

Recife, 22 de dezembro de 2004.

“A abordagem que apresento nos capítulos deste livro começa com textos discretos, funcionando como enunciados realmente usados e identificados no mundo.”

INTRODUÇÃO DO AUTOR

Desde o advento da escrita há cinco mil anos, poderosas funções da sociedade (incluindo o direito, o governo e a economia) têm sido de modo crescente mediadas através de textos escritos. Esse desenvolvimento da escrita tem sido acompanhado por uma proliferação de formas escritas e situações que requerem a escrita — encaixadas dentro de sistemas de atividades cada vez mais complexos, mediados por esses documentos. A execução dessas atividades requer o aumento do número de pessoas habilitadas para lidar com as várias formas da escrita. Além disso, o acesso democrático às recompensas econômicas, sociais e pessoais da participação nessas atividades letradas especializadas significou a oferta de oportunidades educacionais para todos, independentemente de suas origens sociais. Assim, entender as variedades da escrita é muito mais que um problema enigmático da linguística; é um problema urgente para a educação.

Tradicionalmente, o ensino de letramento se concentrou na leitura. Além disso, o ensino da escrita se preocupou com a maior parte da produção de produtos bem formados que seguissem regras gerais de adequação e correção nas áreas de caligrafia, ortografia, gramática, escolha lexical (ou dicção) e talvez de organização textual (de acordo com modelos gerais). Além do mais, as formas de adequação e correção foram ligadas especificamente às práticas educacionais e associadas à aparência social de ser educado. Essas habilidades foram ensinadas em grande parte dentro dos limites de disciplinas de linguagem especializadas e refletiram as expectativas e os valores dos campos de conhecimento que tinham responsabilidade com o ensino. Enquanto muito do trabalho de educação em todos os campos de saber envolveu a escrita de alunos — registrando, ensaiando, absorvendo e pensando sobre o conhecimento e depois sendo avaliados sobre o que tinham aprendido — as formas de escrita apropriadas para as disciplinas que não eram de linguagem (não linguísticas) raramente foram objeto de ensino.

Em décadas recentes, o ensino da escrita foi transformado pelo amplo reconhecimento de vários princípios. Primeiro, o escrever bem requer mais do que a produção de sentenças corretas, também envolve a comunicação bem-sucedida de mensagens significantes para outros. Segundo, a escrita é um processo que leva tempo e incorpora muitas diferentes atividades. Terceiro, o ensino da escrita que ajuda alunos a alcançarem o sucesso acadêmico precisa atender a todos os tipos de escrita

que são necessários não somente para o estudo da linguagem ou da literatura, mas também para as disciplinas de história, ciência, filosofia e política. Quarto, os alunos, ao terminarem seus estudos, precisam estar aptos a produzir muitas diferentes formas da escrita. Embora todas as formas da escrita que os alunos poderiam precisar sejam impossíveis de antecipar, os alunos precisam de habilidade e flexibilidade suficientes para se adaptar às situações variantes da escrita.

Cada uma dessas realizações leva o ensino e a aprendizagem da escrita para além das formas gerais de correção e para dentro da variedade de enunciados e formas da escrita — variantes em motivos, atos e significados individuais, como também em circunstâncias sociais e formas contextualmente apropriadas. A necessidade prática de preparar os alunos para essa variedade tem voltado a atenção de educadores de linguagem para as questões técnicas de registro, tipo de texto e gênero. Descrições linguísticas da variedade escrita da linguagem procuram grandes padrões de uso linguístico, frequentemente distinguidos por funções amplas — tais como a narrativa, a descrição, o argumento, o relato, independentemente desses padrões da linguagem serem chamados tipo de texto ou gênero. Outras caracterizações linguísticas da variação (chamados registros) são baseadas nas distinções de agrupamentos e ocasiões sociais. Essas caracterizações funcionais e sociais normalmente se aplicam a sequências de palavras, em vez de organizações maiores de documentos, embora alguns trabalhos linguísticos

enfoquem o enunciado ou a declaração completa, tais como o trabalho de Winter sobre a formulação de problemas, o de Swales sobre a introdução a artigos científicos e o de Bhatia sobre o discurso promocional.

A abordagem que apresento nos capítulos deste livro começa com textos discretos, funcionando como enunciados realmente usados e identificados no mundo. A regularidade da variação linguística, em vez de ser vista como derivada das funções gerais ou das variáveis sociais presumidas, surge da tipificação de circunstâncias e práticas. Essa abordagem começa com as categorias de textos e situações com que os alunos e professores têm familiaridade e liga essas formas às ações que usuários poderiam querer realizar naquelas circunstâncias. O foco está no enunciado limitado, reconhecível como um texto completo — uma matéria jornalística, um relatório do governo, um trabalho final em sociologia ou um tratado de vários volumes. Além do mais, essa abordagem começa com as circunstâncias em que as pessoas produzem e usam tais textos e pergunta sobre os motivos e ações típicos associados com a escrita e leitura desses textos. Embora essa abordagem não ofereça um esquema abstrato e estável de um pequeno número de tipos de texto fixos para a aprendizagem de todos os alunos, ela começa com o que os professores e alunos sabem sobre o mundo da vida e liga a prática e o ensino diretamente à construção de sentido e à realização de coisas úteis na vida cotidiana.

Cada uma dessas abordagens da compreensão da variação da linguagem escrita tem seus benefícios pedagógicos, e as duas podem se complementar. Espero que esta tradução para o português de alguns dos meus ensaios seja uma introdução útil da abordagem sociointeracional de gêneros que ajudará educadores brasileiros na tarefa urgente de ensinar os alunos a serem os escritores habilidosos de que o século XXI precisa.

Charles Bazerman

Santa Bárbara, 14 de dezembro de 2004.

CAPÍTULO 1

ATOS DE FALA, GÊNEROS TEXTUAIS E SISTEMAS DE ATIVIDADES: COMO OS TEXTOS ORGANIZAM ATIVIDADES E PESSOAS[1]

Introdução

Este capítulo propõe mais uma série de instrumentos conceituais e analíticos para o exame do trabalho realizado pelo texto na sociedade. Fornece os meios para identificar as condições sob as quais esse trabalho se realiza, para observar a regularidade com que os textos executam tarefas reconhecidamente similares e para ver como certas profissões, situações e organizações sociais podem estar associadas a um número limitado de tipos de textos. Finalmente, apresenta métodos para analisar como a produção, a circulação e o uso ordenados desses textos constituem, em parte, a própria atividade e organização dos grupos sociais. A abordagem analítica deste capítulo se baseia numa série de conceitos: fatos sociais, atos de fala, gêneros, sistemas de gêneros e sistemas de atividades-

1. Tradução de Judith Chambliss Hoffnagel e Ana Regina Vieira. A versão traduzida não equivale ao texto original na íntegra.

des. Esses conceitos sugerem como as pessoas criam novas realidades de significação, relações e conhecimento fazendo uso de textos.

Considere a seguinte situação típica dos meios acadêmicos: um conselho acadêmico de uma universidade, após uma série de discussões, aprova um regulamento exigindo que os alunos sejam aprovados em seis disciplinas de escrita intensiva para obterem sua graduação (BA).[2] A regulamentação define uma série de critérios que devem ser observados para que uma disciplina seja aprovada como de escrita intensiva pelo comitê de currículo, como, por exemplo, um número mínimo de trabalhos escritos, com um número mínimo de um total requerido de palavras ao longo de um período. Essa exigência, então, é escrita em uma série de documentos administrativos, que incluem o catálogo da universidade e vários outros documentos de orientação dos alunos. Os alunos leem esses documentos (ou são advertidos sobre eles por conselheiros em momentos críticos) e tomam conhecimento de que é preciso selecionar disciplinas que preencham tais exigências e se matricular, se esperam concluir a graduação. Memorandos e outros documentos administrativos são enviados aos docentes de vários departamentos para encorajá-los a oferecer esse tipo de disciplina. Esses docentes elaboram os programas

2. BA é uma abreviação para "Bachelor of Arts", um primeiro grau concedido pelas universidades norte-americanas a pessoas que estudam artes ou ciências sociais; equivalente ao bacharelado no Brasil.

das disciplinas, indicando que os alunos serão solicitados a escrever o número requisitado de trabalhos e palavras. Além do mais, os docentes, provavelmente, ajustam esses trabalhos escritos de acordo com os desafios intelectuais da área de conhecimento e dos objetivos da disciplina, tais como desenvolver a habilidade do aluno de compreender e usar modelos econômicos, ou interpretar a poesia espanhola do século XVII. Os docentes, então, submetem esses programas a uma revisão por outros comitês de docentes, de acordo com os procedimentos determinados em documentos administrativos. Uma vez obtida a aprovação pelo comitê apropriado, a disciplina é inserida na minuta da reunião do comitê, nas futuras edições do catálogo institucional e nas listas das disciplinas oferecidas a cada período. Os alunos, em seguida, selecionam e matriculam-se nessas disciplinas, usando os formulários e seguindo os procedimentos típicos de matrícula; ao fim do período, o professor atribui e passa as notas para os boletins oficiais de desempenho acadêmico para que sejam inseridas no arquivo permanente do aluno. Quando os alunos chegam aos períodos próximos à graduação, esses arquivos serão revistos por algum funcionário encarregado que irá, entre outras coisas, acrescentar ao arquivo se seis dessas disciplinas de escrita intensiva foram cursadas. Se todas as exigências para a graduação forem cumpridas, os alunos recebem diplomas que serão úteis para admissão em programas de pós-graduação, para empregos e para serem pendurados numa parede. Se as

exigências não forem cumpridas, os alunos serão informados que ainda precisam cursar mais disciplinas.

Nessa sequência de eventos, muitos textos são produzidos. E o que é mais significante: diversos fatos sociais são produzidos. Esses fatos não poderiam existir se as pessoas não os realizassem por meio da criação de textos: requerimentos de graduação, programas definindo o trabalho das várias disciplinas, critérios para as disciplinas serem consideradas de escrita intensiva, listas das disciplinas aprovadas, matrícula de cada aluno nas disciplinas de escrita intensiva e assim por diante. Nesse ciclo de textos e atividades, vemos sistemas organizacionais bem-articulados, dentro dos quais tipos específicos de textos circulam por caminhos previsíveis, com consequências familiares e de fácil compreensão (pelo menos para aqueles familiarizados com a vida universitária). Temos gêneros altamente tipificados de documentos e estruturas sociais altamente tipificadas nas quais esses documentos criam fatos sociais que afetam as ações, os direitos e os deveres das pessoas.

Quando observamos as disciplinas em que a produção escrita requerida é de fato realizada, podemos ver estruturas ainda mais tipificadas dentro das quais a escrita acontece. Em cada disciplina, temos ciclos identificáveis de textos e atividades definidos por: programa da disciplina, planos de aula, livros-textos, leituras recomendadas e fichas de tarefas, estruturando expectativas e consequências. Tipicamente, grande parte da primeira aula de cada disciplina é utilizada para se colocar

as expectativas definidas pelo programa. É a partir daí que o aluno, tipicamente, faz projeções sobre como a disciplina vai se desenvolver, quanto trabalho será requerido e se a experiência vai ser interessante e/ou valiosa, para, então, decidir se permanece na disciplina ou a substitui por outra. Mais adiante, neste capítulo, observaremos mais detidamente as disciplinas como sistemas de atividades estruturados, construídos sobre uma infraestrutura de gêneros textuais.

Esse longo exemplo sugere como cada texto se encontra encaixado em atividades sociais estruturadas e depende de textos anteriores que influenciam a atividade e a organização social. Além disso, esse exemplo sugere como cada texto estabelece condições que, de alguma forma, são levadas em consideração em atividades subsequentes. Os textos inseridos neste exemplo criam realidades, ou fatos, já que ambos, alunos e professores, vivem naquilo que eles explicitamente afirmam e nas estruturas de relações e atividades que implicitamente estabelecem, simplesmente por estarem juntos, num modo de vida organizado. Cada texto bem-sucedido cria para seus leitores um fato social. Os fatos sociais consistem em ações sociais significativas realizadas pela linguagem, ou atos de fala. Esses atos são realizados através de formas textuais padronizadas, típicas e, portanto, inteligíveis; ou gêneros, que estão relacionados a outros textos e gêneros que ocorrem em circunstâncias relacionadas. Juntos, os vários tipos de textos se acomodam em conjuntos de gêneros dentro de sistemas de gêneros, os quais

fazem parte dos sistemas de atividades humanas. Na próxima seção, darei explicações mais precisas sobre a que me refiro quando menciono tais termos.

Compreender os gêneros e seu funcionamento dentro dos sistemas e nas circunstâncias para as quais são desenhados pode ajudar você, como escritor, a satisfazer as necessidades da situação, de forma que esses gêneros sejam compreensíveis e correspondam às expectativas dos outros. Compreender os atos e fatos criados pelos textos pode ajudá-lo também a compreender quando textos, aparentemente bem-produzidos, não funcionam, quando não fazem aquilo que precisam fazer. Tal compreensão pode ajudar a diagnosticar e redefinir sistemas de atividades comunicativas — para determinar se um grupo particular de documentos, utilizado em certos momentos, é redundante ou enganoso, se novos documentos precisam ser adicionados, ou se alguns detalhes de um gênero devem ser modificados. Pode também ajudar a decidir quando é necessário escrever de forma inovadora para realizar alguma coisa nova ou diferente.

Compreender a forma e a circulação de textos nos sistemas de gêneros e nos sistemas de atividades pode até ajudar a entender como interromper ou mudar os sistemas pela exclusão, adição ou modificação de um tipo de documento. Se, por um lado, isso pode levar a usos indevidos do texto, pode também oferecer os instrumentos para a reflexão sobre o papel da criatividade social em fazer coisas novas acontecerem de novas maneiras. Se, por exemplo, você está sentado por um bom tempo com amigos

após o jantar, vocês têm a opção de, entre outras coisas, ler e selecionar itens na programação da TV, mencionar a principal notícia política do jornal, mostrar detalhadamente os álbuns de fotos da sua última viagem ou ligar o computador para dar uma olhada no mais novo site da internet. Ao introduzir esses diferentes textos, vocês não estarão apenas introduzindo diferentes tópicos, mas introduzindo diferentes atividades, padrões interativos, atitudes e relações. A escolha de um texto pode influenciar se vocês fazem apostas e piadas sobre um jogo de futebol, discutem política, admiram ou invejam as aventuras uns dos outros ou montam esquemas para seus próprios projetos em comum. Uma vez que uma dessas atividades padronizadas é aceita, ela pode proporcionar oportunidades de interação até que o clima seja quebrado e uma nova atividade seja introduzida. Numa sala de aula, o trabalho de um professor frequentemente serve para definir gêneros e atividades, e, fazendo isso, criar oportunidades e expectativas de aprendizagem.

Conceitos básicos

Fatos sociais e definição da situação

Fatos sociais são as coisas que as pessoas acreditam que sejam verdadeiras e, assim, afetam o modo como elas definem uma situação. As pessoas, então, agem como se esses fatos fossem verdades. O sociólogo W. I. Thomas (1923) afirma que, “se as pessoas definem situações como reais, elas são reais em

suas consequências". Se as pessoas acreditam que seu país foi ofendido ou ameaçado por um outro país, elas podem até ir à guerra baseadas naquilo que acreditam ser um fato. Algumas vezes, esses fatos sociais estão relacionados com a nossa compreensão do mundo físico. Se, para algumas pessoas, Elvis Presley ainda vive, elas vão agir como se isso fosse verdade, apesar de a maioria das pessoas conceber seu sepultamento como um fato consumado. Até mesmo afirmações que são socialmente reconhecidas como cientificamente comprovadas podem não ser reconhecidas por algumas pessoas como verdadeiras. Portanto, mesmo sendo bastante conhecido que os aviões voam e que possuem estatísticas de segurança bem melhores do que as dos veículos terrestres, muitas pessoas não acreditam de forma segura nesses fatos e preferem andar de trem.

Mais frequentemente, no entanto, fatos sociais estão relacionados com temas que são fundamentalmente matéria de compreensão social, como, por exemplo, se um prefeito tem autoridade para tomar certas decisões e agir de uma certa maneira. Essa autoridade é baseada numa série historicamente desenvolvida de compreensões, acordos e instituições políticas, legais e sociais. Desde que as pessoas continuem a acreditar na legitimidade desses acordos, compreensões e instituições, elas irão acatar a autoridade do prefeito em circunstâncias apropriadas. Esses fatos sociais são um tipo de profecia que se autoalimenta, porque quanto mais o prefeito parece exercer uma autoridade legítima, mais as pessoas são levadas a reconhecer e legitimar essa autoridade. Sob certas condições, no entanto,

como após uma condenação por crimes graves ou depois da queda violenta de um governo, as pessoas podem não mais respeitar a autoridade daquele prefeito.

Frequentemente os fatos sociais afetam as palavras que as pessoas falam ou escrevem, bem como a força que tais enunciados possuem. Se todos os alunos de uma turma entenderem que o programa da disciplina requer que um artigo ou trabalho seja entregue num determinado dia, eles assim vão agir. Se, por outro lado, todos entenderem que o professor teria dito numa das aulas que a data limite para entrega poderia ser estendida, muitos tenderão a assumir o que eles consideram como uma nova opção. O professor pode ou não compartilhar dessa crença social sobre o que teria sido dito, com consequências que variam entre conflito e cooperação. Da mesma forma, se eu e um amigo acreditarmos que fizemos uma aposta ao dizer determinadas formas verbais numa situação específica, então um de nós irá pagar o valor devido ao outro no momento apropriado. Por outro lado, se eu acredito que uma aposta foi feita e meu amigo somente acredita que estávamos contando uma piada, então não há um fato social compartilhado, e isso pode resultar num conflito.

De forma similar, meu direito de frequentar uma faculdade pode depender de alguns fatores como, por exemplo, se eu me matriculei corretamente, se enviei o cheque para o pagamento das mensalidades vencidas, se possuo um diploma de conclusão do Ensino Médio e uma série de outros fatos sociais determinados por textos. Para que possa frequentar, preciso respeitar

aquilo que a instituição define como fatos sociais requeridos e, assim, produzir exemplares textuais aceitáveis de cada um desses fatos. Se, por exemplo, eu afirmo que realmente cursei uma disciplina em outra escola, mas não tenho nenhum registro disso, ou se a nova escola rejeita tal registro, é porque não compartilhamos essa disciplina como um fato social. Para a instituição e seus fins, é provável que isso seja fruto da minha imaginação.

A intertextualidade frequentemente procura criar uma compreensão compartilhada sobre o que foi dito anteriormente e a situação atual como se apresenta. Isto é, as referências intertextuais tentam estabelecer os fatos sociais sobre os quais o escritor tenta fazer uma nova afirmação. Para fazer uma solicitação à escolaridade, precisarei trazer o histórico escolar da instituição de origem, talvez cópias dos programas das disciplinas e cartas dos professores atuais indicando que possuo as habilidades que seriam adquiridas através daquelas disciplinas.

Muitos dos fatos sociais, como aqueles descritos nos muitos exemplos anteriores, dependem inteiramente de atos de fala, se certas formulações verbais foram correta e apropriadamente feitas. Se realizadas de forma apropriada, essas palavras serão consideradas como atos completos que devem ser respeitados como feitos.

Atos de fala

O filósofo John Austin, no seu livro *How to do things with words*, afirma que palavras não apenas significam, mas fazem coisas. Seus argumentos são construídos sobre alguns exemplos como o de dois amigos que fazem uma promessa e o de um religioso que declara "casadas" duas pessoas. Esses atos são feitos tão somente pelas palavras em si. Como resultado de uma série de palavras ditas, no tempo apropriado, em circunstâncias apropriadas e pela pessoa apropriada, alguém será obrigado a fazer alguma coisa diante da promessa, e determinado casal mudará a organização de suas vidas. Considerando documentos escritos, pode-se dizer, da mesma forma, que a solicitação de um empréstimo bancário é levada a cabo puramente pelas palavras e números usados para preencher os formulários e submetê-los ao banco. Da mesma forma, a aprovação do banco é simplesmente realizada através de uma carta emitida na qual se afirma que a solicitação foi aprovada. A partir desses exemplos instigantes, Austin prossegue argumentando que toda declaração realiza alguma coisa, mesmo que apenas declare um certo estado de coisas como verdadeiro. Portanto, todo enunciado incorpora atos de fala.

É claro que, para nossas palavras realizarem seus atos, elas devem ser ditas pela pessoa certa, na situação certa, com o conjunto certo de compreensões. Se dois apostadores em potencial fossem dois estranhos que provavelmente não se encontrariam após o jogo de futebol, se nenhum valor de aposta

fosse estabelecido, se o evento ao qual a aposta se refere já tivesse acontecido, se o contexto e a entonação sugerissem que se tratava de uma piada e não de uma aposta, ou se mil outras coisas não fossem corretas, uma ou outra parte envolvida poderia não acreditar que uma aposta real e apropriada tivesse sido feita. De modo similar, se a pessoa que declara duas pessoas "casadas" não fosse um membro do clero ou do Judiciário com poderes naquela jurisdição, ou se as pessoas fossem legalmente impedidas de casar uma com a outra, ou se estivessem apenas desempenhando seu papel numa peça teatral, não haveria um casamento real e legal. Uma solicitação de empréstimo feita por um menor de 18 anos não é uma solicitação legal, assim como uma carta de aprovação de crédito assinada pelo zelador noturno do banco ou não definindo os termos para quitação do empréstimo não se configura como uma aprovação de crédito real. Todos esses elementos representam as condições de "felicidade" que devem ser observadas corretamente para que o ato de fala seja bem-sucedido. Sem a satisfação dessas condições de felicidade, o ato não seria um ato, ou pelo menos o mesmo tipo de ato. Austin e John Searle, que deu continuidade às análises de atos de fala, demonstraram que os atos operam em três níveis distintos. O primeiro é o ato locucionário, que, por sua vez, inclui um ato proposicional. O ato locucionário é literalmente o que é dito. Então, ao dizer "está um pouco frio nesta sala", eu estarei reportando um estado de coisas e fazendo uma proposição sobre a temperatura na sala.

Muito possivelmente, o ato que eu estava tentando realizar, contudo, era um pedido para que meu anfitrião aumentasse o termostato. Ou quem sabe eu estava discordando das afirmações um tanto quanto “frias” que foram feitas sobre alguém. Ao falar indiretamente, eu pretendia que minhas palavras fossem dotadas de uma força ilocucionária específica, que acreditava ser reconhecida pelos outros em função das circunstâncias imediatas e do modo como a sentença havia sido expressa. O ato que pretendo que meu ouvinte reconheça é o ato ilocucionário.

Os ouvintes, no entanto, podem considerar que meus comentários significam uma coisa completamente diferente, como uma reclamação sobre a atitude sovina do anfitrião ou uma tentativa de mudar o assunto de uma discussão desagradável. As suas reações subsequentes levam em consideração o que eles pensaram a respeito do que eu estava fazendo, e não necessariamente aquilo que eu pensei que estava fazendo, ou até o que eu literalmente disse. O modo como as pessoas recebem os atos e determinam as consequências desse ato para futuras interações é chamado de efeito perlocucionário. Para tornar a questão ainda mais complicada, os ouvintes podem não se mostrar satisfeitos ou cooperativos com aquilo que entendem que eu estou fazendo e desconsiderar o ato que realizei nos seus próximos enunciados e atos. Meu propósito pode até ser apenas o de conseguir um ajuste no termostato, e meu anfitrião pode até compreender meu pedido, mas pode ainda vir a dizer algo como “tenho lido sobre como a escassez de energia pode levar a uma instabilidade econômica internacional”. De onde

pôde ter surgido isso? Por que o anfitrião está falando de suas leituras sobre economia? Talvez ele esteja tentando me dizer que não quer desperdiçar energia e que pretende manter o termostato baixo.

Essa *análise em três níveis dos atos de fala* — o que foi literalmente dito, o ato pretendido e seu efeito real — é também aplicável a textos escritos. Você pode escrever uma carta a uma amiga contando os últimos acontecimentos em sua vida, mas sua intenção ilocucionária pode ser a de manter uma simples amizade ou provocar uma resposta escrita que revele se um determinado problema foi resolvido. E a recepção perlocucionária da leitora pode ser a de acreditar que você sente muita saudade dela e que está tentando reacender um intenso romance. Então, para não encorajá-lo, ela pode decidir nunca responder a sua carta.

Essa análise dos atos de fala em três níveis também nos permite compreender o status das afirmações ou representações contidas nos textos sobre estados de coisas no mundo — os atos proposicionais, como são denominados por Searle. Muitos textos asseveram proposições, como uma nova descoberta científica sobre o valor do chocolate para a saúde, ou “fatos” novos sobre alguma manifestação pública, ou o “verdadeiro significado” de um poema. Assim, a força ilocucionária é a de obter a aceitação do ato proposicional. Porém, apenas sob determinadas condições, os leitores acreditarão nessas asserções como fatos. No caso dos efeitos maravilhosos do chocolate, se existirem descobertas científicas contrárias, ou erros evidentes

nos procedimentos científicos seguidos, ou se os autores não possuírem credenciais médicas, ou se for descoberto que os autores receberam suporte financeiro da associação dos fabricantes de chocolate, a proposição pode não ser aceita por um número de leitores suficientemente relevante para conquistar o status de um "fato". Outras condições podem influenciar o modo como as pessoas recebem as asserções sobre eventos noticiosos ou interpretações literárias. Pode ser que o único efeito perlocucionário que se mantenha seja o de que a proposição é vista como uma asserção dúbia. Com a realização apenas desse ato mais limitado, o fato social resultante será somente o de que os autores estão tentando convencer certas pessoas dessa ou daquela afirmação. Se, contudo, os autores conseguirem uma aceitação mais ampla, novos fatos sociais sobre o valor do chocolate, um evento histórico, ou o significado de um poema serão estabelecidos, até que alguém enfraqueça esses fatos ou os substitua por novas "verdades". Quando visto a partir dessa análise, o problema de defender a verdade de proposições se torna uma questão de satisfazer as condições de felicidade que levarão os ouvintes relevantes a aceitarem as afirmações como verdadeiras, estabelecendo assim a convergência do efeito perlocucionário com sua intenção ilocucionária.

Tipificação e gêneros

A distinção em três níveis de análise daquilo que falamos ou escrevemos, do que pretendemos realizar com o que falamos ou escrevemos, e do que as pessoas entendem que estamos tentando fazer mostra como nossas intenções podem ser mal compreendidas e como é difícil coordenar nossas ações entre si. A falta de coordenação é potencialmente muito mais grave quando nos comunicamos através da escrita, já que não podemos ver os gestos e as atitudes uns dos outros, nem tampouco observar de forma mais imediata a recepção do outro, num efeito perlocucionário que não reflete nossa intenção ilocucionária. Isto é, não podemos ter acesso ao nosso anfitrião imediatamente dizendo "oh, eu não me dei conta de que você estava desconfortável" e andando em direção ao termostato, quando só queríamos ser irônicos com o rumo desagradável que tomou a conversa. Se percebemos os mal-entendidos em situações face a face, então podemos sempre reparar os estragos com comentários do tipo "oh, eu só estava brincando". Mas na modalidade escrita, as oportunidades de reparo são sempre extremamente limitadas, mesmo que tenhamos informações suficientes para suspeitar que podemos ter sido mal compreendidos.

Uma maneira de coordenar melhor nossos atos de fala uns com os outros é agir de modo típico, de modos facilmente reconhecidos como realizadores de determinados atos em determinadas circunstâncias. Se percebemos que um certo tipo

de enunciado ou texto funciona bem numa situação e pode ser compreendido de uma certa maneira, quando nos encontrarmos numa situação similar, a tendência é falar ou escrever alguma coisa também similar. Se começamos a seguir padrões comunicativos com os quais as outras pessoas estão familiarizadas, elas podem reconhecer mais facilmente o que estamos dizendo e o que pretendemos realizar. Assim, podemos antecipar melhor quais serão as reações das pessoas se seguimos essas formas padronizadas e reconhecíveis. Tais padrões se reforçam mutuamente. As formas de comunicação reconhecíveis e autorreforçadoras emergem como *gêneros*.

Ao criar formas tipificadas ou gêneros, também somos levados a tipificar as situações nas quais nos encontramos. Percebemos que, quando um convidado na casa de alguém faz um comentário sobre desconforto físico, o anfitrião tipicamente compreende isso como uma obrigação para deixar o convidado mais confortável. Podemos, então, ajustar nossos comentários de forma a não colocar nosso anfitrião, equivocadamente, num estado de obrigação qualquer. A tipificação dá uma certa forma e significado às circunstâncias e direciona os tipos de ação que acontecerão.

Este processo de mover-se em direção a formas de enunciados padronizados, que reconhecidamente realizam certas ações em determinadas circunstâncias, e a uma compreensão padronizada de determinadas situações é chamado de tipificação. Assim, em algumas profissões, se desejamos conquistar um

cargo, precisamos preparar um *curriculum vitae* para enumerar todos os fatos relevantes e realizações profissionais de nossa vida, além de ressaltar nossas qualidades mais desejáveis para o empregador em potencial. Os formatos padronizados nos direcionam no sentido de qual informação apresentar, como, por exemplo, o endereço, a formação acadêmica e as experiências anteriores. O formato padrão também nos direciona no sentido de como apresentar tais informações. Seguir um formato padronizado ajuda igualmente o empregador a encontrar e interpretar a informação. Além disso, existem diferenças padronizadas de formato em diferentes profissões. Para empregos acadêmicos, as publicações e pesquisas são centrais, enquanto que, nos negócios, enumerar as responsabilidades assumidas em cargos anteriores e os dados sobre habilidades e treinamentos específicos são frequentemente importantes. É claro que, mesmo no interior de formas padronizadas, as pessoas tentam expressar suas características individuais e tornar seus currículos de certa forma diferentes e memoráveis, para assim distingui-los dentre os demais. Mesmo assim, tão logo alguém invente um novo elemento ou formato que aparentemente funcione bem, esse formato provavelmente será copiado por outros e poderá vir a se tornar um padrão razoavelmente estável naquela área. Como, por exemplo, a nova prática estabelecida nos currículos de algumas profissões de listar os programas de computador com os quais a pessoa tem certa familiaridade.

A definição de gênero apresentada aqui é um pouco diferente daquela noção mais trivial que temos de gêneros; no entanto,

é compatível com ela. Com o passar de nossas vidas, reconhecemos muito rapidamente quando um texto pertence a um ou outro tipo familiar, geralmente porque reconhecemos algumas características textuais que nos sinalizam que tipo de mensagem pode ser aquela. Num envelope, carimbos e taxas de postagem especiais (como Impresso, Contrato ECT e outros) são sinais de “lixo” postal relacionado a propagandas e solicitações; o formato de memorando assinado por alguém que exerce uma alta função numa organização sinaliza um comunicado ou uma diretriz. Então, tendemos a identificar e definir os gêneros por essas características sinalizadoras especiais, e depois por todas as outras características textuais que virão a seguir, segundo nossas expectativas.

Essa identificação de gêneros através de características é um conhecimento muito útil para interpretarmos e atribuirmos sentido a documentos, mas isso nos dá uma visão incompleta e enganadora de gênero. Ao vermos os gêneros apenas caracterizados por um número fixo de elementos, estaremos vendo os gêneros como atemporais e iguais para todos os observadores. Todo mundo sempre sabe o que nós sabemos, certo? Errado! O conhecimento comum muda com o tempo, assim como mudam os gêneros e as situações; o “conhecimento comum” varia até de pessoa para pessoa, ou até numa mesma pessoa em situações e humores diferentes. A definição de gêneros como apenas um conjunto de traços textuais ignora o papel dos indivíduos no uso e na construção de sentidos. Ignora as diferenças de percepção e compreensão, o uso criativo da comunicação para satisfazer

novas necessidades percebidas em novas circunstâncias e a mudança no modo de compreender o gênero com o decorrer do tempo.

Podemos chegar a uma compreensão mais profunda de gêneros se os compreendermos como fenômenos de reconhecimento psicossocial que são parte de processos de atividades socialmente organizadas. Gêneros são tão somente os tipos que as pessoas reconhecem como sendo usados por elas próprias e pelos outros. Gêneros são o que nós acreditamos que eles sejam. Isto é, são fatos sociais sobre os tipos de atos de fala que as pessoas podem realizar e sobre os modos como elas os realizam. Gêneros emergem nos processos sociais em que pessoas tentam compreender umas às outras suficientemente bem para coordenar atividades e compartilhar significados com vistas a seus propósitos práticos.

Os gêneros tipificam muitas coisas além da forma textual. São parte do modo como os seres humanos dão forma às atividades sociais. Quando você está num jogo de futebol e reconhece que uma multidão está entoando uma canção para o seu time, ao se unir à torcida, você está sendo atraído para o espetáculo e emoções de um evento atlético comunitário. Quando você lê e é convencido por um panfleto político de um candidato ao Congresso, você está sendo atraído para o mundo da política e da cidadania. Quando você aprende a ler e usar artigos científicos do seu campo de estudo, você está sendo atraído por um modo profissional de ser e de trabalhar. Quando um novo site na web se desenvolve, sua organização local de serviços comu-

nitários pode se transformar numa organização arrecadadora de doações corporativas dos excessos de produção. Você e seus amigos voluntários podem, então, se ver atraídos para uma série totalmente nova de atividades e papéis.

Para caracterizar como os gêneros se configuram e se enquadram em organizações, papéis e atividades mais amplas, são propostos vários conceitos que se sobrepõem, cada um envolvendo um aspecto diferente dessa configuração: conjunto de gêneros, sistema de gêneros e sistema de atividades.

Um *conjunto de gêneros* é a coleção de tipos de textos que uma pessoa num determinado papel tende a produzir. Ao catalogar todos os gêneros que alguém exercendo um papel profissional é levado a escrever e falar, você estará identificando uma boa parte do seu trabalho. Se você descobrir que um engenheiro civil precisa escrever propostas, ordens de serviços, relatórios de andamento das obras, relatórios de teste de qualidade, avaliações de segurança e um número limitado de outros documentos similares, você terá avançado muito na identificação do trabalho que ele realiza. Se você descobrir quais habilidades são necessárias para que ele seja capaz de escrever esses relatórios (e isso inclui as habilidades matemáticas necessárias de medir e de testar para produzir os números, desenhos, cálculos, etc. nos relatórios), você terá identificado uma grande parte do que um engenheiro precisa aprender para fazer esse trabalho com competência. Se você identificar todas as formas de escrita com as quais um aluno deve se envolver para estudar, para comunicar-se com o professor e os colegas

de sala, para submeter-se ao diálogo e à avaliação, você terá definido as competências, os desafios e as oportunidades de aprendizagem oferecidas por essa disciplina.

Um *sistema de gêneros* compreende os diversos conjuntos de gêneros utilizados por pessoas que trabalham juntas de uma forma organizada, e também as relações padronizadas que se estabelecem na produção, circulação e uso desses documentos. Um sistema de gêneros captura as sequências regulares com que um gênero segue um outro gênero, dentro de um fluxo comunicativo típico de um grupo de pessoas. O conjunto de gêneros escritos por um professor de uma determinada disciplina pode consistir em um programa da disciplina, exercícios escritos, anotações pessoais sobre leituras, anotações para dar aula e planos de aula, questões de exames, avisos por e-mail para a turma, respostas individuais a questionamentos e comentários de alunos, comentários e notas sobre a produção escrita dos alunos e boletins de notas ao final do semestre. Alunos dessa mesma disciplina teriam um conjunto de gêneros de certa forma diferente: anotações sobre o que foi dito nas palestras e aulas, anotações sobre as leituras, esclarecimentos nas fichas de trabalhos solicitados e no programa da disciplina, questionamentos e comentários para o professor e/ou colegas de turma por e-mail, anotações sobre pesquisa bibliográfica e coleta de dados para tarefas, rascunhos de trabalhos e cópias finais de trabalhos, respostas dos exames, carta de solicitação de revisão de nota. Contudo, esses dois conjuntos de gêneros estão intimamente ligados e circulam em sequências e padrões temporais previsíveis.

Do instrutor, espera-se que entregue o programa da disciplina no primeiro dia de aula e que distribua trabalhos ou tarefas no decorrer do semestre. Em seguida, os alunos fazem perguntas, na sala de aula ou por e-mail, sobre suas expectativas e, depois, escrevem os esclarecimentos nas fichas de trabalho. Essas fichas de trabalho, por sua vez, guiam os alunos na coleta de dados, nas visitas à biblioteca e no desenvolvimento do trabalho em si. O ritmo de trabalho deve aumentar quando o prazo final de entrega dos trabalhos se aproximar. Quando os trabalhos são entregues, o professor comenta e atribui notas para todos eles. De forma similar, o instrutor prepara e depois dá as aulas. Espera-se que os alunos façam previamente anotações sobre as leituras e, posteriormente, sobre o que o instrutor disse em sala; depois disso, que estudem baseados nessas notas de sala e nas leituras antes dos vários testes e exames. Normalmente, o professor dá uma olhada nas aulas e nas leituras solicitadas antes de escrever as questões para os testes e exames. Os alunos, então, fazem os exames e o professor atribui notas. No fim do semestre, o instrutor calcula, através de alguma fórmula, a soma de todas as notas com a finalidade de produzir um boletim, que é encaminhado ao funcionário encarregado para entrar num sistema de gêneros institucional.

Esse sistema de gêneros é também parte do *sistema de atividades* da sala de aula. Ao definir o sistema de gêneros em que as pessoas estão envolvidas, você identifica também um *frame* que organiza o seu trabalho, sua atenção e suas realizações. Em algumas situações, os gêneros orais dominam, mas quando você

se desloca para cima na escala educacional e entra no mundo profissional, o sistema de gêneros escritos se torna especialmente importante. Em algumas atividades, os aspectos físicos assumem um papel altamente visível e central, e os gêneros orais e escritos se tornam mais periféricos, ou de suporte, do que centrais. Jogar basquete, por exemplo, pode se tratar basicamente de movimentos e manuseio da bola, mas existem regras, estratégias, gritos da torcida, organização de ligas e reportagens de jornal que envolvem gêneros orais e escritos. A produção industrial, da mesma forma, está ligada a ordens, relatórios de controle e qualidade, registros de produção, instruções de operação de máquinas e manuais de conserto. Em áreas centradas no conhecimento, como na Medicina, e em outras áreas nas quais o produto principal é produzir e distribuir símbolos, como no jornalismo, o sistema de atividades é organizado de forma central em torno de documentos escritos.

Levar em consideração o sistema de atividades junto com o sistema de gêneros é focalizar o que as pessoas fazem e como os textos ajudam as pessoas a fazê-lo, em vez de focalizar os textos como fins em si mesmo. Na esfera educacional, a atividade dirige seu foco para questões tais como: de que forma os alunos constroem conceitos e conhecimento através da solução de problemas; como atividades instrucionais viabilizam a construção do conhecimento e oportunidades de aprendizagem; como os instrutores apoiam e estruturam a aprendizagem; e como, e com que propósitos, as habilidades dos alunos são avaliadas.

Questões metodológicas

A análise textual, neste capítulo, focaliza o gênero e agregados maiores (os conjuntos de gêneros, os sistemas de gêneros e os sistemas de atividades) dos quais os gêneros são parte. Os conceitos de fato social e ato de fala servem de base para se compreender a abordagem analítica deste capítulo. Contudo, nós não oferecemos aqui instrumentos analíticos específicos para a investigação de fatos sociais e atos de fala. A investigação e a análise empíricas de fatos sociais e atos de fala levantariam muitas considerações metodológicas adicionais pertinentes à sociologia, à antropologia e à linguística, para as quais não dispomos de espaço aqui. Para simplificar nossa tarefa, manteremos nosso foco analítico no nível do gênero e, em particular, dos gêneros de textos escritos, colocando de lado, assim, questões metodológicas que dizem respeito primordialmente aos enunciados orais.

Antes de abordarmos os métodos de estudo de gêneros escritos, porém, precisamos esclarecer uma questão que vem à tona quando consideramos gêneros escritos extensos como atos de fala. O conceito de atos de fala foi desenvolvido por Austin e Searle utilizando enunciados curtos e, em sua maioria, falados. Os linguistas e os antropólogos linguistas que usaram o conceito de atos de fala em suas investigações tipicamente o fizeram em enunciados orais breves, do tamanho de uma sentença curta. A brevidade do enunciado simplifica a tarefa de identificar atos proposicionais e ilocutórios distintos. Uma única sentença pode

ser vista como realizando um pedido único, ou uma aposta única, ou uma afirmação única, e pouco mais do que isso. E a resposta imediata possível em interações orais oferece pistas importantes sobre a recepção perlocucionária do ouvinte. Ademais, a resposta do falante inicial pode oferecer evidências de que ele sentiu que a intenção ou força da enunciação inicial foi compreendida corretamente (isto é, se a força perlocucionária aproximou-se ou distanciou-se da intenção ilocucionária).

Os textos escritos não oferecem tipicamente essas vantagens para análise. Textos escritos são tipicamente mais longos que uma única sentença. As sentenças dentro dos textos são tipicamente mais longas e complexas. Assim, cada sentença pode conter vários atos, e as muitas sentenças que compõem o texto ampliam o problema infinitamente. No entanto, nós normalmente consideramos o texto, de uma forma geral, como tendo uma ou algumas ações dominantes que definem sua intenção e propósito, que recebemos como o efeito perlocucionário ou como o fato de realização social do texto. Uma inscrição num programa de pós-graduação pode ser vista como um agrupamento de ações que inclui escrever inúmeros fatos identificadores e descritivos a nosso respeito, enaltecer as nossas realizações, expor o que pensamos sobre nossos objetivos profissionais, tirar uma cópia de um trabalho concluído anteriormente durante nossa formação acadêmica, pedir cartas de recomendação a uma série de pessoas, preencher formulários para que várias instituições nos enviem nossas notas e histórico, e passar um cheque para pagar a taxa de inscrição. De que forma nós, como analistas,

reconhecemos esse gênero agregado, com suas ações e seus contextos implicados?

Além disso, os textos escritos geralmente oferecem pouca evidência imediata da recepção do leitor. Essa recepção pode ser muito mais complexa e ponderada do que aquelas em resposta a enunciados orais, porque o leitor pode se deparar com variações de sentidos e desenvolver múltiplas reações durante a leitura do texto mais longo. O leitor pode, então, fazer ponderações sobre o texto por um período mais longo. Como a resposta do leitor está quase sempre separada no tempo e espaço do momento da escrita e, frequentemente, é protegida pela privacidade da leitura silenciosa, o escritor provavelmente conta com poucas evidências sobre a recepção do leitor. Mais ainda, mesmo tendo conhecimento dessa recepção, o escritor geralmente tem poucas oportunidades de corrigir, reparar ou reelaborar o texto para solucionar mal-entendidos ou diferenças entre a intenção ilocucionária e o efeito perlocucionário. Finalmente, um texto escrito pode, mais facilmente que um texto oral, viajar para situações totalmente novas, em que poderá servir aos usos não previstos de novos leitores. É isso que ocorre, por exemplo, quando um e-mail pessoal se espalha na internet, ou quando um relatório médico de um político cai nas mãos da imprensa.

Esse dilema metodológico de identificar atos de fala em textos escritos é similar ao dilema que enfrentamos como leitores e escritores de textos. Como construímos sentido diante da complexidade, da indeterminação e da multiplicidade contextual que um texto nos apresenta? Usamos os gêneros e as tipificações

para nos ajudar a solucionar justamente esse dilema. Como leitores e escritores, usamos tudo o que aprendemos durante nossa vida sobre textos, tipos de textos e situações para apreender um sentido do texto à mão e atribuir uma ação dominante para cada texto. Mas existem sérias dificuldades metodológicas em confiarmos totalmente nas nossas “intuições de falantes nativos” como algo mais do que uma primeira aproximação do texto. Tecnicamente, ao confiarmos em nossas intuições, já estamos assumindo como verdade muitas das coisas que queremos investigar. Nós já estamos assumindo que todos entendem esses textos exatamente da mesma forma que entendemos, que todos compartilham exatamente o mesmo tipo e nível de conhecimento textual e social, e que todos compartilham a mesma cultura textual. Isso, de certa forma, é assumir o problema da compreensão do gênero como sempre trivial e sempre resolvido, e que, de fato, não requer educação, socialização ou aculturação. Se todos nós compreendêssemos os textos uns dos outros tão facilmente e tão bem, muitos professores estariam sem emprego. Mas não se alcança a compreensão mútua de textos com tanta facilidade assim. Os estudos dos gêneros são necessários exatamente porque nós não compreendemos os gêneros e as atividades de áreas não familiares que são importantes para nós e para nossos alunos. Até mesmo aqueles sistemas de gêneros e de atividades com os quais estamos, até certo ponto, mais familiarizados podem ser submetidos a análises adicionais, de

modo que possamos agir de forma mais eficaz e precisa, com uma noção mais articulada do que está acontecendo.

Então, como vamos sair desse dilema das múltiplas compreensões de gêneros e atos? Como irmos além da nossa visão "naturalizada" de usuários de sistema de gêneros e atividades na direção de um conhecimento mais cuidadosamente pesquisado, observado e analisado? Como incorporarmos uma compreensão das práticas e conhecimentos de outras pessoas — para, então, entendermos como essas mesmas práticas surgem e são aprendidas? Isso é a essência do problema metodológico do estudo de gêneros para o qual não existe uma resposta rápida e simples. Ao contrário, temos aí apenas um trabalho inicial para aumentar nosso conhecimento e ampliar nossa perspectiva através da pesquisa, como a de examinar mais textos de um modo mais regulado; entrevistar e observar mais escritores e leitores; e etnograficamente documentar como os textos são usados nas organizações. Quanto mais rico e mais empírico for esse trabalho, menos dependentes seremos das limitações de nossa própria experiência e treinamento. Os comentários metodológicos seguintes objetivam precisamente usar nossa perspectiva sobre gêneros e os sistemas dos quais eles são partes constitutivas.

Questões metodológicas e ferramentas analíticas: o que é um gênero e como reconhecemos um?

Nas últimas páginas, desenvolvi uma resposta complicada para algo que reconhecemos todos os dias de forma bastante direta. Quando nos deparamos com documentos, percebemos certas características que parecem sinalizar-nos que pertencem a um gênero ou outro, e ainda que procuram realizar um certo tipo de interação conosco.

Você recebe uma oferta via correio de um cartão de crédito. Imediatamente, você reconhece o que é, talvez sem nem abrir o envelope. Como que você faz isso? Está em um envelope padronizado, mas com uma janela de papel transparente para o endereço, de forma que o reconhecemos como comercial ou institucional. Reconhecemos a tarifa postal especial e sabemos que é algum tipo de solicitação impessoal. Percebemos a oferta de redução de nossas taxas de juros. Já sabemos que, dentro do envelope, encontraremos uma solicitação para um cartão de crédito junto com uma carta. Mais ainda, sabemos se queremos nos envolver de alguma forma com aquilo que eles estão oferecendo.

Você entra numa cafeteria e dá uma olhada num jornal sobre uma mesa. Você imediatamente sabe muita coisa sobre qual será o seu conteúdo e como serão os textos, em que estilo estarão escritos, como serão organizados e até onde diferentes textos serão encontrados dentro do jornal. Novamente, esse conheci-

mento de rápido acesso nos ajuda a estruturar o que faremos com aquele jornal.

A maioria dos gêneros tem características de fácil reconhecimento que sinalizam a espécie de texto que são. E, frequentemente, essas características estão intimamente relacionadas com as funções principais ou atividades realizadas pelo gênero. As manchetes de jornal em letras grandes e negrito que mencionam os acontecimentos mais relevantes são elaboradas para atrair sua atenção, mostrando as notícias mais interessantes sobre as quais você vai querer ler um pouco mais a respeito. A data e o lugar onde se passa o acontecimento permitem que você saiba de que lugar do mundo essa notícia vem (é claro que isso só se tornou realmente uma característica importante depois que o telégrafo e outras formas de comunicação a distância transformaram o jornal em mais do que um noticiário local). O *lead* tipicamente diz quem, o que, quando e onde, e, assim, você decide se quer ler mais em busca de detalhes. O papel barato é escolhido porque o conteúdo do jornal envelhece rapidamente, e os jornais são jogados fora dentro de uns poucos dias. Essas características direcionam a forma como nós usamos o jornal e até mesmo por quanto tempo o conservamos.

Somos tentados a ver os gêneros apenas como uma coleção desses elementos característicos porque os gêneros são reconhecidos por suas características distintivas, que parecem nos dizer muito sobre sua função. Somos, então, tentados a analisar os gêneros selecionando as características regulares que per-

cebemos e descrevendo a razão para tais características, com base no nosso conhecimento de mundo. De fato, muito pode ser aprendido sobre gêneros familiares, do nosso tempo e da comunidade procedendo dessa maneira, mas somente porque são parte de nosso mundo cultural mais imediato. Existem, contudo, limitações e problemas em identificar e analisar gêneros dando razões plausíveis para elementos de fácil observação.

Primeiro, isso nos limita a compreender daqueles aspectos do gênero de que já temos conhecimento.

Segundo, ignora como as pessoas podem receber cada texto de formas diferentes, por causa dos seus diferentes conhecimentos sobre gêneros, dos diferentes sistemas de que os gêneros fazem parte, das diferentes posições e atitudes que as pessoas têm em relação a determinados gêneros, ou das suas diferentes atividades no momento. Um cartaz de "procurado", por exemplo, é lido de formas diferentes e tem significados muito diferentes para um agente do FBI,[3] para pais nervosos com a segurança dos filhos e para o fugitivo. Os pesquisadores numa determinada área, por exemplo, podem ser capazes de distinguir muitos tipos diferentes de artigos que aparecem nas revistas de sua área, enquanto os alunos da pós-graduação talvez reconheçam apenas alguns, dos quais não compreenderão a totalidade das suas implicações. Em que aspectos uma crítica da literatura de uma linha de pesquisa que aparece numa revista

3. O FBI (Federal Bureau of Investigation) é uma agência do Departamento de Justiça Americano que investiga crimes que ferem a Constituição e a segurança nacional.

especializada na área difere de uma resenha de um livro ou de uma revisão literária apresentada em sala de aula? Os alunos do primeiro ano da graduação podem até nem saber que literatura de pesquisa existe e podem achar que toda produção escrita científica se parece com a dos livros-textos com os quais estão familiarizados. No mundo dos negócios, alguém familiarizado com os textos que circulam numa companhia de seguros pode não estar tão familiarizado com os textos envolvidos numa operação de vendas no atacado. Mesmo dentro de uma mesma indústria, os conjuntos de documentos típicos podem variar em aspectos significantes de uma companhia para outra.

Em terceiro lugar, tal coleção de elementos característicos pode dar a impressão de que tais elementos do texto são fins em si mesmos, que todo uso de um texto é medido segundo um padrão abstrato de correção em relação à forma, em vez de se levar em conta o trabalho para o qual foi desenvolvido. Um artigo de jornal impresso num papel de alta qualidade deixa de ser um artigo de jornal? Se ele não citar o "quem, o que, quando e onde" no parágrafo de abertura, estará cometendo um erro muito sério? É claro que todo exemplar de um gênero pode variar em particularidades de conteúdo, situação e intenção do escritor, que podem levar a diferenças na forma. Ainda assim, nós continuaremos a usar nosso conhecimento de gêneros para compreendê-lo. Nós até podemos usar múltiplos modelos de gêneros para compreendê-lo e usá-lo. Os elementos característicos e os gêneros invocados encontram sua única justificativa

e razão na compreensão e na atividade que acontecem entre as pessoas e, finalmente, o que quer que funcione é levado em consideração.

Em quarto lugar, consequentemente, a visão de gênero que simplesmente o concebe como uma coleção de elementos característicos encobre como esses elementos são flexíveis em qualquer instância, ou até como a compreensão geral do gênero pode mudar com o passar do tempo, à medida que as pessoas passam a orientar-se por padrões em evolução. Os alunos, quando produzem trabalhos escritos para suas disciplinas, têm uma grande variedade de maneiras para preencher os requisitos da tarefa e podem até mudar o seu direcionamento, desde que seus professores ou avaliadores concordem com a mudança. As reportagens jornalísticas de hoje têm um "sabor" diferente daquelas de um século atrás — o que pode ser atribuído às mudanças na compreensão dos artigos — tais como a expectativa de uma comunicação rápida, o reconhecimento do papel da celebridade e de pessoas famosas.

Para lidar com todas essas questões, podemos sugerir uma série de abordagens diferentes para identificar e analisar gêneros que vão além da catalogação de seus elementos característicos que nós já reconhecemos.

Primeiro, *para ir além dos elementos característicos que já reconhecemos*, podemos usar uma variedade de conceitos analíticos linguísticos, retóricos ou organizacionais menos óbvios para examinar uma coleção de textos de um mesmo gênero. Assim, podemos descobrir se há consistências dentro de um mesmo

gênero que vão além das características distintivas mais óbvias. Examinando padrões típicos de sujeitos e verbos, nós podemos, por exemplo, considerar se os padrões da educação pública conferem, ou não, agência e de que tipo aos alunos, ou se esses documentos colocam a maior parte da tomada de decisão nas mãos de professores, administradores, ou em princípios abstratos de conhecimento. Ou podemos ver como os livros didáticos de ciências usam imagens gráficas e tabelas, e comparar esses usos com outros em documentos científicos mais profissionais, para ver se os alunos estão tendo a oportunidade de se familiarizar com práticas científicas de representação gráfica. A maioria dos métodos de análise textual pode ser considerada na perspectiva do gênero, embora nem todos, necessariamente, revelem um padrão em qualquer gênero particular.

Segundo, *para considerar variações em diferentes situações e períodos*, nós podemos estender a amostra para incluir um maior número e uma maior variedade de textos que ainda podem ser considerados do mesmo gênero. Mais exemplos nos permitem ver como a forma dos textos varia. Mais importante ainda, se você for capaz de obter informações da situação retórica de cada um dos exemplos, você pode analisar como essas variações estão relacionadas a diferenças na situação e na interação.

Podemos, ainda, fazer considerações sobre como podem existir diferenças de padrões naquilo que se chama de “o mesmo gênero” em diferentes áreas ou campos. Se começamos a olhar artigos de pesquisas experimentais em biologia e psicologia, podemos observar diferenças características entre eles. Pode-

mos, então, considerá-los naquilo em que são o mesmo gênero, e até onde se pode considerá-los diferentes. Assim, podemos refletir como as diferenças nas formas estão relacionadas às diferenças na organização social e na organização da atividade de cada campo.

De forma similar, podemos comparar artigos noticiosos de primeira página de jornais em países diferentes para observar os diferentes papéis assumidos pelas notícias nas vidas política, social e econômica encontradas nesses países. Ou podemos comparar as notícias de primeira página de um jornal de circulação nacional, como *The New York Times*, com as de um tabloide ou jornal local. Esse tipo de investigação revela como as expectativas sobre o gênero podem se tornar altamente especializadas em áreas diferentes, como aquilo que as pessoas reconhecem é muito mais uma questão de cultura local, e como as notícias de jornal se inserem no complexo das atividades de vida organizadas.

Outra forma de estender sua amostra é olhar historicamente. Com exemplos suficientes do gênero ao longo do tempo, podemos ter uma noção de como a compreensão do gênero muda quando um campo e o contexto histórico mudam. Essas mudanças podem ser tão grandes que os nomes dos gêneros mudam, ou coisas muito diferentes são consideradas como um gênero. Os primeiros artigos científicos parecem mais cartas do que qualquer coisa que vemos hoje na revista *Physics Review*. Quanto mais mantivermos constantes todos os outros aspectos da situação, mais poderemos perceber até onde a mudança é

devida a alterações no modo de compreender o gênero. A comparação entre as matérias jornalísticas de um século atrás com as de hoje é facilitada se olharmos os jornais de uma cidade do mesmo tamanho, com o mesmo nível de leitores e numa região similar, de forma a identificarmos que diferenças são mais prováveis de serem resultado de mudanças históricas no formato do jornal do que de diferenças nos leitores a que servem.

Terceiro, para lidar com o problema de *caracterização de gêneros com os quais você não é familiarizado ou quando os outros os compreendem de modo diferente do seu*, você precisa colher informações não só sobre os textos, mas também sobre como as outras pessoas entendem esses textos. Uma forma mais geral de fazer isso é pedir às pessoas de um certo campo que nomeiem os tipos de textos com os quais trabalham (para identificar seu conjunto de gêneros). Se você descobrir que todas as pessoas de um campo fazem uma lista de tipos de textos similar aos que contadores ou corretores de seguros usam, então você pode ter algum indício de que eles possuem uma compreensão comum. A existência de um nome conhecido para um gênero dentro de uma esfera de práticas sugere que isso é realmente um conhecimento comum às pessoas envolvidas naquelas práticas. No entanto, as pessoas podem compreender algo diferente mesmo sob um nome único e compartilhado. Averiguar o grau de concordância para entender as particularidades do gênero, coletando exemplares do que as pessoas considerariam como cada um desses gêneros conhecidos, dá a você uma chance de examinar o quão similares eles são na forma e na função. Algu-

mas vezes, documentos profissionais, legais ou administrativos definem e especificam o que cabe em vários documentos e como devem ser usados. Manuais de procedimentos e regulamentações, por exemplo, podem identificar doze tipos de formulários que devem ser preenchidos, em que ocasiões eles devem ser preenchidos e a maneira como fazê-lo. Porém, seja cuidadoso, porque as pessoas nem sempre fazem as coisas exatamente como mandam as regulamentações, ou interpretam as regulamentações de forma diferente, ou tentam realizar outras coisas que estão além da alçada das regulamentações.

Quarto, *para ir além da compreensão explícita do que as pessoas nomeiam em uma determinada área*, para visualizar toda a gama de práticas implícitas, você pode fazer uma pesquisa etnográfica no local de trabalho, sala de aula ou outro local de produção, distribuição ou uso de textos. Coletando todos os textos que as pessoas usam ao longo de um dia, semana ou mês, assim como anotando em que ocasiões eles são usados, com que propósitos, e como elas produzem, trabalham e interpretam esses textos, você terá um retrato mais completo do mundo textual dessas pessoas. Se você fizer isso, faça da forma mais completa possível, incluindo coisas do tipo mensagens de e-mail, notas pessoais breves escritas nas margens de outros formulários, ou outras coisas que as pessoas podem não considerar como documentos formais que justifiquem ser mencionados. Entrevistar pessoas no processo de uso de textos pode lhe dar um *insight* a mais sobre significados, intenções, percepções e atividades dos participantes.

No curso desse trabalho etnográfico, você pode também registrar a sequência em que certos documentos são introduzidos, em relação a que atividades, e quais documentos são mencionados no curso da leitura e da escrita de cada novo documento. Esses dados vão ajudá-lo a documentar e compreender o conjunto de gêneros, o sistema de gêneros e o sistema de atividades. Examinar o conjunto de gêneros permite a você ver a extensão e a variedade do trabalho escrito requerido por um determinado papel, e identificar o conhecimento de gênero e as habilidades de escrita necessárias para alguém realizar esse trabalho. Examinar o sistema de gêneros permite a você compreender as interações práticas, funcionais e sequenciais de documentos. Compreender essas interações também permite a você ver como os indivíduos, ao escrever qualquer novo texto, estão intertextualmente situados dentro de um sistema e como sua escrita é direcionada pelas expectativas de gêneros e amparadas por recursos sistêmicos. Finalmente, considerar o sistema de atividades permite a você compreender o trabalho total realizado pelo sistema e como cada texto escrito contribui para o trabalho como um todo. A análise de sistemas de gêneros e de atividades permite a você avaliar a eficiência dos sistemas totais e a adequação de cada um dos documentos caracterizados como gêneros em levar adiante aquele trabalho. Essa análise poderá ajudá-lo a determinar se alguma mudança em qualquer dos documentos, distribuição, sequência ou circulação pode melhorar o sistema de atividades como um todo.

Enfim, ofereço algumas diretrizes metodológicas para definir e realizar uma investigação sobre gênero:

1.

Enquadre seus propósitos e questões para delimitar o seu foco. Como em qualquer tipo de pesquisa e análise, a primeira e mais importante tarefa é saber por que você está envolvido neste empreendimento e que perguntas espera responder com ele. Dependendo de seus propósitos, dos dados a que você tem acesso, da quantidade de tempo e energia que você pode dedicar ao projeto, é possível realizar uma investigação em qualquer dos níveis discutidos na seção anterior. Cada nível de análise traz seus problemas e benefícios. Nenhum é certo ou errado. Você só precisa estar atento aos limites e valores de cada um.

2.

Defina o seu corpus. Uma vez que você saiba o que está procurando e por quê, a próxima tarefa é identificar os textos ou coleções específicas que você quer examinar, fazendo com que eles sejam extensos o suficiente para muni-lo com evidências substanciais para fazer afirmações, mas não tão amplos a ponto de fugirem do seu controle. Não existe uma equação mágica para determinar o que lhe oferece uma evidência adequada de um gênero, mas uma

> boa regra é a seguinte: ao atingir o ponto em que o retorno vai diminuindo, acrescente mais alguns exemplares. Isto é, o tamanho da amostra deve ser grande o suficiente de forma que, mesmo a adição de mais exemplares, dificilmente implicará maiores novidades ou variações. Uma vez encontrado esse ponto, adicione um pouco mais de exemplares só por uma questão de segurança.

Por outro lado, se você está examinando a história de um jornal, ou fazendo uma comparação que envolve várias subespecialidades, sua amostra deve ser rica o suficiente para incluir mais do que uns poucos exemplares de cada período ou domínio.

Se você está colhendo gêneros de um grupo ou sistema de gêneros, novamente, o ponto em que o retorno vai diminuindo e ao qual você acrescenta mais alguns exemplares é um bom parâmetro. Se os gêneros e o trabalho são organizados dentro de um ciclo limitado e coerente, então você pode utilizar o ciclo para organizar sua coleta. Por exemplo, na observação de uma turma, você pode considerar o ciclo completo de um período acadêmico; ou você pode examinar o ciclo de textos envolvidos numa única unidade ou sequência de tarefa. Você não precisa examinar o trabalho ou produção de cada aluno para cada uma das tarefas, mas deve ter uma amostra razoável de todos os trabalhos, conjuntos de anotações, etc. Se você está trabalhando com um pequeno grupo de escrita colaborativa na aula, todos os textos com os quais eles trabalham podem definir sua amostra de trabalhos coletados.

3. Selecione e aplique suas ferramentas analíticas. Baseado nos objetivos de sua investigação, você precisa selecionar ferramentas analíticas apropriadas para examinar as consistências e variações das características, funções ou relações em toda a coleção. Essas são as ferramentas discutidas na subseção “Questões metodológicas e ferramentas analítica: o que é um gênero e como reconhecemos um?” Quando você prosseguir com a análise, ficará evidente se você está explorando alguns padrões relativamente estáveis de textos e atividades.

Após uma coleta e análise abrangentes, se nenhum padrão estável emergir, isso pode ser atribuído a uma destas duas dificuldades: a coleção não reflete as práticas reais dos usuários ou um fluxo coerente de documentos. Por exemplo, se você coletar todos os textos vistos ou trabalhados por alunos que se encontram na sala de estar do centro estudantil, você pode estar explorando tantos sistemas de atividades diferentes trazidos pelos alunos que estão apenas de passagem por ali que não encontrará nenhuma coerência. Se quisesse apreender algum sentido dos muitos gêneros que atravessam a vida de um aluno, seria melhor que acompanhasse um único aluno por um ou alguns dias; o foco analítico pode estar mal colocado. Por exemplo, se você está vendo propagandas de televisão, assumindo que o propósito delas é dar informações sobre o produto anunciado,

poderá descobrir que, em grande parte das propagandas, há pouca informação sobre o produto para considerar. Você pode ficar estarrecido, mas as propagandas quase sempre buscam variedade e novidade para ganhar a atenção de espectadores desatentos e, assim, dão pouca informação. Algumas vezes, as propagandas evitam até mesmo identificar o produto antes do final para fazer você pensar. Talvez, nesse caso, sua análise estar-ia mais bem enquadrada se girasse em torno da novidade e dos mecanismos para atrair atenção. É possível que o movimento no sentido de ganhar a atenção do espectador e de apresentar a novidade seja tão forte que provoque mudanças muito rápidas nas características reconhecíveis das propagandas, e sua análise precisará levar isso em consideração.

CAPÍTULO 2

FORMAS SOCIAIS COMO HABITATS PARA AÇÃO[1]

O conceito de gênero, tipo de texto ou espécies literárias tem sido um permanente quebra-cabeça para os estudos literários.[2] Como leitores, críticos, historiadores, professores e escritores, precisamos, com frequência, caracterizar a espécie de texto com que trabalhamos. Como leitores, usamos o gênero para demarcar o tipo de mundo em que entramos em cada texto; para identificar os tipos de atividades simbólicas, emocionais, intelectuais, críticas e outras atividades mentais evocadas; para reconhecer os tipos de jogos em ação aos quais precisamos ficar atentos. Como críticos e historiadores, atribuímos explicitamente um gênero para categorizar séries de textos como similares e para mapear as mudanças na prática literária. Dependemos implicitamente de gênero na nossa invocação dos procedimentos interpretativos e avaliativos que consideramos apropriados a cada texto, segundo seu tipo. Como pedagogos, usamos o conceito de gênero para organizar cursos e ensinar a alunos. Como escritores, usamos nosso senso de gênero para focalizar nossos esforços, para localizar e mostrar recursos típicos e apropriados ao gênero, para reconhecer o estilo e o decoro apropriados, para fornecer enquadres para formas difusas e outros tipos de ruptura. Como leitores e escritores, frequentemente sentimos a necessidade de nos rebelar contra as aparentes restrições conservadoras do gênero sobre a criatividade, a novidade, a

imaginação e o realinhamento sociopolítico.[3] Como críticos e professores, achamos importante destacar como os textos realizam mais do que as tipicidades de gênero poderiam sugerir.

---

3. Os chamamentos recentes mais proeminentes à ruptura de gênero estão em “The law of genre”, de Jacques Derrida (1980), e em “Blurred genres”, de Clifford Geertz (1983). Chamamentos para rupturas de gênero são historicamente recorrentes, acompanhando momentos de mudança de gênero, quando formas de comunicação anteriores não parecem ser mais adequadas às novas situações e aos novos propósitos. Enquanto tais chamamentos, normalmente, são postos explicitamente como rejeições às restrições de gênero em geral e às falhas de gêneros particulares associadas com um regime anterior, elas podem frequentemente ser lidas para prever os traços de um novo regime que os críticos estão tentando alcançar. Isto é, elas podem ser vistas não somente como uma queixa e uma fuga, mas como uma definição implícita de uma nova direção para as transações discursivas. Gregory Gonsoulin me chamou a atenção para um caso interessante neste ponto — a rejeição explícita dos gêneros literários tradicionais chineses pelos reformadores culturais e políticos no início do século XX, conhecidos coletivamente como o Movimento de 4 de Maio (denominados pela revolta de 1919), com a intenção de derrubar a tradição confuciana e promover a abertura para influências ocidentais. Os reformadores chineses perceberam os gêneros tradicionais como profundamente ligados à corte e às práticas educacionais que queriam derrubar. Eles alegaram, abertamente, a rejeição de gênero, mas implicitamente, moveram-se em direção à imitação dos gêneros ficcionais ocidentais, particularmente o da transformação russa, para refletir os novos valores e as novas relações sociais que esperavam estabelecer como parte de uma nova ordem política (GOLDMAN, 1977). Birch (1974) contém vários ensaios que tentam categorizar esses gêneros tradicionais com algumas de suas implicações políticas e culturais. Fredric Jameson (1981), em “Magical narratives: on the dialectical use of genre criticism”, no livro The political unconscious, assinala os significados ideológicos capturados em formas genéricas e as tensões desempenhadas por cada uso particular de gênero, no qual a situação política e social nunca é uniforme ou sem fragmentação. Assim, ele aponta para uma tensão constante dentro de cada performance de gênero.

Mesmo assim, apesar de todo nosso interesse em localizar e transcender gêneros, nunca conseguimos chegar a taxonomias estáveis (além do “conhecimento do senso comum”) ou a uma definição de qualquer gênero que satisfaça mais do que a umas poucas pessoas por pouco tempo; além disso, as tentativas de fazer taxonomias, menos ainda de usá-las para avaliar e reforçar padrões críticos, são associadas, inevitavelmente, com o formalismo redutor. A criação de cada autor de um texto num gênero identificável é tão individual em suas características que o gênero não parece fornecer meios adequados e fixos para descrever a realização individual de cada texto sem empobrecimento. Tentativas de reforçar a uniformidade de gênero têm sido vistas sempre como restrições à criatividade e à expressão. O reconhecimento de cada leitor dos recursos especiais e pessoais num texto também parece fazer da formação de gênero, no máximo, um guia trivial para a interpretação. O que está envolvido em qualquer designação de gênero, então, parece mudar de texto para texto, até o ponto em que não haja um conhecimento certo, histórico e culturalmente estável, que possamos obter de uma designação de gênero. Consequentemente, as caracterizações gerais que podemos fazer, com base nas categorias tão frouxas que o gênero fornece, não parecem ser muito úteis para atos individuais de leitura e escrita (a não ser sob condições procustianas de execução coerciva).

Esse dilema levou vários teóricos, nos últimos anos, a enfatizar uma explicação sócio-histórica de gênero como uma série de categorias culturalmente salientes e sempre em mudança, que

moldam os espaços da atividade literária em qualquer época e lugar.[4] Os gêneros são o que as pessoas reconhecem como gêneros em qualquer momento do tempo. Podem reconhecer os gêneros por nomeação, institucionalização e regularização explícitas, através de várias formas de sanção social e de recompensa. Ou ainda, as pessoas podem reconhecer gêneros através da organização implícita de práticas dentro de formas padronizadas de interação letrada. Ralph Cohen (1986) já levantou esse argumento de forma mais completa e direta, como também o fez Todorov (1990) baseando-se em Bakhtin (1986).[5]

---

4. Um dos primeiros lugares desta historicização de gênero se deu nos estudos da Renascença, em parte, como Colie (1973) já apontou, porque a tradição clássica foi transmitida às culturas renascentistas dentro de distintas categorias de gêneros que explicitamente enquadraram e regularizaram as práticas literárias do período. Ver também Lewalski (1986).

5. Bakhtin, como teórico do gênero, embora frequentemente servindo como a inspiração para o recente revigoramento do gênero, parece ser um Bakhtin diferente para seus leitores literários e não literários. Estudiosos não literários nas Ciências Sociais são mais propensos a se valerem do ensaio "Os gêneros do discurso", enquanto os estudiosos e teóricos literários são mais propensos a se valerem dos ensaios sobre a história do romance, tais como aqueles publicados em A imaginação dialógica (1986). Os cientistas sociais, ao lerem o ensaio "Os gêneros do discurso", separado do resto da obra de Bakhtin, apressam-se em atribuir à teoria de gênero de Bakhtin uma forte orientação à ação social, baseada em especulações preliminares naquele ensaio. A substância de sua teoria se origina nas suas contemplações sobre os gêneros literários. Nos estudos de gêneros literários, Bakhtin se acha mais interessado nos gêneros literários como formas de consciência, expressando a atitude do autor para com indivíduos e coletividades e, desta forma, expressando sua aceitação ou distanciamento da consciência dos outros. Ele vê a história dos gêneros como a história de consciência, com certos gêneros, como o romance dostoiveskiano ou o Bildungsroman, sendo mais altamente valorizados

Gênero como fato social

Identificar gênero historicamente conduz o conceito de gênero de um fato essencial, que reside nos textos, a um fato social, real, na medida em que as pessoas o tomam como real e na medida em que essa realidade sociopsicológica influi na sua compreensão e no seu comportamento, dentro da situação como elas a percebem. Assim, na formulação clássica do sociólogo W. I. Thomas (1928: 572), se as pessoas "definem situações como reais, elas são reais nas suas consequências".

O movimento de um gênero para o domínio do fato social em si tem consequências para nossa compreensão de gênero, uma vez que isso torna possível a invocação de trabalhos em psicologia, sociologia e antropologia sobre a tipificação social,

---

como representativos de estados de consciência mais avançados e socialmente cônscios. Uma vez que sua visão de gênero foi desenvolvida principalmente através de sua contemplação de romances, ele também vê os gêneros não literários em termos novelescos, como favorecendo o reconhecimento dos enunciados do outro, a compreensão mútua e a harmonia. Esses gêneros primários cotidianos de comunicação pessoal são transformados no que ele chama de gêneros secundários (tais como romances) que se agregam aos gêneros primários e neles se encaixam, criando uma consciência heteroglóssica mais elevada. Ele é apenas minimamente consciente das ações sociais além da comunicação da percepção, dos sentimentos ou da condição de alguém. Motivado por uma estética moral, Bakhtin desenvolve uma teoria rica que nos diz muito acerca da consciência, da intersubjetividade, das relações entre as representações cotidianas do eu e as representações mais elaboradas da consciência social. Mas a compreensão de gênero de Bakhtin fornece apenas pistas mínimas para descrever o alcance, a história e os mecanismos da interação social.

cultural e psicológica. Além disso, agora entramos numa consideração interdisciplinar da interação entre categorias recebidas culturalmente e criadas nos processos sociais, e categorias pessoalmente salientes que surgem em atividades psicológicas. Esse é um movimento particularmente proveitoso no momento atual, porque questões de práticas sociais tipificadas e gênero têm sido de grande interesse, em anos recentes, nas Ciências Sociais, que têm lutado para compreender como maiores padrões de relações e de cognições socialmente distribuídos são possíveis dentro das pequenas interações locais negociadas que essas ciências estão observando. Além do mais, a retórica e a linguística aplicada desenvolveram, recentemente, modos de pensar gênero que recorrem às Ciências Sociais para examinar as espécies de textos que as pessoas produzem para realizar os vários trabalhos no mundo, como esses textos circulam e são respondidos, e o que faz tais textos terem sucesso na realização de seu trabalho. A interação entre a produção individual, em circunstâncias locais, e os padrões mais amplos de práticas sociais que têm a aparência de sistemas continua sendo um problema muito vivo e relevante para alunos que estão aprendendo ações de letramento necessárias, mas localizadas.

Em todas essas áreas, uma preocupação com a compreensão da construção social do conhecimento, da cultura, da sociedade, do Estado e da vida cotidiana tem levado à procura dos mecanismos pelos quais criamos alguma ordem e compreensibilidade em nossas relações uns com os outros. Sem tais mecanismos,

uma posição socioconstrutivista poderia facilmente nos levar a perceber a vida como completamente imprevisível, *ad hoc*, sempre e eternamente local e única.

Embora esse problema seja familiar aos estudos literários na bem conhecida tensão entre a individualidade e a tradição, para as Ciências Humanas, tais problemas vêm ganhando uma força que até recentemente era desconhecida dos estudos culturais. Até há pouco tempo, dentro dos estudos literários e culturais, a tensão entre tradição e individualidade foi vista em grande parte como um problema de autodefinição ora para o artista individual, ora para a nação ou a comunidade recém-emergente, em vez de um problema fundamental para a manutenção de um sistema cultural. O sistema cultural era tido como dado, como uma herança que fazia a diferenciação individual possível. Apesar da contradição do artista, pelo menos desde a época dos gregos, as artes, sendo vistas tanto como o transmissor da herança cultural quanto como o boêmio não convencional, rompedor, criativo e dionisíaco, têm sido questionadas apenas por aqueles fora das artes que desejam controlar a cultura para a manutenção da ordem social ou para a promoção de certos valores culturais particulares. Contudo, a recente atenção dada, nos estudos literários e culturais, às maneiras como as artes produzem tipos culturais que excluem, oprimem, diferenciam e perseguem vantagens, tem colocado uma carga nas artes como sendo um centro cultural conservador e hierárquico da ordem social e política. Como resultado, formas culturais e

tradições se tornam não somente locais para a luta individual com respeito à realização individual, mas também alvos para a crítica e para uma larga rejeição a fim de refazer a cultura em termos mais equitativos. A rejeição contemporânea de gênero é parte deste movimento de desnaturalizar as formas da ordem social, desqualificando-as enquanto formas e as regras pelas quais devemos viver. Nessa rejeição do sistema cultural como sistema, contudo, os estudos literários e culturais acham-se com o mesmo dilema das outras Ciências Humanas, ou seja, sem uma ordem social autorizada ou autorizável dentro da qual se pode localizar a ação individual. Os estudos literários e culturais, tal como as outras Ciências Humanas, precisam encontrar mecanismos que façam o local possível, que nos ajudem a identificar o espaço cultural dentro do qual operamos em um dado momento histórico.

A visão do dilema cultural corrente como o mesmo que acossa várias áreas das Ciências Humanas traz consigo duas ampliações de perspectivas. Primeiramente, convida-nos a considerar seriamente as maneiras como o conceito de gênero (como também outros conceitos da construção sociocultural emprestados das áreas humanas) é reinterpretado e expandido por antropólogos, sociólogos, linguistas e outros. Em segundo lugar, convida-nos a ver as espécies de textos e objetos culturais tipicamente estudados ao lado daqueles tipicamente estudados por outros campos nas Ciências Humanas. Essa inserção da literatura e das outras artes dentro da grande ordem de objetos culturalmente produzidos faz mais que reconhecer que outros textos e outros

objetos são de valor cultural, assim tornando-os disponíveis para as nossas formas de interpretação literária e cultural (um passo já dado pelos novos historicistas e por outros analistas dos estudos culturais). Esse passo abre os textos literários e outros objetos culturais para outros tipos de questionamento e investigação postos por outros campos de estudo. Portanto, ao olhar como outros campos de estudo têm usado gênero, podemos começar a ver os textos literários sob novas luzes.

Gênero dentro das ciências sociais

A antropologia, ao coletar descrições de diversidade não somente entre culturas, mas também entre as participações individuais dentro de culturas, e ao não mais confiar nas explicações estruturais que reificam as noções do outro e ocultam a agência dentro do costume exótico, vem olhando mais as interações discursivas concretas das quais as práticas culturais emergem. John Gumperz (1992, 1995), um antropólogo-linguista, ao estudar casos de má compreensão transcultural, descobriu que, na interação falada, sinalizamos uns para os outros como devemos nos orientar para a situação, quais as pressuposições e os entendimentos que devemos invocar e como devemos entender as palavras que são faladas. Essas pistas de contextualização, em suma, nos ajudam a identificar o tipo, ou gênero, do evento de fala que está ocorrendo. Se não reconhecemos as pistas de cada interlocutor, tendo assim entendimentos divergentes do evento, não captamos os significados e as ações do outro,

embora possamos estar perfeitamente familiarizados com o significado conotativo preciso do enunciado. Essas pistas de contextualização nos indexam aos entendimentos sociais intangíveis dos gêneros dos eventos de fala, da mesma forma que as palavras como agora e mais tarde, aqui e ali nos indexam aos aspectos empíricos e físicos da situação da fala. Quando não compartilhamos pistas de contextualização, como é provável em situações transculturais, podemos falar sem entender um ao outro, situação que leva a mal-entendidos, desacordos e estigmas ideologizados da conduta do outro. Quando temos um sentido compartilhado muito refinado de tipos sociais de eventos, podemos nos engajar em negociações complexas e ajustamentos estratégicos de definições de eventos em circunstâncias difíceis, como também apontou o sociólogo Erving Goffman (1981).

Outros antropólogos olham para a maneira como certos gêneros sociais têm criado poder, negociando relações entre grupos e dentro deles, e criado um habitus naturalizado para relações políticas contínuas. William Hanks (1987), por exemplo, examinou os gêneros de documentos coloniais pelos quais a sociedade maia foi trazida para o controle regularizado espanhol: cartas à corte, crônicas e demarcação de terras. As representações que o povo maia conseguiu criar para si dentro desses documentos determinados pelos espanhóis formaram a identidade oficial dos maias, definindo suas relações com o governo espanhol. Através do tempo, essas representações oficiais estruturaram a ordem social naturalizada, um ambien-

te não refletido para a vida diária. Aqui vemos o poder prático de gêneros particulares para expressar identidade e formar a base da vida diária, mesmo sob a direção estrangeira, e vemos a maneira como gêneros são realizados e transformados para fornecer um local para a negociação e luta política e econômica.

Semelhantemente, Alessandro Duranti (1984) investigou em detalhe como um gênero oratório tradicional samoano, conhecido como o *laugu*, opera em reuniões de conselho: como uma performance ritual que representa solidariedade; como uma performance individual que demonstra o mérito individual e estabelece a credibilidade política; como asserção local de interesse em situações judiciais e deliberativas; e como instrumento de alinhamento político. Em ocasiões rituais, tais como casamentos e festivais, o discurso é dado na sua forma mais tradicional, e aqueles que podem desempenhá-lo mais eloquentemente estabelecem suas posições de liderança e exercem o direito de sentar, literalmente, mais perto do centro do poder nas reuniões do conselho e, desta forma, ter mais voz nas considerações do conselho. Nas ocasiões judiciais e deliberativas, os discursos começam na forma de *laugu* tradicional, asseverando a solidariedade do grupo, mas variam flexivelmente para permitir a apresentação da queixa ou da defesa, ou ainda de uma testemunha sobre o assunto judicial em curso, ou para apresentar argumentos em assuntos deliberativos. Além do mais, em todas as ocasiões, as maneiras como o discurso é realizado permitem atos, eventos e pessoas serem representados como sendo mais meritórios, em harmonia e subserviência à

vontade dos deuses, ou como tendo mais interesse pessoal e, assim, menos nobre. Duranti apresenta um retrato de um só gênero, o *laugu*, como sendo o centro retórico da construção e negociação comum, flexivelmente combinando os gêneros retóricos clássicos demonstrativo, jurídico e deliberativo, que abertamente proclamam uma harmonia social não problemática, enquanto promovem às escuras os interesses particulares dentro da luta social.

O folclorista Richard Bauman (1986), ao estudar a arte dos gêneros folclóricos americanos, tais como os contos de "troca de cães", contos de travessuras e anedotas, aponta para as específicas habilidades linguísticas e performáticas que criam o evento narrativo e reconstroem o evento narrado.[6] Esse trabalho sinaliza como a textura da experiência vivida e lembrada é formada por performances focalizadas nos gêneros ao usar habilidades específicas do gênero.[7] Briggs e Bauman (1992), num ensaio recente que revisa o trabalho antropológico sobre gênero, estenderam a ideia de performances virtuosísticas, organizando eventos vividos e lembrados para examinar como os realizadores podem valer-se das reverberações intertextuais de gênero para reverberar os sentidos da ordem, das emoções e da continuidade tradicionais, ou colocar a performance em relação irônica, cômica ou crítica com as representações culturais tradicionais.

6. Para outros trabalhos sobre gêneros folclóricos, ver Ben-Amos (1976).

7. (N.T.) No original, são usados os termos *genre-focused performances* e *genre-specific skills*.

Talvez, mais fundamentalmente, Hanks (em *Referential practice*, 1990) tem considerado como os gêneros são parte do sistema dêitico pelo qual o povo maia cria seu sentido do aqui e agora, como eles identificam o espaço do qual participam, e assim o sentido do universo em que eles estão se movendo em um dado momento.

As práticas linguísticas, organizadas por gêneros, através das quais as pessoas indicam os traços de tempo, espaço, pessoas ou seus próprios corpos, continuamente constroem o que é discursivamente saliente e, assim, o que forma o contexto relevante para enunciados. Seu estudo detalhado e concreto da construção social de tempo e espaço vividos entre os maias dá uma interpretação realista do conceito sociológico bourdieuniano de habitus (aquelas disposições ou hábitos que nós levamos conosco, que nos orientam em situações e que fornecem a base de nossas avaliações sociais) e do conceito novelístico bakhtiniano de cronotipo (o tempo-espaço em que percebemos eventos representados em textos e, por extensão, experimentados em nossas vidas).

Os sociólogos também estão procurando saber como regularidades reconhecíveis de discurso e encontros sociais (isto é, como percebemos fala e eventos como sendo realizados em gêneros tipificados) não somente fornecem uma orientação a situações, mas também permitem a realização dos elementos básicos da ordem social, com o resultado de que a estrutura social pode ser vista como concretamente realizada em microeventos criados por agentes individuais. O gênero assim se

torna um meio de ligar a macrossociologia de papéis, normas e classes à mais recente microssociologia, que, ao olhar os detalhes de interações concretas, tem sido cética com respeito às macrocategorias tradicionais que não são facilmente identificadas no nível de encontros únicos entre indivíduos. O gênero fornece um meio para que os indivíduos possam orientar-se e realizar situações de modo reconhecível, com consequências reconhecíveis, e assim estabelecer um mecanismo concreto para teorias estruturais, as quais sugerem que a estrutura social é refeita constantemente em cada interação, restabelecendo as relações ordenadas (GIDDENS, 1984). Luhmann (1989) sugere ainda que a sociedade existe nas comunicações que ocorrem entre indivíduos e não na agregação de indivíduos que sempre agem como agentes individuais. Dessa forma, sugere que a estrutura social é encontrada na estruturação das comunicações que, por sua vez, estrutura as relações sociais.

Teorias estruturacionais decorrem da ideia de Schutz sobre a tipificação social na produção da vida cotidiana. Um dos alunos de Schutz, Thomas Luckmann (1992), fez, especificamente, a conexão entre gênero e construção da vida diária:

> A função elementar dos gêneros comunicativos na vida social é de organizar, rotinizar e condicionar (em maior ou menor grau) as soluções para problemas comunicativos recorrentes. Os problemas comunicativos para os quais tais soluções são estabelecidas socialmente e

> depositadas no estoque social do conhecimento tendem a ser aqueles que afetam os aspectos comunicativos das interações sociais que são importantes para a manutenção de uma dada ordem social [...] Dessa forma, sociedades diferentes não têm o mesmo repertório de gêneros comunicativos, bem como os gêneros comunicativos de uma época podem se dissolver em processos comunicativos mais "espontâneos", enquanto outros gêneros até então pouco definidos podem se congelar em novos gêneros.

Em geral pode-se dizer que, em um dado tempo, em uma sociedade particular, o repertório de gêneros comunicativos constitui o "centro" das dimensões comunicativas da vida social.

Susanne Guenthner e Hubert Knoblauch (1994) refinam ainda mais a ideia de repertório de gêneros comunicativos para um orçamento comunicativo que atende não apenas à variação dos gêneros disponíveis, mas também à forma como estes gêneros estão socialmente distribuídos (de acordo com características, tais como gênero social, casta ou ofício; de acordo com o domínio institucional, como gênero social ou religião; e de acordo com os agrupamentos heterogêneos, tais como família e grupos de lazer). O orçamento comunicativo, então, dá uma forma concreta à noção mais geral bourdieuniana de um campo linguístico, especificando os tipos de atos linguísticos disponíveis aos vários participantes e, desta maneira, modelando seus papéis e formas de interação.

Berger e Luckmann (1966), em *The Social Construction of Reality* [A construção social da realidade], foram os primeiros a levantar a questão de como desenvolvemos explicações de nossas vidas que, por sua vez, influenciam o modo como percebemos e participamos do desenrolar dos eventos. Luckmann (1994), em colaboração com Bergmann, tem estudado nossas práticas de formar as explicações de vida, ao examinar o que ele chama de gêneros reconstrutivos, pelos quais os indivíduos criam memórias públicas de eventos que, presume-se, ocorreram anteriormente. A fofoca e a narrativa são gêneros reconstrutivos e é possível notar alguma relação com as narrativas literárias ficcionais. Bergmann (1993) explorou os gêneros de fofoca profundamente no seu livro *Discreet indiscretions*, no qual ele nota que a fofoca é cheia de ambivalências, negações e meios de lidar com as violações perigosas do público e do privado, do discreto e do indiscreto, do tabu e do invejado, do íntimo e do condenatório e de outras fronteiras sociais. Ao fazer isso, a fofoca cria um lugar sociodiscursivo especial e reconhecível, um habitus, onde a fofoca ocorre e no qual os parceiros da fofoca têm que entrar, ao mesmo tempo em que a pessoa alvo da fofoca (sobre quem se fofoca) tem que ser excluída. Ao fazer isso, a fofoca cria um tipo especializado de interação com seus prazeres especializados. Mesmo assim, a criação desse desvio das normas sociais comuns reafirma o compromisso do falante com a moralidade cotidiana com que a fofoca brinca tão cuidadosamente. Além do mais, ela cria explicações que avaliam o comportamento cotidiano, comportamento pelo

qual os fofoqueiros assim se responsabilizam. Aqui nós vemos a importância dos gêneros para a formação de atitudes e comportamento tanto dentro de um dado gênero quanto dentro de outros gêneros que podem estar sob inspeção. Também vemos concretamente as dificuldades do discurso moral e avaliativo e os mecanismos pelos quais esse discurso pode ter força em outras circunstâncias. E observamos, finalmente, como as relações e grupos sociais são construídos na narração moral da vida diária. Essas considerações são questões de considerável interesse para a prática da literatura.

A análise da conversação, um outro modo de investigação microssociológica, ao tentar dar um embasamento empírico preciso às observações sociológicas, tende a deixar de lado quaisquer abstrações sobre contexto, evento ou organização que os indivíduos possam trazer para as situações. Esses analistas têm prestado atenção aos mínimos detalhes que possam indicar um tipo de sintaxe da interação, com mais atenção dada à maneira como a troca de turno é negociada. Contudo, ao examinar como as pessoas conseguem manter a palavra para turnos mais longos, Schegloff (1994) considera unidades de turno reconhecíveis maiores — que são algo parecido aos gêneros reconhecíveis. Se alguém está contando uma piada, sabemos que devemos deixá-lo continuar até o desfecho da piada.

Gênero na linguística e na retórica

Na Linguística, as preocupações com a linguagem em uso e a análise do discurso têm renovado o interesse no gênero como meio de organizar os aspectos linguísticos em relação à ação situada. Dessa forma, temos estudos da maneira como elementos semânticos e sintáticos se agregam em diferentes gêneros e das maneiras como a organização interna dos gêneros revela o processo linguístico dos eventos numa série de movimentos tipificados, descritíveis em termos formais e funcionais (ATKINSON, 1993; BHATIA, 1993; BIBER, 1988; DEVITT, 1991; GALINDO, 1994; HALLIDAY, 1989; HALLIDAY; MARTIN, 1993; HASAN, 1985; KRESS, 1993; MARTIN, 1992; SWALES, 1990, 1993). Pare e Smart (1994) examinaram a relação entre gêneros, sua função e as situações organizacionais e profissionais que criam funções, recursos e restrições. Devitt (1991) demonstrou os modos como gêneros particulares mantêm relações intertextuais altamente padronizadas com documentos relacionados; por exemplo, as cartas de conselhos do *tax accountant* para os clientes e as contestações de imposto dirigidas ao *Internal Revenue Service*[8] têm fortes ligações intertextuais com o código de impostos, mas, para cada um, as ligações são diferentes, são usadas para propósitos diferentes e são apresentadas de maneiras diferentes. A autora ainda mostrou como uma série de gêneros relaciona-

8. (N.T.) *Tax accountant* é um contador especializado em impostos; *Internal Revenue Service* é equivalente à Secretaria da Receita Federal

dos constitui o mundo discursivo regular, ou o que ela chama o conjunto de gêneros de uma profissão, e, dentro daquela profissão, a coleção das instanciações específicas do gênero constitui um arquivo que é a totalidade da representação de um caso dentro do discurso profissional. Kress (1993) e Fairclough (1992) têm investigado criticamente as ideologias ligadas aos vários gêneros públicos. As implicações educacionais do uso de categorias linguísticas para ensinar explicitamente gêneros nas escolas de Ensino Fundamental e Médio têm se tornado um tópico principal de uma controvérsia na Austrália (COPE; KALANTZIS, 1993; FREEDMAN, 1987, 1990; FREEDMAN; MEDWAY, 1994, 1995a; RICHARDSON, 1994).

Na retórica, como nos estudos literários, o gênero tem uma longa história, baseada em vários gêneros para os quais a retórica forneceu conselhos práticos: jurídico, deliberativo, demonstrativo, sermão, carta, escrita, ensaio acadêmico, comunicação comercial e técnica. Desde 1965, a crítica retórica desenvolveu um renovado interesse em gênero, baseado no programa de Edwin Black (1965) para examinar o gênero como componente da construção retórica da sociedade (ver também MILLER, 1984); a atenção tem focalizado particularmente os gêneros políticos (ver CAMPBELL; JAMIESON, 1990; JAMESON, 1981; LUCAS, 1986; SIMONS; AGHAZARIAN, 1986).

Para os retóricos preocupados com o ensino da escrita, o gênero tem sido uma maneira de lidar com as características particulares da escrita situada — uma maneira de ir além do processo das particularidades da etnografia para atender à

forma como é realmente percebido e utilizado em situações comunicativas, em vez de como é idealizado em abstrações sobre o que é correto e sobre os modos de organização de parágrafos. O gênero tem sido particularmente útil para compreender as práticas discursivas acadêmicas e profissionais, em que enunciados altamente individuais e estratégicos são produzidos em formas bastante distintivas e reconhecíveis — formas que têm histórias conscientes extensivas e para as quais escritores novos em um domínio precisam dedicar algum tempo para aprender, independentemente das habilidades de escrita que o escritor traz consigo de outros domínios. Bazerman (1988), ao examinar o desenvolvimento histórico do artigo experimental, observou como os traços de um gênero evoluíram para levar a cabo argumentos dentro de contextos variantes de prática empírica e fóruns de comunicação. O surgimento de gênero está intricadamente ligado às mudanças nas relações e nos papéis profissionais, às mudanças institucionais, ao surgimento de normas e identidades profissionais, à ideologia, à epistemologia, à ontologia e à psicologia. O gênero artigo experimental muda à medida que se movimenta entre épocas, localidades e especialidades, com pressuposições, dinâmicas e necessidades diferentes, bem como práticas materiais diversas representadas nos dados e na narrativa. Conflitos de papéis contínuos, tensões nos projetos profissionais e a dialética entre agonismo e cooperação também influenciam o gênero e as formas relacionadas de prática profissional. O gênero, uma vez estabelecido, torna-se um ambiente estruturado para a escrita e para a leitura, que,

por sua vez, exerce influência sobre outros aspectos do trabalho profissional. Além disso, Bazerman descobriu que os procedimentos tipificados para a representação da intertextualidade relacionada à organização social de vários campos e às práticas de citação constituem um local estratégico para a codificação do trabalho de um campo. Os gêneros de pesquisa têm sido mais dramaticamente influenciados por indivíduos particulares (tais como Oldenburg, Isaac Newton, Joseph Priestley e Adam Smith), mas estão constantemente sendo reformulados por cada escritor individual, trabalhando dentro do seu entendimento do gênero, sua profissão e seu projeto. Bazerman (1994c) também argumentou sobre a maneira como o gênero permite a atribuição de atos de fala unificados aos textos mais longos e facilita a estruturação das interações dentro de sistemas de gênero. Mais recentemente, num estudo sobre Thomas Edison, considerou as maneiras como certas realizações mundanas *(i.e.*, o desenvolvimento da tecnologia da luz incandescente) requerem uma representação bem-sucedida em vários diferentes campos discursivos estruturados em gêneros (como o direito de patentes, as finanças, a imprensa popular e a literatura técnica) para poderem estabelecer significados e valores em cada um. Além disso, ele nota que os sistemas discursivos interagem de modos específicos e que os significados e valores estabelecidos em um sistema podem traduzir significados e valores específicos presentes em um outro gênero.

Berkenkotter e Huckin (1995) examinaram a socialização de um aluno de pós-graduação no gênero de pesquisa em um cam-

po, o papel dos valores-notícias na forma de artigos e resumos, e a maneira como um pesquisador biólogo usa o sistema de avaliação entre pares para desenvolver uma explicação do valor--notícia na literatura especializada. Blakeslee (1992) estudou o desenvolvimento de um gênero de artigo científico curto e de publicação rápida [*letter article*]. McCarthy (1991, 1994) examinou os processos que determinam as categorias da taxonomia psiquiátrica do DSM III e DSM IV e a relação deste documento titular com os gêneros derivados da prática psiquiátrica. Schryer (1993) estudou as metas e as práticas conflitantes dentro dos prontuários médicos. Myers (1991a, 1991b) mostrou como funções semelhantes do gênero revisão da literatura podem ser realizadas em estilos individuais por distintos cientistas proeminentes. Journet (1993) investigou como cientistas interdisciplinares trabalham com gêneros mistos. Esses e outros estudos já começaram a tornar evidente a vida complexa dos gêneros dentro das práticas profissionais e do treinamento acadêmico.

Juntos, esses estudos em diferentes áreas sugerem que a tipificação de discursos é um processo fundamental na formação do nosso sentido de onde estamos, o que estamos fazendo e como podemos fazê-lo. O gênero parece ser um mecanismo constitutivo na formação, manutenção e realização da sociedade, da cultura, da psicologia, da imaginação, da consciência, da personalidade e do conhecimento, interativo com todos os outros processos que formam nossas vidas.

Os gêneros literários são apenas uma parte do orçamento comunicativo maior de qualquer sociedade, um sistema

particular de gêneros inter-relacionados em um dado lugar e tempo, sendo, pois, interativos com os gêneros da política, da economia, da justiça, das profissões, da educação, da religião, da vida doméstica e do lazer. Os gêneros da cultura literária fornecem alcances específicos de experiências e interações compartilhadas que desempenham funções particulares para o indivíduo e a sociedade. Os gêneros literários são pedaços da ordem sociocultural do tempo e lugar que estruturam ideias, sentimentos, desejos, ironias, críticas e identidades entre aqueles que compartilham textos literários. Entender como essa estruturação do lugar cultural dá forma à experiência vivida de leitura de cada texto literário e entender como as práticas sociais distintivas mediadas pelos textos literários se adaptam à complexidade da vida social e às atividades mediadas textualmente são dois dos desafios que essa nova visão de gênero oferece aos estudos literários.

CAPÍTULO 3

ENUNCIADOS SINGULARES: REALIZANDO ATIVIDADES LOCAIS ATRAVÉS DE FORMAS TIPIFICADAS EM CIRCUNSTÂNCIAS TIPIFICADAS

Gênero e enunciado

Cada vez que escrevemos, criamos um novo enunciado para uma nova circunstância. É por essa razão que o ato de escrever é tão difícil; cada vez que escrevemos, temos que pensar em palavras novas, apropriadas e efetivas num turno extensivo como parte de uma interação que não está imediatamente visível para nós, uma interação que temos que imaginar. Por outro lado, escrevemos em domínios de discurso identificáveis, mobilizamos formas reconhecíveis para localizar nossa atividade, percebemos possibilidades, formulamos intenções e fazemos com que nossos enunciados sejam inteligíveis para nossos leitores. É isso que torna o ato de escrever não totalmente impossível ou inimaginável. As teorias e pesquisas sobre gênero nos ajudam a identificar os espaços sociais inventados que medeiam a comunicação.

Quando pensamos na originalidade em locais tipificados, são talvez os exemplos idiossincráticos que vêm à mente — tal como *The Spandrels of San Marcos and the Panglossian Paradigm*, de

Gould e Lewontin, originalmente apresentado num simpósio da Royal Society, e publicado nos *Proceedings of the Royal Society* (GOULD; LEWONTIN, 1979). Esse trabalho, ostensivamente científico, ao oferecer uma crítica do pensamento evolucionário dominante, mistura citações de Voltaire e desenhos arquitetônicos de catedrais medievais com uma revisão da literatura evolucionária desde a época de Darwin. Tais exemplos freqUentemente embaçam, sobrepõem ou, por outro lado, torcem os gêneros, criando novas formas. Ou talvez possamos considerar os enunciados singulares como sendo aquele texto singularmente bem-sucedido que parece totalmente comum, mas termina sendo extremamente importante. Um bom exemplo é o texto “A Structure for Deoxyribose Nucleic Acid”, de Watson e Crick (1953).

Devemos lembrar, contudo, que o artigo mais comum e indistinto de qualquer revista tem algo a dizer, é um produto de muito trabalho e uma tentativa de intervir, de uma maneira nova, na discussão corrente — é, em suma, um enunciado.

Texto, discurso, retórica e escrita

Frequentemente, temos dificuldade em juntar nossas noções de regularidade tipificada e gênero da escrita com a nossa apreciação da novidade e especificidade de cada novo enunciado. No estudo da retórica e do discurso da ciência (na área de LSP[1] com que tenho mais familiaridade), percebemos duas abordagens opostas da individualidade e da regularidade, mas cada uma serve igualmente para manter bem separados os conceitos de novidade e de gênero.

Uma dessas abordagens pretende demonstrar a individualidade do enunciado, argumentando que a escrita científica e tecnológica é uma atividade hábil e local, uma questão de arte e, consequentemente, da construção humana. Motivos para esses trabalhos vão da apreciação de indivíduos (como em LOCKE, 1992), à revelação da natureza da arte (como nos ensaios de SELZER, 1993) e ao alerta para a questão da autoridade epistêmica de uma ciência objetiva (como em COLLINS, 1985). A outra abordagem procura encontrar as formas e os processos regularizados da organização linguística, pragmática e textual. Aqui o motivo tem sido principalmente o estudo da linguagem visando ao melhoramento da educação e do texto, para assim ensinar aos alunos os traços da linguagem necessários para ler e escrever. Este trabalho inclui o exame da nominalização de Halliday e Martin (1994), o trabalho de Swales (1990) sobre introduções a artigos e o trabalho de Myers (1989, 1990) sobre ironia e polidez. Investigações destes padrões têm sido realiza-

das através de grandes *corpora* e de exemplos singulares, mas até os exemplos singulares são estudados para ver como eles ou revelam padrões gerais ou têm entrado na produção histórica de regularidades. Às vezes, historiadores da ciência também consideram como os indivíduos têm trabalhado dentro de regularidades comunicativas que não mais compartilhamos, para nos lembrar o quão diferente era a busca de conhecimento em outros tempos e lugares (como em BIAGIOLI, 1993).

Entre essas duas abordagens, podemos situar trabalhos com o impulso retórico — isto é, os que têm uma preocupação com o uso estratégico dos processos e recursos regularizados da comunicação. Esta abordagem mistura preocupações para o particular e para o geral com o propósito de fornecer conselhos práticos para o enquadramento e a avaliação dos enunciados dos outros. Prelli (1989) e outros têm seguido a retórica da ciência através dos princípios da retórica clássica, que pressupõem a semelhança de processos, técnicas e recursos para todas as situações. Contudo, a retórica clássica não contempla as particularidades da ciência, da tecnologia ou de qualquer empreendimento especializado, enganando e alienando aqueles motivados a participarem de uma prática especial. Praticantes são muito conscientes da particularidade que distingue seu empreendimento de outros e que fornece, talvez, a própria razão pela preferência do seu modo de profissionalismo. E para aprendizes de L1 e L2, a particularidade de um conjunto de práticas pode fornecer a motivação e a direção para uma aprendizagem mais efetiva e avançada. Assim a retórica clássica tem um valor

limitado da perspectiva de LSP (ver Bazerman e Russell (1994) sobre a resistência histórica e perseverante da retórica ante a consideração de linguagens e situações especializadas).

Uma abordagem retórica diferente que atende a algumas das particularidades da ciência e da tecnologia é a da visão política da persuasão científica de Brian Latour, apresentada em *Science in action* (LATOUR, 1987).

Latour vê as regularidades de textos científicos (tais como padrões de citação, uso de números e apelos ao laboratório) e intercâmbios científicos (tais como a elevação do nível de risco em debates que faz com que investigadores com menos recursos desistam) como recursos em provas de força discursiva. Mostra ainda como o discurso cria alianças e solidifica as forças de redes comunicativas particulares, tornando-as invencíveis, persuasivas e invisíveis.

A explicação de Latour serve como uma retórica crítica e produtiva — isto é, ajuda-nos a perceber as táticas dos outros e a produzir nossas próprias táticas. O conhecimento retórico de Latour explica grande parte de sua popularidade nos estudos de ciência, uma vez que as pessoas encontram no seu trabalho uma sensibilidade de como as lutas argumentativas funcionam em qualquer arena discursiva competitiva. Várias limitações de sua abordagem, contudo, têm consequências para LSP — a saber, ao atribuir influência demais para o indivíduo heroico na modificação das relações sociais e comunicativas, ao não atentar adequadamente para o fato de que as estruturas do intercâmbio social evoluem lentamente, ao ver todas as relações comunicati-

vas como lutas de poder agonísticas e ao fornecer uma maneira inepta e insuficiente para a consideração de como o discurso humano é responsivo aos recursos e às pressões do não humano. Essas limitações tiram a atenção do gênero e das outras regularidades na forma, na organização social e na interação, que ajudariam os estudantes a se orientar e a aprender a participar em comunicações com propósitos especiais. Além disso, tiram a atenção do potencial representacional das linguagens especiais; isto é, ao descrever as relações entre actantes textuais e não textuais como totalmente dirigidas pela necessidade de criar alianças de poder, a teoria do *actant-network* fornece pouco para leitores e escritores compreenderem os significados ou encontrarem significados no texto.

A abordagem norte-americana de gênero (FREEDMAN; MEDWAY, 1994; RUSSELL, 1977a, 1977b) oferece uma maneira de considerar o desenvolvimento das formas sociais especializadas e historicamente evoluídas em relação a ações individuais, desenvolvendo essas formas em momentos históricos concretos. Essa tradição de pesquisa e teoria reconhece que os gêneros são sempre refeitos pela ação nova de cada indivíduo e que os espaços discursivos dentro de gêneros reconhecidos criam espaços de oportunidade para a enunciação individual dentro de atividades e relações sociais ordenadas. Assim, essa abordagem fornece meios para considerar como as linguagens especializadas das disciplinas e profissões oferecem os meios para realizar novas contribuições a conversações historicamente únicas.

Essa teoria teve início ao relacionar a tradição retórica de estudo de gêneros à fenomenologia da vida cotidiana de Schutz, através do conceito de tipificações sociais (SCHUTZ, 1967; SCHUTZ; LUCKMANN, 1973; MILLER, 1984; BAZERMAN, 1988). A ligação entre formas socialmente evoluídas e reconhecidas e a construção de sentido e autoexpressão individuais permitem uma ligação entre as abordagens linguísticas formais e a longa tradição dos estudos da escrita. Hoje, podemos perceber mais claramente que aprendemos a nos expressar em circunstâncias particulares, dentro de campos sociais particulares, através de formas sociais reconhecíveis. Identidades se realizam em palcos sociais específicos, mesmo se o indivíduo tiver experiência prévia que inclua vários locais de produção pública.

A tradição norte-americana de estudos de gênero tem desenvolvido meios para considerar a emergência e as transformações de formas textuais; os papéis e as interações sociais mediadas através dessas formas sociais; as pressuposições ideológicas, epistemológicas e comunicativas realizadas nessas formas; os processos de leitura e escrita associados com gêneros particulares (BAZERMAN, 1988, 1994a, 1994b, 1997a, 1997b); os recursos persuasivos de vários gêneros e de gêneros mistos (JOURNET, 1993); os tipos de conhecimento especializado que usuários de gêneros desenvolvem ao participar de gêneros (BERKENKOTTER; HUCKIN, 1995; FREEDMAN, 1993; FREEDMAN; ADAM; SMART, 1994; PRIOR, 1998; BLAKESLEE, 1997); as relações entre gêneros dentro das profissões (DEVITT, 1991; MCCARTHY, 1991; VAN NOSTRAND, 1994, 1997); a relação entre práticas textuais de

gênero e outros aspectos não textuais da prática profissional (YATES, 1989; SCHRYER, 1993); e muitos outros fenômenos sociais relacionados. No entanto, essa abordagem tem desenvolvido menos completa e sistematicamente as questões relacionadas aos significados específicos representados dentro do espaço textual dos gêneros. Na medida em que as análises textuais individuais discutiram o conteúdo dos textos analisados em relação ao gênero, elas não desenvolveram conceitos relevantes ao gênero que considerassem como os gêneros afetam o conteúdo representacional. Duas exceções importantes são o estudo de tópicos especializados persuasivos encaixados dentro de gêneros (iniciado por MILLER; SELZER, 1985) e o papel da taxonomia no estabelecimento de categorias de significado, particularmente com respeito à psicologia clínica (MCCARTHY, 1994; BERKENKOTTER; RAVOTAS, 1997; RAVOTAS; BERKENKOTTER, 1998).

Neste capítulo, sugiro vários processos de criação de significado influenciados pelos gêneros, permitindo que enunciemos, no nível micro, representações não só originais e relevantes à situação, mas também apropriadas ao gênero, a saber: o preenchimento do espaço com objetos, a tradução de outros sistemas e discursos, a intertextualidade, a responsabilidade e as operações. Para explicar o que quero dizer com esses conceitos, usarei como meu principal exemplo um enunciado criativo e individualizado dentro de um campo discursivo altamente coercivo, tipificado e regulado, no qual parece haver pouca oportunidade para a autoarticulação — a declaração de imposto

de renda. Este exemplo extremo pode nos mostrar nitidamente como a individualidade dos enunciados pode agir em outros gêneros, dos quais eu tiro exemplos secundários.

Os conceitos que apresento aqui têm alguma semelhança com o que Halliday (1982) chama de aspecto ideacional do texto, com o que Searle (1969) chama de ato representacional dentro de atos de fala e com o que a retórica clássica caracteriza como o logos de um discurso. Contudo, os conceitos aqui fornecem especificamente meios para considerar como os espaços discursivos influenciados por gêneros restringem e fornecem oportunidades para a representação de tipos particulares de significados relevantes a gêneros.

Regulação e unicidade

Os formulários de impostos são um tipo notável de autoconfissão no qual o indivíduo revela detalhes íntimos de sua vida a estranhos, detalhes que ele não compartilharia com seus amigos. Após toda essa confissão, ele preenche um cheque e o remete para o governo. Isso, então, é uma forma poderosa da escrita. É claro que o documento não realiza completamente sozinho seu poder autocastigável e confessionário como um texto literário abstrato; é cercado por leis, registros, sistemas de contabilidade, sistemas de justiça criminal e outros recursos e contextos que obrigam as pessoas a dar informações específicas, a fazer cálculos de acordo com procedimentos estabelecidos, a correlacionar representações com outras ordens

de representação; em outras palavras, a ser consciente do que declara na página do formulário do imposto. Por mais restritivo e direcional que o formulário possa ser e por mais limitativos e compulsivos os contextos que o cercam possam ser, as pessoais gastam bastante tempo pensando sobre o que vão escrever na declaração e depois gastam um dinheiro adicional para contratar consultores, contadores e advogados para ajudar na preparação de suas autorrepresentações. Grandes emoções e ansiedades podem cercar tanto a escrita dessas confissões quanto a espera para a resposta da Receita.

As pessoas sentem que as declarações de imposto as reduzem a meros números. No entanto, tais formulários constituem o lugar onde sua representação mais completa ocorre, sua mais completa autoarticulação — trabalho, riqueza, casa, família e dependentes, doações filantrópicas, fontes de renda, investimentos, despesas com saúde, viagens e uma variedade de outras atividades que podem afetar sua dívida com a Receita. Uma importante estratégia para evitar dificuldades consiste em se tornar efetivamente invisível, obscurecendo sua excepcionalidade ou particularidade, mantendo assim todas as suas deduções dentro de diretrizes padronizadas (mas não faladas).

Essa autodeclaração é construída em forma de diálogo com os "elaboradores" de formulários, que identificam as principais categorias e os termos de autorrepresentação. Muito esforço e despesa são envolvidos na construção dos formulários. A construção dialógica é ainda mais complexa porque se pressupõe que a evolução do formulário ocorre, pelo menos em parte, devido

não só a estratagemas espertos de declarantes anteriores, como também às queixas e confusões dos usuários. Além do mais, a experiência de ler e avaliar as respostas anteriores entra na revisão contínua do formulário e assim na autorrepresentação que ele produz.

Ontologias de gênero e objetos únicos

Consideremos o formulário padrão norte-americano do Imposto de Renda de Pessoa Física, para o ano-base de 1996 (ver anexo). Primeiramente, consideremos a categoria de objetos que povoam esse universo discursivo. Cada gênero facilita a representação de universos particulares de objetos; e a particularidade de qualquer enunciado tem a ver, em parte, com os objetos particulares do tipo apropriado que se escolhe colocar naquele universo representado. Podíamos chamar isso de a ontologia do gênero e de a ontologia específica de cada enunciado.

Um objeto obrigatório para todos os contribuintes, impresso no topo do formulário, como na primeira página do anexo, é o governo. Outro objeto (exigido pelos espaços a serem preenchidos perto do topo do formulário) é o contribuinte individual (ou casal declarando em conjunto).

É possível tentar se excluir do universo ao não apresentar a declaração; pode-se contribuir sob um pseudônimo ou tentar perturbar a conexão entre a pessoa corporificada e a pessoa textualmente representada no universo. Há categorias de crianças e adultos que não precisam contribuir, normalmente em função

da renda, ficando às vezes invisível ao Fisco. Contudo, existem meios, intertextuais e outros, de fazer o indivíduo responsabilizar-se pelo fornecimento de um nome correto. Além do mais, endereços representando residências são parte da ontologia porque o Fisco quer ligar o contribuinte nomeado a um corpo residente num endereço, quer correlacionar esse documento com outros documentos concernentes àquela pessoa, como também responsabilizar diretamente aquela pessoa corporificada para as representações simbólicas feitas em seu nome.

Além disso, o Fisco gostaria de fazer a ontologia tão estável quanto possível — as mesmas pessoas ano a ano, identificáveis como as mesmas pessoas, provavelmente residentes no mesmo endereço — é por isso que a Receita Federal fornece um rótulo pré-impresso para correlacionar a pessoa de um ano com a do ano seguinte (ver primeira página do anexo perto do topo). O número do CPF[2] também entra na ontologia numa tentativa de fazer um contínuo de pessoas representadas nos anos anteriores e subsequentes. Os números de CPF também estabelecem identidades dentro de outro sistema de impostos e registros.

Há algumas escolhas legais de autorrepresentação dentro desta parte da ontologia (isto é, variações completamente responsáveis que não serão policiadas por uma variedade de meios coercivos). Se houver múltiplos endereços, pode-se escolher, mediante vários critérios, um como residência principal. Pode-se

---

2. (N.T.) No original, *Social Security Number*, cujas funções se assemelham ao CPF brasileiro.

também escolher ser solteiro, casado ou casado com declaração em separado. Também há alguma flexibilidade na identificação de outras pessoas, caracterizadas como dependentes.

A maioria dos objetos pedidos nesses formulários são números representando dinheiro que, por sua vez, representam categorias de renda e de despesas. Muitas dessas categorias são especificamente identificadas e diretamente ligadas a outros documentos já arquivados no governo (ver, por exemplo, linha 7 e linha 52 do anexo).[3] No entanto, algumas categorias são mais abertas, baseadas no que você acha que pode relatar sem chamar muita atenção sobre si mesmo ou naquilo cuja veracidade você acredita poder comprovar se isso for exigido; por exemplo, perdas ou ganhos no aluguel de imóveis, renda de propriedades rurais ou despesas com a mudança de residência. Para algumas dessas categorias eletivas de renda e despesas, é possível que seja requerido fornecer de imediato um relato mais detalhado em formulários adicionais. Nesses formulários, você pode ter alguma escolha retórica de como você caracteriza os vários itens e sob que categoria os colocará. Pode até adicionar descrições persuasivas defendendo a inclusão do item como uma dedução; por exemplo, “viagens para congressos e encontros profissionais” ou “escritório em casa para a preparação de

3. A linha 7 refere-se ao documento oficial fornecido pelo empregador declarando os rendimentos pagos ao contribuinte; e a linha 52, ao documento oficial fornecido pelo empregador declarando o imposto retido na fonte.

manuscritos e aulas".[4] Esses argumentos elípticos através da descrição podem ser traduzidos em argumentos mais extensos apresentados em tribunais de contas e no sistema de apelação judicial.

Em outros domínios, há outras ontologias, como recentemente me dei conta durante meu estudo sobre os discursos ao redor da emergência da luz incandescente e da força elétrica central nos Estados Unidos no fim do século XIX (BAZERMAN, 1999). Por exemplo, as patentes têm ontologias de invenções: ilustrações (frequentemente apresentadas primeiro como ilustrações e depois descritas como componentes do objeto ilustrado), inventores, locais geográficos e datas.

Em entrevistas jornalísticas com Thomas Edison (considerado o inventor da luz elétrica), é claro que Edison é necessariamente parte da ontologia, como é normalmente Menlo Park (local da invenção), mas tanto a pessoa como o lugar são tratados como objetos maravilhosos ou mágicos. Além do mais, ambos são tipicamente associados com os objetos maravilhosos e mágicos das invenções, experiências ou apenas o equipamento comum transformado, que preenche o espaço geográfico de Menlo Park e entra em contato com o espaço pessoal de Edison. É possível situar esse gênero de entrevistas noticiosas dentro de um gênero maior de reportagens, envolvendo os indivíduos maravilho-

4. *Travel* e *home office* são itens possíveis de serem deduzidos no imposto de renda americano, embora sem regras claras do que sejam consideradas despesas legítimas ou exageradas para essas categorias; portanto, um lugar onde o contribuinte pode "tentar" burlar o sistema.

sos e exóticos que residem em lugares exóticos, mas que têm alguma conexão com a vida comum. Um dos mesmos jornais que publicaram entrevistas com Edison estava patrocinando expedições ao Polo Ártico e à África, gastando muito dinheiro para povoar plausivelmente as matérias com coisas exóticas e indivíduos heroicos. Além do mais, quando uma matéria desse tipo aparece num jornal frenológico, o tamanho e a forma da cabeça são também uma parte necessária da ontologia.

Tradução

De onde vêm esses objetos que povoam os textos? De onde vêm os números que você coloca nos formulários de impostos? Bem, você pode inventá-los, apenas tendo o cuidado de assegurar que a forma linguística seja plausivelmente apropriada. Nomes devem consistir de pelo menos duas palavras e, opcionalmente, outros nomes ou iniciais devem ser semelhantes a nomes dentro da mistura diversa da população e não devem ser uma frase obviamente insultante, o nome de um time de basquete ou outra coisa que pudesse chamar a atenção pela sua impropriedade. Os valores da renda devem aparecer em moeda corrente, expressos na forma íntegra e decimal, e não devem somar um valor tão extremo que chame a atenção.

Assim, as entradas devem aparecer na forma correta. Se você as concebe de outra forma, precisa reformulá-las de maneira que permita que sejam recebidas e registradas dentro do universo simbólico que esse documento deve produzir. Se, por exemplo,

você deseja insultar o fiscal tributário através do endereço, você precisa codificar seu insulto de forma que pareça como um endereço. A renda declarada através de descrições (por exemplo, “uma grande quantidade de ouro”) precisa ser quantificada, traduzida em moeda corrente, e depois transcrita na forma decimal. Doações feitas em espécie — como uma doação de roupa usada para o Exército da Salvação — constituem um lugar típico que expõe a natureza do processo de tradução, uma vez que há alguma flexibilidade na avaliação da doação e em quem a faz.

Isso é semelhante a um processo judicial, em que certos objetos da vida dos acusados e das vítimas são admitidos no tribunal, mas apenas aqueles que atendem aos requisitos legais de evidência e traduzidos para formas apropriadas para serem considerados como provas e inseridos no discurso persuasivo e deliberativo realizado na corte. Latour e Woolgar (1979), de forma parecida, discorrem sobre o processo de inscrição pelo qual camundongos, através de uma série de traduções, são transformados em dados numa forma apropriada para o argumento científico a ser feito.

O material nos cadernos de anotação de Edison e as outras invenções imaginadas no laboratório precisam ser traduzidos para a forma apropriada de patente. O objeto patenteável não precisa vir de uma tecnologia bem-sucedida particular, mas apenas de uma ideia; por isso é frequentemente mais fácil achar origens das patentes de Edison nas suas anotações do que num objeto real ou num experimento no laboratório.

Intertextualidade

A maioria dos números e nomes colocados nos formulários de imposto deve vir de outros lugares particulares e você é responsável por uma variedade de meios para transcrever corretamente esses números e nomes dos outros lugares apropriados. Por exemplo, o nome que você inscreve deve ser aquele que aparece no seu CPF, na sua carteira de motorista, na sua declaração do ano anterior e em outros documentos legais.

Normalmente, as representações de objetos em um sistema vêm de um outro texto. Seus contracheques ou os registros nos livros de contabilidade de seu empregador são somados para produzir uma quantidade chamada rendimento anual. As gorjetas não têm uma trilha intertextual; como resultado, tensões frequentes surgem entre o Fisco e garçons, motoristas de táxi e outros que ganham gratificações que não são fácil ou responsavelmente agregadas. Despesas de viagens também podem existir numa variedade de recibos que podem ou não ter sido guardados, sendo talvez suplementados por um registro pessoal. Essas fontes intertextuais para a preparação da declaração de impostos são de rigor e de obrigatoriedade variante.

A escrita de um trabalho acadêmico oferece um maior grau de liberdade na escolha de quais recursos intertextuais podem ser usados.

Parte da idiossincrasia do artigo de Gould e Lewontin mencionado anteriormente se deve à sua dependência genericamente inapropriada de tais recursos intertextuais, como o *Candide*, de

Voltaire, e as análises de catedrais góticas. Mas mesmo sem esticar as fronteiras das práticas de citação de um gênero, escritores acadêmicos têm maior liberdade de ligar seu trabalho a várias partes da literatura apropriada e de utilizar vários recursos disponíveis na literatura. Essas escolhas geralmente servem para indicar a posição intelectual do autor entre as alternativas no campo de estudos.

Responsabilidade

Nos diferentes gêneros e suas práticas discursivas, podemos ser responsabilizados pelas várias representações que fazemos dentro do enunciado de gênero. Dessa forma, o Fisco pode nos responsabilizar especificamente pelas fontes dos números que colocamos na declaração. Isto é, podemos ser chamados para comparecer à Receita Federal e fornecer uma explicação acerca dos nossos números. O tipo de explicação para o qual precisamos estar preparados é intertextual, com todos os documentos e recibos relevantes. Penalidades financeiras e talvez criminais poderão ser imputadas, caso não tenhamos um bom relatório e apoio intertextual.

O Fisco, para assegurar nossa responsabilidade, coleta previamente grande parte do registro intertextual, através dos registros do lucro dos empregadores, relatórios bancários de rendimentos e outros registros fornecidos ao governo e ao contribuinte. Em seguida, correlaciona esses relatórios de rendimentos com os relatórios pessoais que registramos em nos-

sas declarações de imposto de renda. No computador central, nossas declarações são responsabilizadas intertextualmente e somos lembrados, se esquecemos, de incluir algum rendimento que outra pessoa registrou como pago a nós.

Os relatórios remetidos ao governo já fizeram o trabalho de tradução, assim não temos opções de como representar as informações intertextuais — mas apenas transcrever os números fornecidos nos espaços designados e até incluir cópias de alguns dos documentos intertextuais mediadores, tais como os documentos que atestam nossos rendimentos. Naturalmente, uma questão importante diz respeito ao que escapa dessa rede intertextual de relatórios e como o governo pode nos responsabilizar por isso.

Em outro exemplo de responsabilidade intertextual dos arquivos de Edison, as patentes são responsáveis não por serem funcionais ou efetivas ou lucrativas, mas por serem apenas ideias tidas por certas pessoas em certas datas, como atestado na patente. Assim, registros de pensamento inventivo, na forma de cadernos, são a forma apropriada de responsabilidade intertextual que se pode oferecer em apelos, audiências e processos judiciais. Como resultado, as páginas dos cadernos de trabalho estão regularmente datadas, assinadas e registradas em cartório. Além disso, são depois catalogadas, anotadas e correlacionadas com cadernos de resumo intermediários e com as patentes concedidas.

Outros tipos de gêneros podem ser responsabilizados a outros tipos de realidades, mas apenas através de mecanismos que

textualizam ou inscrevem o material não textual de forma que possa ser traduzido para o discurso. Assim, foi importante para o sucesso do projeto de Edison não somente que ele realizasse demonstrações bem-sucedidas, iluminando o Menlo Park, mas que esses eventos fossem reportados nos jornais diários e nos jornais técnicos, estabelecendo significados geograficamente amplos e de longa duração para os mundos empresarial, científico e público.

Os mecanismos de inscrição não são arbitrários ou sem significado; eles são o local em que as inscrições podem ser responsabilizadas. Os gêneros que têm sua força no apelo às emoções ou à experiência são responsáveis pelos relatos dos leitores — “Esse [gênero] me comoveu; aquele não me comoveu e soava falso para a emoção humana”. Afirmações que têm sua força através da alegação de serem representativas da vontade pública ou de membros do sindicato podem ser constrangidas pela falsa representação ou pelos humores e ocasiões variantes da articulação grupal.

Dentro de relatórios científicos experimentais e de observação, o método fornece uma explicação da maneira como as inscrições foram produzidas e assim fazem a ligação entre o experimento ou o evento observado e o relatório inscrito. Não somente é necessário que você conte uma história persuasiva do método (isto é, uma explicação que obedeça às crenças e às expectativas correntes de como se transformam eventos em dados), mas você também é responsabilizado por ter realizado esses procedimentos como descritos, competentemente e sem

falsificação, manipulação ou outro desvio. Investigações da conduta ética dos pesquisadores, após o fato, podem procurar explicações ao examinar os cadernos de anotações e ao buscar outros documentos corroborativos nos quais através dos quais os experimentos e as observações foram inscritos.

Responsabilidade é também um recurso. Pode-se aumentar a força de seu enunciado ao aumentar os tipos de responsabilidade a que se submete, ao mostrar os mecanismos pelos quais está explicando seu texto a várias existências textuais e não textuais, e ao utilizar a força ou dinâmica de áreas particulares consideradas de grande consequência pelos leitores. Assim um pastor, responsável pela responsividade da congregação, ao fazer um sermão, inclui várias técnicas de elicitação, requerendo a coparticipação da audiência, e pode usar aquela força para produzir um sentimento ainda maior sobre aquela audiência; demonstrações de resposta emocional encorajam mais respostas emocionais.

Conceitos e operações

Uma vez que um texto é povoado por vários objetos apropriados, adequadamente traduzidos, para seu mundo representado, e completamente responsável por carregar a força total das outras realidades representadas, o texto pode então fazer coisas com esses objetos: pode transformá-los ainda mais através de operações sobre os símbolos; pode agregá-los ou dividi-los; pode mostrar que eles formam um processo ou pode fornecer

evidências para uma reivindicação mais geral; pode prever consequências. Dentro de cada gênero, há certas operações apropriadas que o texto pode fazer e há certos domínios de abstrações que são invocados adequadamente para realizar essas operações.

Para usar o exemplo nítido do formulário de imposto, os números colocados são somados e subtraídos, assim tornando renda, dividendos, rendimentos de aluguel, de pensões, etc., em “rendimento total” (ver linha 22 do anexo). O rendimento total é então transformado em renda total, ajustada através de mais subtrações (ver linha 31). Esta renda é, por sua vez, transformada através do cálculo do imposto devido e depois combinada com créditos, outros impostos e pagamentos para determinar o imposto a restituir ou o saldo do imposto a pagar. De maneira semelhante, pessoas podem ser transformadas em dependentes e depois em deduções, que por sua vez têm valores expressos em moeda corrente nos cálculos (ver linhas 6a-6d e linha 36). As várias operações levam a determinadas conclusões, e os conceitos utilizados nesse trajeto servem tanto para definir as operações como para identificar as entidades de nível mais alto que resultam dessas operações.

Nas patentes, as especificidades do objeto se transformam em declarações generalizáveis da propriedade de ideias, conhecidas como *claims*. Essas entidades de nível mais alto de *claims* tornam-se a propriedade intelectual de alguém — mas somente quando o escritório de patentes leva a cabo as operações de avaliação, aprovação, emissão de patente e atribuição de um

número de patente, novamente transformando a *claim* em outro tipo de entidade designado pelo número de patente.

Como outro exemplo da criação de conceitos através de operações textuais, no *Bulletin of the Edison Electric Light Company*, que serviu como um dos primeiros documentos de marketing, anedotas de incêndios e asfixia causada pela luz a gás foram publicadas regularmente para provocar medo nos usuários; essas anedotas eram colocadas lado a lado com os relatos de segurança da luz elétrica e das aprovações da luz elétrica por companhias de seguros. Essas histórias foram agregadas para construir um conceito de segurança que seria unicamente atribuído à luz elétrica.

Os conceitos exploratórios e incompletos que tenho esboçado fornecem ferramentas para pensar como representações são fomentadas, restringidas e formadas pelos vários gêneros, bem como para considerar como essas representações são incorporadas aos enunciados individuais intencionais. O fato de escrevermos em gêneros e tentarmos responder às expectativas de outros, criando espaços mediadores reconhecíveis para a comunicação, não significa que abrimos mão da nossa oportunidade de criar novidades e responder ao nosso tempo. Ao contrário, são aqueles espaços mediadores que nos dão os próprios meios para enunciar nós mesmos em novos modos e momentos de ser, de representar nós mesmos e os mundos em que vivemos.

FORMULÁRIO INDIVIDUAL DE IMPOSTO DE RENDA DOS ESTADOS UNIDOS (1996)

Form **1040** Department of the Treasury—Internal Revenue Service
U.S. Individual Income Tax Return **1996** (99) IRS Use Only—Do not write or staple in this space.

For the year Jan. 1–Dec. 31, 1996, or other tax year beginning , 1996, ending , 19 OMB No. 1545-0074

Label (See page 11.)
LABEL HERE

Use the IRS label. Otherwise, please print or type.

Your first name and initial | Last name | **Your social security number**

If a joint return, spouse's first name and initial | Last name | **Spouse's social security number**

Home address (number and street). If you have a P.O. box, see page 11. | Apt. no.

City, town or post office, state, and ZIP code. If you have a foreign address, see page 11.

For help finding line instructions, see pages 2 and 3 in the booklet.

Presidential Election Campaign (See page 11.)
Do you want $3 to go to this fund?
If a joint return, does your spouse want $3 to go to this fund?
Yes **No** **Note:** *Checking "Yes" will not change your tax or reduce your refund.*

Filing Status

Check only one box.

1. Single
2. Married filing joint return (even if only one had income)
3. Married filing separate return. Enter spouse's social security no. above and full name here. ▶
4. Head of household (with qualifying person). (See instructions.) If the qualifying person is a child but not your dependent, enter this child's name here. ▶
5. Qualifying widow(er) with dependent child (year spouse died ▶ 19). (See instructions.)

Exemptions

6a **Yourself.** If your parent (or someone else) can claim you as a dependent on his or her tax return, **do not** check box 6a

b **Spouse**

c **Dependents:**

(1) First name Last name	(2) Dependent's social security number. If born in Dec. 1996, see inst.	(3) Dependent's relationship to you	(4) No. of months lived in your home in 1996

If more than six dependents, see the instructions for line 6c.

d Total number of exemptions claimed

No. of boxes checked on lines 6a and 6b
No. of your children on line 6c who:
• lived with you
• did not live with you due to divorce or separation (see instructions)
Dependents on 6c not entered above
Add numbers entered on lines above ▶

Income

Attach Copy B of your Forms W-2, W-2G, and 1099-R here.

If you did not get a W-2, see the instructions for line 7.

Enclose, but do not attach, any payment. Also, please enclose **Form 1040-V** (see the instructions for line 62).

Line	Description		
7	Wages, salaries, tips, etc. Attach Form(s) W-2		7
8a	**Taxable** interest. Attach Schedule B if over $400		8a
b	**Tax-exempt** interest. DO NOT include on line 8a	8b	
9	Dividend income. Attach Schedule B if over $400		9
10	Taxable refunds, credits, or offsets of state and local income taxes (see instructions)		10
11	Alimony received		11
12	Business income or (loss). Attach Schedule C or C-EZ		12
13	Capital gain or (loss). If required, attach Schedule D		13
14	Other gains or (losses). Attach Form 4797		14
15a	Total IRA distributions	15a / b Taxable amount (see inst.)	15b
16a	Total pensions and annuities	16a / b Taxable amount (see inst.)	16b
17	Rental real estate, royalties, partnerships, S corporations, trusts, etc. Attach Schedule E		17
18	Farm income or (loss). Attach Schedule F		18
19	Unemployment compensation		19
20a	Social security benefits	20a / b Taxable amount (see inst.)	20b
21	Other income. List type and amount—see instructions		21
22	Add the amounts in the far right column for lines 7 through 21. This is your **total income** ▶		22

Adjusted Gross Income

If line 31 is under $28,495 (under $9,500 if a child did not live with you), see the instructions for line 54.

Line	Description		
23a	Your IRA deduction (see instructions)	23a	
b	Spouse's IRA deduction (see instructions)	23b	
24	Moving expenses. Attach Form 3903 or 3903-F	24	
25	One-half of self-employment tax. Attach Schedule SE	25	
26	Self-employed health insurance deduction (see inst.)	26	
27	Keogh & self-employed SEP plans. If SEP, check ▶	27	
28	Penalty on early withdrawal of savings	28	
29	Alimony paid. Recipient's SSN ▶	29	
30	Add lines 23a through 29		30
31	Subtract line 30 from line 22. This is your **adjusted gross income** ▶		31

For Privacy Act and Paperwork Reduction Act Notice, see page 7. Cat. No. 11320B Form **1040** (1996)

Form 1040 (1996) Page **2**

Tax Computation

32 Amount from line 31 (adjusted gross income) 32

33a Check if: ☐ **You** were 65 or older, ☐ Blind; ☐ **Spouse** was 65 or older, ☐ Blind.
Add the number of boxes checked above and enter the total here . . . . ▶ 33a

b If you are married filing separately and your spouse itemizes deductions or you were a dual-status alien, see instructions and check here . . . . . ▶ 33b ☐

34 Enter the **larger** of your:
- **Itemized deductions** from Schedule A, line 28, **OR**
- **Standard deduction** shown below for your filing status. **But** see the instructions if you checked any box on line 33a or b **or** someone can claim you as a dependent.
  - • Single—$4,000 • Married filing jointly or Qualifying widow(er)—$6,700
  - • Head of household—$5,900 • Married filing separately—$3,350

34

35 Subtract line 34 from line 32 35

If you want the IRS to figure your tax, see the instructions for line 37.

36 If line 32 is $88,475 or less, multiply $2,550 by the total number of exemptions claimed on line 6d. If line 32 is over $88,475, see the worksheet in the inst. for the amount to enter . 36

37 **Taxable income.** Subtract line 36 from line 35. If line 36 is more than line 35, enter -0- . 37

38 **Tax.** See instructions. Check if total includes any tax from a ☐ Form(s) 8814
b ☐ Form 4972 . . . . ▶ 38

Credits

39 Credit for child and dependent care expenses. Attach Form 2441 39

40 Credit for the elderly or the disabled. Attach Schedule R . . 40

41 Foreign tax credit. Attach Form 1116 41

42 Other. Check if from a ☐ Form 3800 b ☐ Form 8396
c ☐ Form 8801 d ☐ Form (specify) ______ 42

43 Add lines 39 through 42 43

44 Subtract line 43 from line 38. If line 43 is more than line 38, enter -0- . . . . . . ▶ 44

Other Taxes

45 Self-employment tax. Attach Schedule SE 45

46 Alternative minimum tax. Attach Form 6251 46

47 Social security and Medicare tax on tip income not reported to employer. Attach Form 4137 . 47

48 Tax on qualified retirement plans, including IRAs. If required, attach Form 5329 48

49 Advance earned income credit payments from Form(s) W-2 49

50 Household employment taxes. Attach Schedule H 50

51 Add lines 44 through 50. This is your **total tax** . . . . ▶ 51

Payments

Attach Forms W-2, W-2G, and 1099-R on the front.

52 Federal income tax withheld from Forms W-2 and 1099 . . 52

53 1996 estimated tax payments and amount applied from 1995 return . 53

54 **Earned income credit.** Attach Schedule EIC if you have a qualifying child. Nontaxable earned income: amount ▶ ______
and type ▶ ______ 54

55 Amount paid with Form 4868 (request for extension) . . . 55

56 Excess social security and RRTA tax withheld (see inst.) . . 56

57 Other payments. Check if from a ☐ Form 2439 b ☐ Form 4136 57

58 Add lines 52 through 57. These are your **total payments** . . . . ▶ 58

Refund

Have it sent directly to your bank account! See inst. and fill in 60b, c, and d.

59 If line 58 is more than line 51, subtract line 51 from line 58. This is the amount you **OVERPAID** 59

60a Amount of line 59 you want **REFUNDED TO YOU** . . . . ▶ 60a

▶ b Routing number ☐☐☐☐☐☐☐☐☐ c Type: ☐ Checking ☐ Savings

▶ d Account number ☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐

61 Amount of line 59 you want **APPLIED TO YOUR 1997 ESTIMATED TAX** ▶ 61

Amount You Owe

62 If line 51 is more than line 58, subtract line 58 from line 51. This is the **AMOUNT YOU OWE**.
For details on how to pay and use **Form 1040-V,** see instructions . . . . ▶ 62

63 Estimated tax penalty. Also include on line 62 63

Sign Here

Keep a copy of this return for your records.

Under penalties of perjury, I declare that I have examined this return and accompanying schedules and statements, and to the best of my knowledge and belief, they are true, correct, and complete. Declaration of preparer (other than taxpayer) is based on all information of which preparer has any knowledge.

▶ Your signature	Date	Your occupation
▶ Spouse's signature. If a joint return, BOTH must sign.	Date	Spouse's occupation

Paid Preparer's Use Only

Preparer's signature ▶	Date	Check if self-employed ☐	Preparer's social security no.
Firm's name (or yours if self-employed) and address ▶		EIN	
		ZIP code	

CAPÍTULO 4

CARTAS E A BASE SOCIAL DE GÊNEROS DIFERENCIADOS

Ao longo dos anos, várias vezes durante minhas pesquisas, notei que as cartas desempenharam um papel no surgimento de gêneros distintos: o primeiro artigo científico emergindo da correspondência de Henry Oldenburg, o primeiro editor das *Philosophic transactions of the Royal Society*; a patente, originalmente conhecida como carta de patente; o relatório dos acionistas, evoluindo das cartas aos acionistas; e os relatórios internos das empresas e as formas de registros, regularizando correspondências internas das empresas.

Eu não fui o primeiro a observar qualquer um desses fatos; contudo, ao juntar os quatro casos, pensei que eles podiam fazer parte de um padrão mais geral. À medida que continuei a pensar na ideia de cartas tendo um papel especial na formação de gêneros, muitos outros exemplos de gêneros com ligações fortes com a correspondência me chamaram a atenção, incluindo jornais e outros periódicos, instrumentos financeiros, tais como letras de câmbio e cartas de crédito, livros do Novo Testamento, encíclicas papais e romances. A carta, com sua comunicação direta entre dois indivíduos dentro de uma relação específica em circunstâncias específicas (tudo que podia ser comentado diretamente), parece ser um meio flexível no qual muitas das funções, relações e práticas institucionais podem se desenvolver — tornando novos usos socialmente inteligíveis,

enquanto permite que a forma de comunicação caminhe em novas direções.

Este ensaio é uma tentativa preliminar de desenvolver essa especulação; contudo, é pouco mais de uma mera especulação, o que chama a atenção para a necessidade de mais pesquisas sobre esse amplo assunto que apresenta várias dificuldades. As histórias de vários domínios de práticas letradas têm sido objeto de pesquisas, mas poucas foram submetidas a uma análise formal de gênero, e poucas foram examinadas em relação à carta. Além disso, a história de cada domínio é complexa e ampla, envolvendo muitos países, influências e eventos. Finalmente, os primeiros documentos através dos quais poderíamos mostrar a maior influência das cartas ou não sobreviveram, ou não são facilmente acessíveis. Mesmo assim, as poucas evidências que encontrei na literatura secundária sugerem que as cartas podem ter exercido uma influência ampla e importante na formação de gêneros.

A panóplia corrente de gêneros na vida moderna depende de escritores e leitores terem complexos conhecimentos sociais e institucionais das atividades que os gêneros medeiam. Interpretar a correspondência mais simples do tipo que oferece cartões de crédito requer uma compreensão, entre outras coisas, do sistema postal, da propaganda e das malas diretas, de promessas feitas, dos sistemas modernos de bancos e de cartões de crédito, dos formulários de inscrição modernos, das transações de cartões de crédito de lojas, das faturas mensais, dos processos de registro de transações internas, do pagamento de cheques

e da concorrência entre os vários fornecedores de crédito. Os gêneros nos ajudam a navegar dentro dos complexos mundos da comunicação escrita e da atividade simbólica, porque, ao reconhecermos uma espécie de texto, reconhecemos muitas coisas sobre a situação social e institucional: as atividades propostas, os papéis disponíveis ao escritor e ao leitor, os motivos, as ideias, a ideologia e o conteúdo esperado do documento e o lugar onde isso tudo pode caber em nossa vida (BAZERMAN, 1997a, 1997b; FREEDMAN; MEDWAY, 1994; BERKENKOTTER; HUCKIN, 1995).

Mas como começamos a imaginar esses gêneros que parecem estar tão distantes do caráter imediato da fala face a face? Como chegamos a este ponto no qual nossas atividades cotidianas estão encaixadas em complexos sistemas comunicativos com os quais precisamos, de alguma forma, estar familiarizados para poder comprar as coisas básicas da vida? Como criamos estes espaços de interação e comunicação sociais tão distantes do encontro face a face imediato?

Certamente, nos primeiros períodos de letramento, não existia nada equivalente à proliferação de gêneros que temos hoje. Quem, lá na cidade de Uruk, no Antigo Império, poderia imaginar o relatório de um parecerista sobre um artigo submetido a uma revista científica? De onde vieram os primeiros gêneros da palavra escrita e como se transformaram na profusão de gêneros que precisamos entender na nossa vida hoje em dia?

Alguns dos primeiros gêneros escritos surgiram, de forma direta, dos altamente visíveis e bem conhecidos gêneros da performance pública falada, tais como o épico, a história coletiva

recitada em ocasiões rituais, o mito, a ode, o coral e o drama, o discurso; e de gêneros menores, como o conto popular, a adivinha e a piada. As transcrições podem servir como memoriais para eventos testemunhados ou recriações imaginativas para aquelas pessoas que têm visto eventos semelhantes. O texto, então, evoca todos os aspectos sociais que cercam a performance oral — seja a reunião festiva de cidadãos no anfiteatro ateniense para uma competição poético-dramática, seja as reuniões sagradas no templo em Jerusalém, seja a narração de histórias para o divertimento de crianças. O texto escrito pode também servir para o restabelecimento da performance original ou para novas performances modeladas de acordo com as originais.[1]

À medida que novos textos são criados somente para leitura privada, eles modificam os arranjos sociais da transmissão, mas ainda se baseiam num sentido estabelecido da transação textual. Muito do que hoje consideramos como literatura tem suas raízes em tais transformações de performances orais.

Semelhantes, mas um pouco mais exclusivas e complexas, são as transcrições de discussões orais sobre conhecimentos e crenças — como representado no Talmude e nos diálogos platônicos. Tais documentos carregam, até certo ponto, a representação da interação social que os gerou ou inspirou. Eles são frequentemente revividos dentro de circunstâncias locais que reatualizam e ampliam a interação que transcrevem — a

1. Para um estudo de como performativos orais são transcritos em textos constitutivos, ver Danet (1997).

maneira como o Talmude é examinado dentro de grupos de estudo quando o texto central e o comentário escrito incitam novas discussões (ver BOYARIN, 1989), ou a maneira como os diálogos platônicos continuam a servir como material para discussão de universitários na sala de aula. Mesmo a leitura individual de tais textos pode levar o leitor a imaginar-se dentro da dialética representada, a não ser que esteja lendo de algum ponto de vista alternativo e bem definido.

Alguns gêneros surgem de atos de fala cotidianos mais comuns, tais como os atos de contar e relembrar (que, de acordo com Schmandt-Besserat, forneceram as próprias origens da escrita, ao passo que índices de memória chegaram a ser transformados em impressos em barro daqueles índices, e depois simplesmente inscrições em barro). Isso pode ser uma recontagem pessoal ou realizada dentro de um pequeno grupo para fixar os termos de propriedade ou transferência. Presumivelmente, os indivíduos, usando índices de memória, também lembrariam a ocasião, as circunstâncias, os propósitos e as transações locais particulares do registro. Parte da nossa dificuldade atual em interpretar esses primeiros registros consiste em não termos evidências diretas das circunstâncias e do uso desses registros.

Os comandos orais dos que têm autoridade também foram transformados muito cedo em gêneros escritos reconhecíveis, como ordens, leis, códigos e proclamações, estendendo o seu controle sobre amplos domínios e períodos de tempo, atribuindo maior responsabilidade a esses princípios abstratos. Contudo, mesmo que todos pudessem reconhecer as palavras de auto-

ridade, é difícil saber se um conjunto particular de comandos advinha de uma autoridade legítima corrente e se aquela autoridade, particularmente a grande distância, tinha poder e meios suficientes para monitorar e impor tais comandos.

Por essas razões, no antigo Oriente Próximo (WHITE, 1982) e na Grécia, os primeiros comandos escritos ao lado de outros assuntos de Estado — militares, administrativos ou políticos — foram feitos na forma de cartas. As cartas forneciam a identificação de autor e audiência e, no período mais antigo, elas eram entregues por mensageiro pessoal da autoridade — o qual, dizia-se, passava a representar a própria presença ou projeção (*parousia*) do emissor. A aparente encenação social era ainda realçada com a leitura em voz alta pelo mensageiro, que podia portar uma segunda mensagem falada, não confiada à escrita. Assim, os procedimentos da entrega dessas primeiras cartas visivelmente representavam as relações sociais realizadas a distância por meio da carta (STIREWALT, 1993, p. 5). Mesmo quando as cartas deixaram de ser recitadas pelo mensageiro, o propósito da projeção da presença do autor através da escrita permaneceu (DOTY, 1973, p. 12).

De usos formais e oficiais, as cartas evoluíram para incluir expressões de preocupação pessoal e, posteriormente, mensagens particulares (STOWERS, 1986). A manutenção e ampliação dos laços sociais modificaram as relações estabelecidas através das cartas para além do formal e oficial, em direção ao pessoal. Cartas pessoais familiares tornaram-se comuns entre todas as classes dos mundos helênico e romano. A pouca atenção que

os teóricos da retórica clássica deram às cartas limitava-se às cartas pessoais com ênfase no fato de que elas, escritas em estilo falado, ampliaram laços pessoais entre amigos e associados (MALHERBE, 1988). Enquanto os teóricos prestaram atenção apenas nos laços de amizade, as cartas pessoais se tornaram um meio flexível de realizar muitos tipos de negócios e outras transações (para exemplos, ver WHITE, 1986). Entre a gama de cartas comerciais e administrativas, estavam as cartas de petição (WHITE, 1972) e as de recomendação (KIM, 1972). Cartas ficcionais serviram como exercícios divertidos em escolas e como entretenimento adulto; os temas dessas cartas iam de romances morais a erotismo. Cartas aos deuses, cartas aos mortos e cartas-orações sugerem a flexibilidade da forma carta para estabelecer e elaborar situações comunicativas (STIREWALT, 1993, p. 20-25; DOTY, 1973).

Dois tipos de carta chegaram a ser tratados como documentos eruditos nas escolas e nas bibliotecas pessoais. Em primeiro lugar, foram as cartas sobre temas técnicos ou profissionais, incluindo filosofia, retórica, profecia, matemática e medicina. As cartas de Aristóteles são exemplos disso. Em segundo lugar, foram as cartas-ensaios mais extensas que substituíram os tratados completos — talvez servindo como um esquema ou substituto para trabalhos nunca terminados. O formato de carta proporcionou o contexto social local e o significado a incursões na escrita abstrata (STIREWALT, 1993, p. 15-19).

Do seu amplo uso no mundo clássico, podemos ver como a carta, uma vez criada para mediar a distância entre dois indi-

víduos, fornece um espaço transacional aberto, que pode ser especificado, definido e regularizado de muitas maneiras diferentes. As relações e transações em curso são mostradas para o leitor e o escritor diretamente através das saudações, das assinaturas e dos conteúdos da carta. Além do mais, cartas podem descrever e comentar — frequentemente de modo explícito — a relação entre os indivíduos e a natureza da transação corrente. À medida que mais temas e transações, de forma reconhecível, se inserem nas cartas, o gênero, em si, se expande e especializa. Foi assim que tipos distintos de cartas se tornaram reconhecíveis e passaram a ser tratados diferentemente. As pessoas reconhecem cada vez mais uma variedade de transações que pode ser realizada a distância através de cartas, seguindo modelos para cada tipo de transação. Como revelam os estudos históricos, essas variedades de cartas se tornaram fortemente tipificadas em organização e no uso de frases de expressão. Por sua vez, não só a organização e as transações podem alcançar distâncias maiores, como também os laços sociais entre os indivíduos podem ser reforçados e até criados através de relações indiretas com outras pessoas (como através de cartas de recomendação).

A riqueza e a multiplicidade das práticas antigas de escrever cartas conferiram a esse gênero uma poderosa força comunicativa dentro da antiga Igreja cristã. Quase todos os livros do Novo Testamento, com exceção dos evangelhos, encontram-se sob a forma de cartas, escritas originalmente entre pessoas específicas ou entre pequenos grupos, e depois disponibilizadas para todos os que compartilhavam da comunidade. Nessas cartas,

perpassam muitas atividades — incluindo narrativas de eventos notáveis, o proselitismo, a oração, o consolo, os ensinamentos morais, o louvor dos fiéis, os avisos contra os falsos profetas, o pensamento filosófico, a profecia e a organização da Igreja. Tais cartas são regularmente enquadradas nas formas de comunhão que estabilizaram laços de comunidade e fé, proporcionando uma feição pessoal de comunhão a uma ampla variedade de atividades realizadas no Novo Testamento.

As primeiras cartas da Igreja constituíam um veículo importante para manter a sua comunhão em lugares distantes. Os viajantes levavam cartas de seu bispo, apresentando-os como membros comungantes da Igreja e reafirmando os laços de comunhão entre bispos. Em cartas encíclicas, também circulavam informações sobre divisões internas e listas de quais clérigos permaneciam "em comunhão". Enquanto a organização da Igreja se desenvolvia nos períodos romano tardio e medieval, nessas cartas apostólicas e pastorais circulavam decisões doutrinais, decisões dos sínodos episcopais e assuntos temporais e políticos. À medida que a hierarquia da Igreja se estabeleceu, as cartas papais sobre assuntos tanto gerais quanto específicos se tornaram cada vez mais importantes, transformando-se nos tipos ainda hoje em uso, incluindo cartas apostólicas, bulas, súmulas, encíclicas, resoluções, éditos (FREMANTLE, 1956, p. 23-25).

À medida que a Igreja se expandiu, unindo muitos povos, as cartas se tornaram importantes para manter a burocracia e os laços da comunidade (CONSTABLE, 1976). Para treinar os

clérigos naquilo que estava então se tornando o principal meio de doutrina e administração, desenvolveu-se um ramo especializado da retórica conhecido como *ars dictaminis* (CAMARGO, 1991). Essa arte de escrever cartas enfatizou a saudação, identificando e conferindo respeito aos papéis sociais e às posições de emissor e receptor, colocando ambos dentro de relações sociais institucionalizadas. Além do mais, escritores de cartas foram aconselhados a construir um laço de boa vontade com o receptor, invocando sentimento e obrigação, e narrando explicitamente a situação que apresentava a necessidade da carta e a esperada cooperação do receptor (MURPHY, 1971).

O *ars dictaminis* forneceu a base para a expansão da correspondência comercial e governamental durante o começo da Renascença. Bolonha, o centro do *ars dictaminis* nos séculos XII e XIII, foi simultaneamente o centro do novo *ars notaria*, que, no século XIV, iria substituir o *ars dictaminis* em importância. O *ars notaria*, preocupado com a forma correta dos documentos legais e comerciais, teve estreita ligação com as profissões de tabelião e secretário, envolvendo-se profundamente com o direito e o comércio (MURPHY, 1974, p. 263-265).

A ligação entre cartas e documentos legais pode ser vista em algumas das funções a que as cartas serviram. Entre as cartas da burocracia da Igreja medieval, encontram-se concessões de mosteiros, arranjos contratuais, contratos de transferência, concessões de imunidades e privilégios, presentes, obrigações

mútuas e outros documentos, estabelecendo alguma organização administrativa duradoura. Tais cartas estariam guardadas para instituir um direito legal quando necessário; tanto é assim que, num certo sentido, essas cartas foram escritas não só para um outro desconhecido "a quem possa interessar", quanto para os destinatários originais (MURPHY, 1974, p. 200-202; PERELMAN, 1991, p. 99).

Eu não examinei esses primeiros documentos legais para determinar até que ponto eles tinham as marcas de cartas e como poderiam ter-se diferenciado dos vários gêneros de correspondência,[2] mas vale a pena mencionar que mesmo um documento de significado legal geral como a Carta Magna (1215) segue os princípios da escrita de cartas, a começar pela saudação que define posições sociais e busca a boa vontade: "John, by the Grace of God, king of England, lord of Ireland, duke of Normandy and Aquitaine, count of Anjou, to the archbishops, bishops, abbots, earls, barons, justiciars, foresters, sheriffs, reves servants, and all bailiffs and his faithful people greeting."[3] (CHEYNEY, 1897, p. 60). Em seguida, o documento começa narrando o que ele [o rei] tem concedido, antes de mudar para afirmações normativas de *shall have* e *shall not* ("ter" e "não ter").

Um documento real posterior que tenho em mãos é a Carta de Patente concedida pelo Rei Henrique VII a John Cabot, datada de 05 de março no décimo primeiro ano do seu reinado (1495), dando-lhe licença para explorar e colonizar novas terras, e reimpressa em Hakluyt's Voyages. Além de ser chamada de carta, a Carta de Patente tem um endereço e saudação: "Henry, by the

Grace of God, king of England and France, and lord of Ireland, to all whom these presents shall come, Greeting."[4] O corpo da carta, contendo as particularidades da licença, é formulado como uma mensagem direta: "be it known that we have given and granted..." ["seja conhecido que temos dado e concedido..."]. O documento termina com seu testemunho (ou assinatura). Até hoje, alguns contratos, concessões e outros documentos legais na Inglaterra ou nos Estados Unidos podem conter fórmulas epistolares residuais desse tipo.

Mesmo quando as patentes não mais faziam parte de todas as concessões de privilégio real, estando restritas a uma proteção limitada para as invenções, o processo ainda foi feito por cartas e documentos parecidos com cartas. A primeira inscrição existente para uma patente, nos Estados Unidos, é uma carta pessoal de 1790, de William Pollard para os secretários Jefferson e Howe e o procurador-geral Randolph, requerendo uma patente para a máquina de fiar. A primeira concessão, de 1791, é um diploma com aparência oficial, escrito na forma de uma carta, endereçado a "To all to whom these presents shall come, Greeting" ["A todos para quem estes documentos cheguem, saudações"], e assinado por ambos, o presidente e o procurador-geral.

Até meados do século XX nos Estados Unidos, os principais documentos de patentes mantiveram o formato de uma carta. A carta de especificação incluída no processo de inscrição chegou gradualmente a significar a própria patente, de novo mantendo o formato de uma carta destinada "a quem possa interessar", assinada pelo requerente e por testemunhas, mas

também endossada pelo Departamento de Patentes e com um número de patente. Somente em anos recentes foram tiradas as marcas características da carta do documento de especificação, embora a patente seja ainda cercada judicialmente por uma correspondência extensiva.

A carta de petição, como um meio para o indivíduo manifestar interesses pessoais para as autoridades, data do mundo clássico (KIM, 1972), constituindo um instrumento regular para a expressão de descontentamento e protesto na Idade Média e nos anos seguintes. A falta de resposta do rei George a tais petições é uma das queixas centrais da Declaração de Independência dos Estados Unidos.

À proporção que aumentavam os descontentamentos, cartas foram usadas regularmente para disseminar atitude e postura rebeldes, para compartilhar informações sobre as injúrias e para organizar atos de rebelião. Foi esse o caso das rebeliões camponesas na Inglaterra, em 1381 (JUSTICE, 1994). Mais uma vez, no período anterior à Revolução Americana, cartas entre Comitês de Correspondência se tornaram um veículo para aumentar o sentimento e a organização dos rebeldes. Em ambos os exemplos, as cartas precederam o aparecimento de documentos públicos mais visíveis, tais como cartazes, manifestos e panfletos sediciosos.

As cartas forneceram o meio para o desenvolvimento não só de gêneros importantes do direito, do governo e da política, mas também dos vários instrumentos de dinheiro e crédito que medeiam os sistemas modernos bancários e financeiros.

Começando no século XII, nas cidades-estados do norte da Itália, incluindo Bolonha, desenvolveram-se instrumentos financeiros para servir às necessidades do crescente intercâmbio comercial. O documento mais importante inventado nessa época, geralmente visto como a fonte de todos os outros instrumentos monetários, foi a letra de câmbio. Nessas letras de câmbio, uma pessoa acusa o recebimento de uma soma a ser paga numa data fixa, normalmente, numa outra cidade. Em meados do século XIII, as letras de câmbio precisavam ser certificadas por um tabelião (GROSECLOSE, 1976, p. 93). Embora eu não tenha visto esses documentos, parecem estar na forma de uma correspondência comercial. Em uma história do sistema bancário veneziano, chamou-se o sistema de letras de câmbio de uma “rede de débitos e créditos regionais e internacionais, mantida pela escrita constante de cartas” (LANE; MUELLER, 1985, p. 73).

Instrumentos monetários e de crédito, por sua credibilidade e crédito-habilidade, dependem da crença do povo nas marcas simbólicas de valor, cada vez mais abstratas, removidos do valor concreto dos objetos e da confiança pessoal em indivíduos conhecidos que atuavam como fiadores de valores. Cartas pessoais e comunicações parecidas com cartas entre indivíduos podem servir como símbolos de confiabilidade durante a transição para o valor abstrato. Além disso, instituições de confiança como bancos e governos podem emitir e garantir instrumentos de valor escritos e impressos para a circulação geral.

A circulação monetária, estabelecida no norte da Itália durante o século XII, baseou-se na transferência direta de fundos da conta bancária de um cliente para a de outro, seguindo as instruções do primeiro. É difícil imaginar que cartas autorizando tais transferências não constituíam uma parte regular do processo, e é fácil imaginar tais cartas de transferência implicando o surgimento da conta corrente. Documentos escritos que funcionavam como uma ordem de pagamento aparentemente serviram como uma primeira forma de cédula. Na Inglaterra, o primeiro dinheiro de papel estabelecido como moeda corrente, em 1665, encontrava-se sob a forma de "uma ordem para o Caixa da Receita do Ministério da Fazenda para pagar tal pessoa tanto dinheiro do fundo desse ou daquele estoque do Parlamento" (GROSECLOSE, 1976, p. 117). O nome em si da carta de crédito sugere a estreita ligação com a correspondência, embora eu não tenha encontrado evidências históricas substanciais.

A maior experiência em cédulas, ou notas, desenvolveu-se nas colônias norte-americanas por causa da falta de moedas de ouro ou prata. Massachusetts foi a primeira colônia a emitir notas em 1690, e as outras a imitaram nas décadas seguintes (GROSECLOSE, 1976, p. 119; HICKCOX, 1969, p. 5-6; PHILLIPS, 1969). A forma típica de tais notas apresenta alguns elementos da carta, por exemplo, as primeiras notas emitidas pela colônia de Nova York em 1709 têm uma data na parte superior e são assinadas na parte inferior por um ou vários oficiais do governo. No texto, lê-se:

> *This indented Bill of... Shillings due from the colony of New York to the Possessor thereof, shall be, in Value equal to Money; and shall be accordingly accepted by the treasurer of this Colony, for the time being in all publick Payment; and for any Fund at any Time, in the Treasury…[dated, by order of].*[5] (HICKCOX, 1969, p. 5-6).

A ordem direta ao tesoureiro foi transformada em uma descrição normativa que "o tesoureiro aceitará", permitindo, assim, que o documento fosse endereçado a usuários não identificados, em vez de um oficial do governo. Essa transformação pode explicar parte da perda de algumas marcas da carta direta. Até hoje, o dólar americano contém alguns elementos residuais da carta, na assinatura e na descrição normativa: "This note is legal tender for all debts, public and private" ["Esta nota é moeda corrente para todas as dívidas, públicas e privadas"], servindo como promessa ao usuário e como ordem ao receptor. As notas britânicas também são assinadas e "prometem pagar ao portador a soma de...".

A introdução da impressão multiplicou cópias de textos para audiências amplas e desconhecidas. A carta em várias instâncias parece ter servido como uma forma transitória para permitir a emergência de gêneros com uma função comunicativa definida

5. (N.T.) "Essa Carta lavrada de… xelins devidos pela colônia de Nova Iorque ao possuidor da mesma, será, em valor igual a dinheiro; e será aceita pelo tesoureiro desta Colônia, provisoriamente em todo pagamento público; e por qualquer fundo em qualquer tempo, na Tesouraria... [datada, por ordem de].

e com amarras sociais. Pelo menos três principais tipos de escrita que floresceram na cultura impressa parecem ter alguma conexão com a carta: o jornal, a revista científica e o romance.

As fontes orais e escritas do jornal parecem múltiplas, incluindo baladas, relatos diários romanos e italianos, e cartazes e panfletos renascentistas. Já na última metade do século XV, correspondentes profissionais reuniam-se perto das Inns of Court [antigas escolas de Direito londrinas] para escrever boletins informativos [*newsletters*], enviando-os aos habitantes das províncias (RAYMOND, 1996, p. 5; ANDREWS, 1968; BOURNE, 1887). A família Fugger, na Europa, também comandava uma cadeia de correspondentes para fornecer notícias comerciais (SOMMERVILLE, 1996, p. 19). Na Inglaterra dos anos 1620, os Corantos,[6] inspirados em alguns exemplos continentais, apareceram com regularidade. Os relatórios referiram-se regularmente à correspondência como uma fonte de informação: "Entendemos pelas Cartas...", "Eles escrevem de..." (SOMMERVILLE, 1996, p. 25). Os editores, mais notoriamente Gainsford, adotaram um estilo pessoal, dirigindo-se diretamente aos leitores (SOMMERVILLE, 1996, p. 25-26).

Em janeiro de 1643, com a Inglaterra em plena rebelião, a necessidade de notícias era grande. Duas formas adicionais de periódicos noticiosos apareceram — o *Mercuries*, valendo-se da reputação do primeiro periódico continental, e o *Intelligencers*,

6. (N.T.) Corantos é um termo usado para os primeiros jornais que surgiram na Inglaterra no começo do século XVII. Coranto significava "corrente" de notícias — isto é, uma "relação" que continuava, em vez de ser confinada a um panfleto.

tirando o título dos boletins informativos privados do tipo preparado nas Inns of Court, sugerindo informações confidenciais e secretas. Alguns desses boletins foram coletados e impressos em periódicos informativos [*newsbooks*], tal como *The Heads of Severall Proceedings in this Present Parliament de Samuel Pecke*, que durou por três meses (SOMMERVILLE, 1996, p. 35-36).

Como não posso aqui começar a traçar a história complexa das formas de escrita jornalística, quero salientar que muitos dos elementos das cartas ainda permanecem na indústria jornalística; por exemplo, repórteres mantidos em cidades e países distantes são, ainda hoje, referidos como correspondentes, mesmo nos programas noticiosos da televisão. Além do mais, a assinatura do correspondente é utilizada para identificar atos de correspondências notáveis. Resíduos do estilo da correspondência pessoal ainda permanecem, podendo ser observados, particularmente naquelas publicações que simulam uma elegância antiga, tal como a revista *New Yorker*, que ainda publica relatórios longos com títulos do tipo “Carta de...”, e também mantém um estilo informal de carta para a coluna “Talk of the Town”.

A publicação de periódicos não noticiosos é geralmente atribuída às primeiras revistas científicas: *Journal des Scavans*, que durou pouco tempo, e *Philosophical Transactions of the Royal Society*, que durou muito tempo — ambas publicadas pela primeira vez em 1665. Em meados do século XVII, uma correspondência ativa se desenvolveu entre filósofos naturais com o propósito

de trocar informações sobre suas investigações. A *Philosophical Transactions* se desenvolveu desta correspondência de cartas. O alemão Henry Oldenburg, no fim dos anos 1650, após ter se mudado para a Inglaterra, começou a se corresponder com proeminentes estudiosos, como Massah ben Israel, John Milton, Robert Boyle e John Hartlib. A correspondência com os filósofos naturais, em pouco tempo, dominou os outros interesses de Oldenburg. Embora ele mesmo tivesse pouca experiência na filosofia natural e não contribuísse com novos resultados ou teorias, Oldenburg fez circular as informações entre os outros. Como resultado dessa ativa correspondência, em 1662, ele se tornou o secretário da recém-criada Royal Society. Neste papel, sua correspondência aumentou ainda mais e, em 1665, ele utilizou como material para um novo periódico, a *Philosophical Transactions of the Royal Society* (HALL, 1965; OLDENBURG, 1965).

Os primeiros números desse periódico se deram, em grande parte, sob a forma de resumo de sua correspondência e das reuniões da Royal Society, como se estivesse se correspondendo com os leitores, transmitindo para os outros tudo o que tinha descoberto a partir de uma variedade de fontes. Em pouco tempo, contudo, ele começou a citar longamente seus correspondentes, e os artigos passaram a assumir a forma de cartas à Royal Society. Assim, o famoso artigo de Newton de 1672, "A new theory of light and colours", apareceu sob a forma de carta, que antes tinha sido lida durante uma reunião da Royal Society. Uma controvérsia surgiu sobre essa teoria, gerando cartas

entre inúmeros correspondentes, aos quais Newton respondeu regularmente. Muitas dessas correspondências, escritas para os leitores do periódico, foram publicadas durante os próximos cinco anos na *Philosophical Transactions* (BAZERMAN, 1988).

As cartas na *Philosophical Transactions* cada vez mais se dirigiam aos leitores do periódico como sua principal audiência, e não mais ao destinatário nominal das cartas. Nesse processo de reorientação, uma tensão se desenvolveu entre as características comuns ao argumento público (a asserção, a didática e a disputa) e as comuns à correspondência pessoal entre cavalheiros (a etiqueta, a polidez e a boa vontade) (SHAPIN, 1994; ATKINSON, 1999). Levou mais de um século para que os artigos perdessem os vestígios do formato de carta e adotassem o tom e o foco argumentativos abstratos dos artigos científicos. As cartas ainda retêm vários e importantes papéis na publicação científica, servindo para uma resposta direta e como um fórum para a publicação menos formal e mais rápida de resultados importantes. De fato, a necessidade de um breve e rápido compartilhamento de novos resultados tem levado às *letter journals*,[7] como o *Physical Review Letters* (BLAKESLEE, 1994).

Além das muitas revistas científicas que surgiram, seguindo o modelo da *Philosophical Transactions*, várias revistas literárias

7. (N.T.) *Letter journals*: nome dado a revistas científicas que publicam apenas artigos curtos e têm um tempo mais restrito para o ciclo de revisão e publicação, de forma que um cientista pode apresentar rapidamente um breve relatório de novos achados/resultados. Essas revistas são encontradas nas áreas onde resultados emergem rapidamente e são utilizados imediatamente por outros cientistas.

e intelectuais nasceram no século XVIII (GRAHAM, 1972), e delas desenvolveram-se as revistas populares do século XIX.

As origens do romance são complexas e continuam sob escrutínio crítico (ver, por exemplo, MCKEON, 1987; HUNTER, 1990). É claro, porém, que o romance epistolar foi uma das primeiras formas de ficção em prosa mais longas, escritas para impressão. É ainda claro que o romance epistolar desenvolveu-se diretamente de várias tradições de escrever cartas e de manuais de escrever cartas. A tradição de cartas literárias data dos exemplares romanos de Plínio e Cícero, e foi continuada mais notavelmente pelo monge Alcuin do século VIII e pelo poeta do século XIV Petrarca; tais cartas foram coletadas e amplamente disseminadas muito antes de Guttenberg. Na Inglaterra, algumas famílias registraram suas vidas e sua época em cartas, que projetaram as particularidades e personalidades dos correspondentes; duas extensas coleções são a da família Stonor (1290-1483) e a da família Paston (1424-1526). Além disso, cartas ficcionais no mundo clássico, incluindo algumas de Ovídio, serviram tanto para educar como para entreter. Finalmente, os manuais de escrita de cartas e coleções de cartas de amor começaram a ser publicados no século XVI, frequentemente apresentando modelos de cartas fictícios, indo do engraçado ao didático. *A poste with a packet of mad letters* (1603), de Nicholas Breton, ganhou uma especial popularidade (SINGER, 1963).

Há, sem dúvida, muito mais gêneros em que cartas tiveram um papel basilar. Entretanto, para discutir dois exemplos do comércio, vou pular para o fim do século XIX, época em que o

crescimento das empresas chamou a atenção para a necessidade de novas formas de comunicação prolongadas entre pessoas que pudessem não se conhecer, mas que tivessem que estabelecer entre si uma relação estruturada. Primeiro é a carta aos acionistas. Pelo menos nos Estados Unidos, o fim do século XIX foi testemunha do crescimento de grandes empresas, causado pelas tecnologias de transporte e de comunicação. Essas tecnologias, que pela sua natureza aproximaram lugares distantes e criaram mercados nacionais, formaram a base de algumas das primeiras grandes companhias, tais como as ferroviárias e as telegráficas. Esses empreendimentos precisavam de capital, obtidos através da venda de ações. Com donos tão dispersos, sem a possibilidade de acompanhar as operações diárias da companhia ou de examinar a contabilidade, a administração precisava de um meio para passar informações aos investidores sobre o valor dos seus investimentos. Embora eu não tenha examinado muitos desses primeiros relatórios de ações, tampouco tenha uma ideia detalhada de seu desenvolvimento, os exemplos que tenho visto do início dos anos 1880 para a Edison Electric Light Company, a Edison Electric Illuminating Company of New York e a Edison Company for Isolated Lighting são todos realizados sob a forma de cartas da Junta de Curadores [*Board of Trustees*] aos acionistas, assinadas pelo presidente da respectiva companhia. Após os primeiros dois anos, uma declaração financeira curta foi adicionada. Até hoje, embora o relatório anual das ações das grandes companhias seja quase sempre um lustroso livro grosso com figuras, tabelas, fotografias e muitas seções diferentes, uma

carta do presidente da companhia e/ou do presidente do conselho de diretores [*Chairman of the Board*] dirigida aos acionistas normalmente aparece nas primeiras páginas informando sobre a situação geral da companhia.

Semelhantemente, nas operações diárias das companhias em rápida expansão, passaram a existir necessidades crescentes de comunicação interna e externa a distância. No início, a carta comercial deu conta da comunicação necessária. Entretanto, a necessidade crescente de uma eficiente manutenção dos registros e arquivos gerados pela correspondência em expansão levou ao desenvolvimento de formulários impressos, memorandos, relatórios, circulares e outros gêneros. Isso se deu lado a lado com o desenvolvimento das novas tecnologias do escritório, tais como a máquina de escrever, o papel-carbono, o estêncil e o arquivo (YATES, 1989). Isto é, a carta comercial se proliferou em novos gêneros que se tornaram parte das operações diárias e parte dos registros permanentes da companhia. A sistematização dos documentos e os fluxos de papel também serviram para regular o trabalho de novas classes de trabalhadores de colarinho branco (ver também ZUNZ, 1990).

Ao examinar os papéis de Thomas Edison, encontrei várias vezes esse processo em ação sugerindo como a flexibilidade, o julgamento pessoal e os laços de confiabilidade foram enfraquecidos à medida que o trabalho com papel se tornava cada vez mais organizado em torno de certos gêneros controlados por formas pré-impressas (BAZERMAN, 1999). Um exemplo se destaca por sua clareza. Em 1884, Alfred O. Tate fez uma via-

gem para o Estado de Michigan e para o Canadá à procura de lugares para construir centrais de força elétrica. Ele escreveu regularmente para Charles Batchelor, um dos parceiros mais confiáveis e íntimos de Edison, para passar informações sobre os agentes contratados e sobre as cidades onde eles iam tentar desenvolver tais centrais. Nos primeiros dez dias, Tate escreveu cartas pessoais, frequentemente de duas páginas, que misturavam relatórios legais e de negócios com julgamentos pessoais e outros assuntos particulares. Inicialmente usou o papel de carta do hotel em que estava hospedado. Contudo, após duas semanas, começou a usar formas pré-impressas, que continham dados sobre a Companhia Edison, lugares específicos para os aspectos legais dos contratos, informações sobre o agente contratado localmente e um espaço adicional para “Comentários”. Ao serem regularizadas numa forma, essas cartas tornaram-se semelhantes a documentos legais e de negócios destinados a um arquivo da companhia. Imediatamente após a adoção dessas formas, os comentários de Tate se tornaram mais limitados em escopo e extensão, e sua tarefa de reportar ficou mais restrita. Por outro lado, a Companhia teve a garantia de uma uniformidade de informações e uma regularidade de procedimentos de arquivamento.

Uma vez que a socialidade de textos é frequentemente uma questão da compreensão social implícita, encaixada em nosso reconhecimento de gêneros que formam a atividade comunicativa, a leitura e a escrita têm sido vistas regular e incorretamente como processos autônomos de forma e significado puros, sep-

arados das circunstâncias, das relações e das ações sociais. As cartas, comparadas a outros gêneros, podem parecer simples por serem tão abertamente ligadas às relações sociais e a escritores e leitores particulares, mas isso só significa que elas nos revelam clara e explicitamente a socialidade que faz parte de toda escrita. Isso, entretanto, pode ser a própria razão por que as cartas têm sido tão instrumentais na formação de gêneros mais especializados e menos autointerpretativos. As cartas têm nos ajudado a encontrar os endereços de muitos lugares obscuros e notáveis para encontros letrados e têm nos ajudado a entender o que faríamos e diríamos uma vez chegássemos lá.

CAPÍTULO 5

GÊNERO E IDENTIDADE: CIDADANIA NA ERA DA INTERNET E NA ERA DO CAPITALISMO GLOBAL

Um dos slogans acadêmicos mais populares nesse último meio século é a caracterização wittgensteiniana de linguagem em uso como uma forma de vida.[1] A Teoria de Gêneros leva a sério esse slogan. Ao percebermos um enunciado como sendo de um certo tipo ou gênero, engajamo-nos numa forma de vida, juntando falantes e ouvintes, escritores e leitores em relações particulares de um tipo familiar e inteligível. À medida que os participantes se orientam para esse espaço social comunicativo, eles adotam o humor, a atitude e as possibilidades de ação daquele lugar — eles vão àquele lugar para fazer as coisas que ali são feitas, para desenvolver as ideias que ali são pensadas, para sentir como ali se sente, para satisfazer o que pode ser ali satisfeito e para se transformar no tipo de pessoa que ali se pode tornar (BAZERMAN, 1997a, 1988). É como ir a um jantar, ou a uma boate, ou a um seminário, ou a uma igreja. Você sabe onde está entrando e tem conhecimento da extensão de relações e objetos que provavelmente haverá ali. Você adota um estado mental, fixa suas expectativas, planeja de acordo com esses elementos e começa a agir com essa orientação.

Você sabe também que, se passar a frequentar um certo lugar o tempo suficiente, você se transformará num típico frequenta-

dor do lugar — conhece o lugar, sabe como agir lá, o que dizer ali, quem pertence ou não ao lugar e quem é novato. Os lugares que você frequenta desenvolverão em você aquelas partes que estão mais relacionadas e orientadas às atividades daqueles espaços. Como nossas avós nos alertavam: se frequentar o hipódromo por um longo tempo, você se tornará um daqueles personagens do hipódromo. Ao ingressar no exército, você pode ser tudo o que quiser ser, mas somente se o que você quiser ser for uma das coisas que se pode ser no exército. Se você quiser ser um pianista, é melhor ir para um conservatório de música. É a mesma coisa com o frequentar os gêneros da escrita. Se você quer ser um cozinheiro mais sábio ou quer ter fantasias mais elaboradas sobre comida, então você deve ler repetidamente livros de culinária. Se quiser ser um matemático, passe mais do que uns poucos minutos com os textos didáticos de matemática e gradualmente você começará a ler a literatura profissional. Se você quiser exercitar e desenvolver algumas paixões e uma consciência política, você deve ficar em dia com as revistas que tratam das opiniões e dos fatos políticos.

Mas ir ao lugar é apenas o primeiro passo, porque, quando estiver lá, você precisará de acesso e encorajamento para se engajar com pessoas particulares em papéis específicos, usar recursos particulares e participar de experiências e atividades peculiares. Quando começar a escrever naqueles gêneros, você começará a pensar de maneira ativa, produzindo enunciados pertencentes àquela forma de vida, e também adotará todos os sentimentos, esperanças, incertezas e ansiedades relacionadas

ao ato de tornar-se uma presença visível naquele mundo, participante das atividades disponíveis. Além disso, você passa a desenvolver e a se comprometer com a identidade que você está construindo dentro daquele domínio. Ademais, a extensão particular de sentimentos, impulsos e posições que você adota ao orientar-se para aquele mundo desenvolve-se na interação com as pessoas e atividades dentro daquele mundo. Dessa maneira, os gêneros moldam as intenções, os motivos, as expectativas, a atenção, a percepção, o afeto e o quadro interpretativo. O gênero traz para o momento local as ideias, os conhecimentos, as instituições e as estruturas mais geralmente disponíveis que reconhecemos como centrais à sua atividade.

Tornando-se um contribuinte do Imposto de Renda

Uma vez por ano, ao preencher a declaração do Imposto de Renda, tornamo-nos contribuintes de impostos com todas as nossas crenças concomitantes (embora individualmente variadas) sobre as responsabilidades da cidadania, sobre a honestidade e sobre os interesses econômicos. Trazemos nossas emoções e ansiedades sobre nossa situação financeira corrente, nossa vida financeira do ano passado, nossa vontade de pagar dinheiro ao governo e nossa responsabilidade de declarar nossas finanças. Ao preencher o formulário, somos levados a penetrar num universo ontológico no qual chegamos a representar, em termos localmente restritos e sistematicamente legais, as transações

do ano anterior, responsabilizando-nos por declará-las. Durante as horas em que passamos preenchendo esses formulários, agimos como cidadãos contribuintes de impostos com todas as suas implicações, colaborando com nosso contador e com a *Internal Revenue Service* [Receita Federal Norte-Americana] com o propósito de produzir o documento que define não só a nossa obrigação de pagar os tributos, mas também a nossa identidade como contribuintes.[2]

Somos, contudo, mais do que temporariamente implicados nos sistemas interligados de impostos e da economia. Preenchemos a declaração de imposto a cada ano, mas também recebemos a cada semana/mês nossos contracheques com as quantidades contabilizadas e descontadas, sendo posteriormente agregadas à nossa declaração anual. Talvez diariamente guardemos nossos recibos, tomemos decisões sobre compras ou organizemos nossa renda com um olhar nas consequências sobre o imposto de renda. Vivemos nossa vida econômica, então, numa relação contínua de contribuintes do governo — um fato que causa uma irritação sem fim para algumas pessoas. Essa identidade de contribuinte também aumenta nossa própria consciência da nossa vida econômica numa maneira diferente de como o fazem os extratos bancários mensais ou as contas do cartão de crédito, porque o sistema de impostos nos leva a agregar e sumarizar nossa renda, enquadrando-nos em cate-

2. Ver Bazerman (2000a) para uma discussão da ontologia e das operações dos formulários de imposto.

gorias demográficas de classe, como reportado no censo e na imprensa diária.

Desenvolvimento de identidade dentro de sistemas de atividade de gênero

Assim, os gêneros e os sistemas de atividade dos quais fazem parte fornecem as formas de vida dentro das quais construímos nossas vidas (BAZERMAN, 1995). Isso é tão verdadeiro em nossos sistemas de trabalho, de criatividade, de comunidade, de lazer e de intimidade, como em nossos sistemas de imposto — cada um mediado através de formas linguísticas, ao lado de outros aspectos materiais e corporificados que fazem parte das interações. Até os fundamentos biológicos de sexo e alimentação são agora cercados e realizados por complexos não somente de palavras, mas de textos escritos de conhecimento, conselho, facilitação e comércio. Esses complexos organizados de comunicações dão forma a nossas relações e identidades correntes; dentro desses complexos, mudamos e nos desenvolvemos através de nossas sequências de participação mediada.

Um outro exemplo mais bem estudado das maneiras como desenvolvemos e formamos identidades através da participação em sistemas de gêneros dentro de sistemas de atividade ordenados está na educação superior. A escrita da literatura nas disciplinas tem fornecido evidências extensivas de que o desenvolvimento educacional ocorre e identidades profissionais emergem dentro de sistemas de gêneros e de atividades

(RUSSELL, 1997a, 1997b). O estudo de Berkenkotter, Huckin e Ackerman (1991) descreve um aluno de pós-graduação numa série de trabalhos durante vários semestres esforçando-se para localizar sua voz dentro das formas intertextuais profissionais, dentro das quais ele gradualmente desenvolve uma identidade profissional. Para o aluno, essa identidade nunca se estabiliza, mas permanece em tensão durante o período de estudo e por um longo tempo depois. Semelhantemente, vemos o desenvolvimento da identidade profissional no relato de Blakeslee (1997) de um aluno de pós-graduação em Física, que é orientado por um professor, através da colaboração na escrita de trabalhos científicos. A questão é ainda mais interessante devido às ambições interdisciplinares dos físicos que procuram conseguir aplicações do seu trabalho na neurobiologia e na farmacologia. Vemos, nos relatos de Prior (1998), alunos de pós-graduação desenvolvendo suas teses e identidades profissionais dentro de novos campos, constantemente refeitas por suas ações e pelas ações de colegas, professores e outros com quem interagem. Os alunos reinterpretam, misturam e improvisam com base em (e dentro de) formas de expressão e contribuição que esperam deles, à medida que passam de trabalhos de seminários a suas teses. Vemos, nos cadernos de graduandos de Arquitetura, conforme reportado por Medway (2002), uma autocriação e identificação dos compromissos estéticos e da imaginação. O papel dos gêneros escritos investigativos, específicos no desenvolvimento dos pensamentos, compromissos e identidades dos alunos, tem sido um tema importante na pedagogia da escrita, pelo menos

desde a introdução, por Theodore Baird, das sequências de tarefas em Amherst nos anos 1930 (VARNUM, 1996). E quando os alunos se formam e chegam ao local de trabalho, seus mentores utilizam nesse local a atribuição controlada dos gêneros relacionados ao trabalho, como uma maneira de desenvolver a competência, a confiança e a identidade profissional do novo trabalhador (DIAS *et al.*, 1999).

Em outro tipo de exemplo, um recente estudo meu (BAZERMAN, 1999) mostra como Thomas Edison desenvolveu sua própria carreira como inventor público e industrial ao produzir sequencialmente — junto com sua invenção elétrica e outras invenções — textos e outras declarações para vários gêneros e sistemas de atividade. Para ganhar apoio e aceitação das suas tecnologias emergentes, Edison, com a ajuda de agentes e empregados, teve que solicitar o registro de patenteamento de sua invenção nas formas historicamente instituídas no sistema de patentes, teve que defender essas patentes através dos gêneros dos tribunais, teve que construir alianças com financiadores, teve que se tornar um bom entrevistado para ganhar o apoio da imprensa e teve que construir um nome profissional ao escrever para a imprensa industrial e técnica. Devido ao seu sucesso em todos esses gêneros, Edison construiu uma identidade complexa, como o homem que podia provocar mudança tecnológica e crescimento industrial, e dessa forma se tornar o grande herói popular americano por quase um século. As realizações e a fama de Edison foram em geral realizadas dentro dos gêneros comuns do seu tempo — ele simplesmente os coordenou extremamente

bem. As invenções foram extraordinariamente notáveis e é esta parte do seu trabalho que é a mais lembrada.

A transformação do campo retórico público

Todos esses exemplos demonstram a interação entre os mundos sociais existentes, que os escritores reconhecem e para os quais se orientam, e as presenças e contribuições individualizadas que cada escritor faz através da participação no espaço discursivo compartilhado dos gêneros. Identidades e formas de vida são construídas dentro dos espaços sociais em desenvolvimento, identificados por atos comunicativos reconhecíveis. Nesses exemplos, cada pessoa, através da comunicação por gênero, aprende mais sobre suas possibilidades pessoais, desenvolve habilidades comunicativas e compreende melhor o mundo com que está se comunicando. Cada pessoa também se torna apta a participar com êxito e fazer contribuições individuais dentro dos espaços discursivos relevantes. Em alguns poucos casos, podemos dizer que os sistemas de atividade foram significantemente alterados pela sua participação. A capacidade de Edison de colaborar para a construção da própria celebridade trouxe a tecnologia mais para o centro heroico da representação cultural, criando, dessa forma, novos ideais para os jovens, novos modelos para o crescimento industrial e novos motivos para o consumismo (WACHHORST, 1984). Edison viu,

em certas ocasiões, novas possibilidades para as formas comunicativas existentes e, dessa maneira, mudou a compreensão e as atividades tipificadas mediadas por aquela forma. Viu no caderno de anotações de cada inventor um meio para coordenar o trabalho dos vários trabalhadores no seu laboratório industrial em Menlo Park. Como um jovem vendedor de jornais, Edison compreendeu a conexão entre a telegrafia, os jornais diários e a ferrovia. Ele telegrafou as manchetes dos jornais para serem afixadas nas estações de trem, para que fosse possível vender os jornais durante as paradas de dois minutos dos trens. Edison entendeu como as formas de representação ao redor da iluminação por gás podiam ser mobilizadas para tornar inteligível uma tecnologia de força central inteiramente nova.

O próximo exemplo sugere um potencial ainda mais transformador. À medida que as pessoas desenvolvem uma compreensão do mundo comunicativo, suas práticas de letramento podem mudar para se adequarem à sua visão mais profunda do que a escrita faz e como o faz. As mudanças nessas práticas podem então influenciar outros a perceber e agir no mundo comunicativo de maneiras novas. Adam Smith começou sua carreira como um professor universitário de Retórica numa época quando novas ideias de psicologia e igualitarismo estavam colocando as formas tradicionais de autoridade, hierarquia e confiança social em questão. Permanecendo nos gêneros disponíveis na vida intelectual britânico-escocesa de meados do século XVIII, Smith trabalhou questões de conhecimento, ordem social, comunicação e seu próprio papel como um filósofo inovador

(BAZERMAN, 1994b). Assim reconfigurou sua percepção da paisagem comunicativa e viu novos potenciais para relações e ações sociais através da transformação das formas comunicativas disponíveis.

Partindo de sua compreensão de persuasão e mutualidade interpessoal, realizada através de atos comunicativos na última parte de sua carreira, Smith focalizou questões da ordem social ao considerar a economia política junto com a autorregulação pessoal e social. Em particular, chegou a uma nova compreensão do gênero da economia política, que deu grande força persuasiva à sua contribuição final da *An inquiry into the wealth of nations* [Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações]. Ao promover seu esquema para melhorar a economia política, ele finalmente conseguiu que outros vissem/percebessem que esse esquema incluía um mecanismo para a comunicação fundamental na esfera pública para produzir a ordem social.

Mais ainda, os termos do esquema proposto se tornaram tão aceitos como um tipo de ciência natural que o livro chegou a ser visto como um dos documentos fundadores da nova ciência de economia.[3] Este reenquadre *post facto* do gênero do livro leva a

3. A própria visão de Smith sobre a construção psicossocial da ciência aparece na sua história da astronomia, em que argumenta que a aparência da verdade é apenas um apelo persuasivo à necessidade psicológica de perceber a ordem dentro do caos da experiência. Ele conclui revelando sua admiração por Newton, por este dar uma explanação tão comovente dos movimentos celestiais, a ponto de nos sentirmos na presença de uma verdade natural e inalterável, mesmo que ele não acredite que exista tal coisa. Ao comentar sobre Newton, Smith fornece uma interessante

uma leitura inteiramente diferente do texto — a leitura moderna que os economistas lhe dão, como fazendo certas proposições sobre a teoria econômica. Nessa leitura moderna, as passagens descritivas são reformuladas em termos matemáticos como leis do mercado novamente descobertas, embora Smith nunca sequer tenha usado uma equação.

Embora Smith reconheça que muito, senão a maior parte, da vida ocorre fora do mercado e que pessoas agem idiossincrática e irracionalmente, mesmo assim ele convence as pessoas a pensarem em si mesmas e a agirem como *homo economicus*, e assim a se comunicarem através da moeda comum do mercado. O mercado cria a base de uma igualitária, embora reduzida, ordem social democrática, que admite a diversidade de desejo e interesse (embora todo aquele desejo seja canalizado em desejo econômico para sua satisfação). Há limites e problemas com esse jogo econômico (muitos dos quais o próprio Smith reconheceu), mas seu texto é tão forte que se torna difícil para a economia questionar tais pressuposições e o raciocínio econômico que flui delas (apesar das críticas regulares desde Karl Marx até Dierdre McCloskey (1986)). Além do mais, tem sido difícil para oficiais do governo, políticos, jornalistas e até para o povo comum nas suas vidas cotidianas resistirem à economia de mercado como o mecanismo mais atrativo para o estabelecimento de valor. O sucesso do mercado é agora visto largamente como o que

interpretação de suas próprias ambições e de suas realizações em seus últimos trabalhos (SMITH, 1980).

torna possível todos os outros aspectos da vida e, portanto, subsidiários ao mercado.

Curiosamente, do ponto de vista de gênero, o centro da proposta de Smith é que podemos localizar todo nosso impulso como pessoas públicas no mercado, onde o intercâmbio se realiza através de tipificações do valor econômico. Adotando a psicologia associativista de seu contemporâneo e amigo David Hume, Smith observou uma variedade incomensurável de desejos e percepções humanas surgindo da individualidade da sensação, da experiência e das associações. Ao dirigir todos os nossos desejos e impulsos para os termos econômicos do mercado, contudo, ele argumentou que podemos encontrar e negociar uma ordem social através da nossa atribuição de preços àquelas coisas que satisfariam desejos, independentemente de sua idiossincrasia. Ademais, comprometemo-nos a operar no mercado para obter meios de satisfazer aqueles desejos. Assim podemos nos encontrar para falar de dinheiro, não importando para que queremos o dinheiro. Além do mais, uma vez nesse mercado, podemos tipificar os motivos e ações de cada um como aqueles de atores racionais — o notório *homo economicus*. Isso simplifica em grande parte o problema de uma compreensão simpática do outro e, reflexivamente, nossa própria compreensão de como outros podem nos ver e do decoro para agir nesse domínio. Os gêneros do mercado e seu principal símbolo nos levam a um mundo fenomenológico estreito, com motivo, afeto, ideologia, papel, intenção e meios expressivos etc. limitados (ver SMITH 1976, 1978, 1980, 1983, 1986).

O mercado fornece uma forma de vida atrativa, fazendo com que seja difícil manter motivos fora dele, porque tudo fora do mercado está num domínio privado não reforçado pelo grande mecanismo social da economia. Fronteiras e sentimentos nacionais, lealdades comunitárias, lutas internacionais, lealdade familiar e tribal, religião, arte, filosofia, paisagem, recursos naturais, outras espécies — todos consequentemente se tornam dependentes da economia e submissos a ela, sendo pressionados a se conformarem a suas ordens. Ou, pelo menos, esse parece ser o caso no fim do segundo milênio. Em algumas instâncias, podemos claramente aplaudir os resultados — por exemplo, a guerra, embora uma vez pensada como benéfica para algumas indústrias e interesses econômicos nacionais, agora é vista claramente como responsável por destruir os recursos econômicos e romper com um ambiente ordenado propício para fazer negócios. Por outro lado, chega a ser cada vez mais difícil defender iniciativas políticas que têm impactos econômicos incertos ou até mesmo flagrantemente negativos. Assim, o bem-estar é medido mais pelos efeitos na economia do que pelo valor da compaixão pública. Apenas quando a compaixão serve ao desenvolvimento econômico é que possivelmente afeta a política.

Tipificações e a construção do mundo da vida

As caracterizações usuais do mercado sugerem que todas as informações necessárias para tomar decisões racionais encontram-se expressas nos mercados; assim, o *homo economicus* de fato não precisa saber nada além de economia. O filósofo fenomenólogo Alfred Schutz (1967), integrante do Círculo Econômico de Viena, contudo, notou que, para que duas pessoas de negócio cheguem a um acordo, elas precisam ser capazes de julgar a intenção, o caráter, a confiabilidade e os interesses de cada um — algo que não está simplesmente evidente nos números do mercado. Schutz concluiu que precisamos compreender como as pessoas se entendem, constroem e operam dentro dos mundos da vida que compartilham com as pessoas que as cercam (SCHUTZ; LUCKMANN, 1973). Isso levou Schutz a considerar as tipificações pelas quais estruturamos o mundo da vida. Ele argumentou que os tipos ideais que Max Weber utilizou como ferramentas analíticas sociológicas foram invocados praticamente na vida cotidiana. Todos nós atribuímos estrutura e regularidade ao mundo da vida através do uso das tipificações que compartilhamos mais ou menos com aquelas pessoas à nossa volta. Como Smith, Schutz reconheceu que os humanos precisam de regularidade para funcionar. Como Smith, Schutz viu essa regularidade como um fenômeno psicológico, mas também a viu como socialmente compartilhada. A regularidade da vida cotidiana, formada pelas tipificações de Schutz,

individualmente projetadas mas socialmente compartilhadas, constitui a base de várias formas da sociologia contemporânea, incluindo o construtivismo social (BERGER; LUCKMANN, 1967), a etnometodologia (GARFINKEL, 1967; HERITAGE, 1984), a análise da conversação (SACKS, 1995) e o estruturacionismo (BOURDIEU, 1991a, 1991b, 1993; GIDDENS, 1984).

Da mesma forma como entendemos o comportamento de outros através de tipificações, também desenvolvemos os termos pelos quais observamos e dirigimos nosso próprio comportamento e participação, porque acreditamos que estamos agindo naquele mesmo mundo típico. Pragmáticos, como John Dewey (1947) e George Herbert Mead (1934), argumentaram que a necessidade de ter algum senso de como os outros perceberão a nós e a nossas ações, para que possamos regulá-las e dirigi-las, motiva nosso sentido de nós mesmos. Construímos aquele sentido de *self* e identidade a partir da nossa percepção de como os outros estão nos percebendo. Esses *insights* se tornaram a base da sociologia interacionista; através da teoria de grupos de referência e da teoria de papéis, também se tornaram centrais à sociologia estrutural-funcionalista de Merton (MERTON, 1968). Num nível mais micro, esses *insights* têm muito a ver com as formas de autoapresentação de Goffman, que são sensíveis tanto às maneiras como o *self* projetado seria percebido dentro de circunstâncias, como às maneiras através das quais o comportamento projeta ou negocia *footing* ou enquadres pelos quais aquele comportamento deve ser interpretado (GOFFMAN, 1981).

A formação de cidadãos

Uma vez que a participação dos cidadãos há muito tempo é associada com a retórica, a cidadania é um caso particularmente interessante da formação de identidade para ser examinado em relação à prática discursiva. Se, contudo, a formação de identidade é, como tenho argumentado aqui, ligada a formas de discurso particulares e em vias de mudança, podemos querer questionar se essa longa associação entre a participação citadina e a retórica clássica é adequada às condições discursivas correntes. A divergência do discurso político em relação aos ideais retóricos clássicos tem levado à crença comum de que o discurso público e a qualidade da cidadania estão se deteriorando, apresentando uma ameaça à democracia e à força do governo. A presença crescente, a partir do século XX, do rádio, depois da televisão, e agora da internet, tem afiado esse sentido de deterioração do discurso político e da deliberação do cidadão.

Um outro fator comumente discutido no declínio percebido na qualidade da participação do cidadão é o papel cada vez mais importante do dinheiro no processo político, exacerbado pelo custo da propaganda televisiva, que já se tornou um meio central da comunicação política. Como as pessoas artificiais de corporações têm exercitado cada vez mais o poder econômico na política, os interesses do mercado se tornaram um discurso dominante do governo e dos compromissos políticos. Essa parceria entre o mercado e a política está de acordo com

a proposta de Smith de usar a comunicação econômica como o principal veículo público para a negociação de uma ordem social pública, que depois proteja domínios de privacidade particular e individual. Dentro de tal conceito econocêntrico de cidadania, não surpreende que nosso papel como contribuintes de impostos assuma um papel tão central na nossa identidade como cidadãos.

A participação política baseada na economia, quando combinada com os fóruns de comunicação política dominados pela mídia, pode trabalhar contra um sábio e democrático processo de tomada de decisões que leva em conta os valores, os interesses e uma vida melhor para todos. Processos correntes da participação política e do discurso podem servir aos interesses de apenas uns poucos e ignorar a complexidade e a riqueza da vida. Da perspectiva da teoria de gênero, os arranjos políticos atuais podem limitar a possibilidade da cidadania como um domínio de identidade e crescimento humanamente satisfatório.

O resto deste ensaio esboça parte, mas apenas uma parte, da história dos gêneros de cidadania e participação política, sua relação com vários sistemas de atividade e da mídia e os tipos de participação e cidadania proporcionados por cada um. Este ensaio não pretende oferecer uma análise compreensiva de sites de gêneros para a participação de cidadãos, mas apenas sugerir como podemos começar a olhar essas questões do ponto de vista de uma teoria de gênero. Após examinar os marcos mais óbvios na formação do discurso político, este ensaio investiga os gêneros da atividade política que estão surgindo na internet.

Faço isso em particular, porque um novo meio oferece oportunidade para a criação de novos canais e configurações de comunicação, porque os gêneros da vida política na internet estão agora em fluxo corrente e porque várias pessoas têm colocado muita esperança na internet como um novo canal para a participação democrática (ver, por exemplo, BONCHEK, 1996).

Meus exemplos virão em grande parte dos Estados Unidos. Considerarei apenas dados limitados, coletados assistematicamente, de um único e limitado ponto de vista. Esse retrato, sem dúvida, apareceria de forma diferente para outros povos em diferentes posições políticas, geográficas e jurisdicionais. Além do mais, o retrato apareceria radicalmente diferente em outros países, onde a internet está desenvolvendo presenças muito diferentes na vida política — seja nos Países Baixos, no Brasil, na China ou nos Bálcãs. Eu apenas aspiro desenvolver uma maneira de olhar as formas variáveis de comunicação e refletir sobre elas dentro da vida política, em preparação para um exame mais metódico de tais desenvolvimentos e questões.

Formas de cidadania dentro da retórica clássica

A retórica, como tendemos a concebê-la, nasceu na política e na participação citadina — na ágora da pólis grega[4] e depois

4. Embora a ágora fosse não só o mercado como também o lugar de encontro dos cidadãos, preciso ressaltar, dado o argumento que estou desenvolvendo, que a

no senado e nos tribunais de Roma. Dessa forma, a retórica está profundamente associada às formas de justiça, ao republicanismo, à democracia e à representação lá nascidos, que depois serviram como modelos, ideais e fantasias dos estados que se rebelaram contra o monarquismo, o absolutismo e o colonialismo desde o século XVIII. As fantasias arquitetônicas e estatuárias das repúblicas americana e francesa nos lembram que houve mais em jogo aqui do que formas de governo — houve ideais de cidadania e maneiras de vida imaginadas e realizadas/nascidas. O modelo comunicativo de política de cidadania emergiu da situação e das práticas na ágora — uma defesa eloquente dos interesses e da honra de alguém diante de outros cidadãos que julgam e diante de acusadores; um apelo persuasivo para levar a deliberação dos líderes adiante para um novo nível de sabedoria; uma comunhão ritual ensaiando e destacando os valores comunitários para juntar os cidadãos numa orientação comum para enfrentar alguma ameaça iminente ou para um desafio. Esses foram os gêneros forense, deliberativo e epidítico da retórica desempenhados ao vivo dentro de localidades identificáveis de oratória pública de grande importância, ao redor dos quais as instituições do Estado se desenvolveram e se estruturaram.

---

retórica não tinha nada a ver com a linguagem do comércio também realizado na ágora. A linguagem do mercado e do comércio só no último século se tornou uma preocupação cultural principal, apenas recentemente se tornou disciplina do currículo dos cursos de Administração, embora nunca tenha tido o status do discurso civil da retórica. Se a retórica tivesse atendido, desde o começo, a gama completa de discursos da ágora e da sociedade da época, teria sido um empreendimento muito diferente (BAZERMAN, 2000b).

Na medida em que as nossas maneiras de falar sobre o discurso político são baseadas nos termos e modelos da retórica clássica, continuamos a pressupor que nossas formas, fóruns e ideais de cidadania permanecem contínuos com aqueles do mundo clássico e que a identidade civil mais nobre que podemos alcançar é a de sermos vistos na toga de Cícero, de sermos entesourados na escada do tribunal estadual neoclássico local. Há uma longa tradição que critica o discurso político americano por não alcançar esse padrão e por nossa inabilidade de produzir grandes oradores que nos liderem durante um grande perigo e nos levem a uma maior sabedoria.[5] Esse modelo de cidadania tem sido questionado em parte por causa dos impulsos democráticos em tensão com noções de uma liderança elitista realizada através de uma oratória poderosa e eloquente. Como Richard Comiel aponta em *Democratic eloquence*, a eloquência há muito tempo é uma categoria problemática na retórica americana. Talvez ainda mais desconcertantes para a formação da retórica e da cidadania moderna tenham sido o caráter variável do governo e a mudança na mídia do discurso público (BAZERMAN, 2000b).

À medida que o governo cresceu, tornou-se menos uma questão de liderança direta e mais uma questão de gerenciamento e administração de operações extensivas. O uso da escrita

5. Uma exceção notável se encontra nas análises recentes de Kathleen Hall Jamieson, que nos oferecem ferramentas para considerar a qualidade e o caráter do debate político levado a cabo na mídia impressa e televisiva (JAMIESON, 1988, 1996; CAMPBELL; JAMIESON, 1990).

aumentou como parte dessa administração mais estendida, com mudanças na tecnologia caminhando de mãos dadas com os usos mais amplos da comunicação escrita — a máquina de impressão, a máquina de impressão rotativa, o papel barato, o arquivo, a máquina de escrever, o computador e a rede eletrônica. Assim, o enunciado fundador e incendiário da história americana, a Declaração de Independência — embora frequentemente recitada — toma a forma de um documento escrito para ser visto pelos representantes do governo britânico, para inspirar o povo nas colônias a rebelar-se, para prover uma justificação legal para uma ação e para criar um relato escrito de intenção e justificação para todos os que vieram depois julgar. Tom Paine foi um panfletário, e a redação da Constituição e seus argumentos a favor dela foram os trabalhos retóricos mais proeminentes nos primeiros anos da república. Advogados escritores tornaram-se o ideal de um cidadão, embora a estatuária ainda os coloque em togas romanas, se bem que frequentemente com uma pena na mão. À medida que o século XIX trouxe a urbanização, o crescimento comercial, a telegrafia e a imprensa rotativa, os jornais e revistas se tornaram um lugar importante para o discurso político e público. Discursos ainda foram proferidos nas legislaturas, nos tribunais e nas praças públicas, mas esses agora foram se tornando cada vez mais parte de uma mistura complexa de arquivos e registros, jornalismo e comentário.

Letramento e a transformação da vida em cidadania

O letramento e os gêneros letrados, mesmo no mundo antigo, começaram a transformar e a estender as formas da vida política (GOODY, 1986). Códigos de lei escritos adicionaram uma solenidade e uma importância às considerações legislativas, pois não estavam apenas argumentando em favor de uma única instância, mas produzindo um conjunto consistente e duradouro de regulamentos para a vida cotidiana. As leis e os registros jurídicos escritos voltaram o discurso jurídico para a interpretação textual, para a comparação das questões correntes com os textos anteriores e para a produção de um registro jurídico inspecionável para justificar as decisões.

A regularidade da lei significou que a cidadania foi definida cada vez mais em termos do compromisso com regras abstratas e em obediência a essas normas — obediência às leis, às responsabilidades, aos direitos e aos privilégios — em vez do compromisso pessoal com os líderes individuais e familiares. As tomadas de decisões e o poder mudaram-se dos fóruns públicos para os clérigos e para os burocratas e escrivães que controlavam os registros escritos de um Estado cada vez mais organizado, regularizado, estendido e distante, que reconheceu seus cidadãos através desses registros organizados. Os fóruns de participação pública chegaram a ser associados com o registro de seus julgamentos, leis e decisões anteriores. Os registros

criaram um contexto intertextual para cada nova instância de julgamento e tomada de decisão.

As técnicas de impressão forneceram um meio público para criticar o Estado e para advogar programas alternativos. Polêmicas e manifestos podiam ser distribuídos em vários graus de sigilo, especialmente à medida que a tecnologia da impressão se tornou mais barata e amplamente disponível (EISENSTEIN, 1983). Os governos se preocuparam com a identificação de material subversivo e com o controle de sua circulação, resultando no regulamento da impressão, incluindo os direitos autorais (ROSE, 1993). A disponibilidade de pontos de vista alternativos e a organização da opinião heterodoxa através da circulação de textos serviram às necessidades das novas classes comerciais letradas que estavam agregando poder econômico fora do Estado. A cultura da impressão alimentou os desejos associados a informações comerciais e políticas através de panfletos, revistas e jornais, enquanto as reformas e revoluções dos séculos XVII, XVIII e XIX se desenrolaram.

Jornais, cédulas de votação escritas, práticas letradas do comércio em expansão e chamadas para uma cidadania informada foram associados à expansão educacional, além do treinamento de clérigos, burocratas e, em menor grau, aristocratas. Os jornais foram particularmente associados à expansão das classes comerciais urbanas educadas na Inglaterra e nos Estados Unidos nos séculos XVIII e XIX, em conjunção com o surgimento dos partidos políticos. Os jornais se tornaram fóruns que permitiram às pessoas se imaginarem participantes de arenas políticas mais

amplas e de eventos mais distantes do que aqueles com que teriam contato em suas vidas cotidianas. Os jornais também proveram oportunidades para que as pessoas se identificassem como partidários e membros de comunidades (HABERMAS, 1989). Nos Estados Unidos, na última metade do século XIX, a formação de uma imprensa independente foi associada também ao jornalismo investigativo, à responsabilidade pública e ao desenvolvimento das normas profissionais jornalísticas (SCHUDSON, 1995). A imprensa desenvolveu uma perspectiva um tanto independente, até certo ponto fora do governo, do partido ou do interesse econômico particular (embora sempre dentro de limites e visto com certo cepticismo), a partir da qual analisava o governo e os processos políticos. Ao ler os jornais (ou múltiplos jornais e revistas de opinião), os cidadãos puderam se tornar observadores e avaliadores dos oficiais públicos e dos atores políticos, entrando numa relação contínua, embora frequentemente vicária, com o governo e a política.

A cultura política e a atividade citadina

As notícias estimularam uma cultura política de crítica, de celebridade, de torcidas de espectadores e de competição. Cidadãos puderam também entrar na produção marginal e amadora da opinião política, através de cartas ao editor, mas a produção das notícias, a crítica e a opinião ficaram cada vez mais nas mãos dos jornalistas profissionais. O jornalismo profissional, contudo, forneceu a informação que apoiou a atividade civil local, a

participação dos grupos ativistas e a comunicação individual e grupal com os legisladores. Os boletins das comunidades e dos grupos ativistas e outras comunicações, bem como as participações citadinas nas campanhas e eleições passaram a depender das notícias. Os jornais se tornaram um grande fórum que mediava a participação política dos cidadãos comuns. O registro intertextual das notícias (como lembrado por indivíduos e como um arquivo de pesquisa nas bibliotecas e nos próprios arquivos dos jornais) tornou-se o contexto para outros itens de notícia.

A cultura política informada pelas notícias também se realizou nas reuniões sociais onde as pessoas trocavam opiniões, tanto como um tipo de jogo de identidade (BILLIG, 1988) como uma troca de pensamento. A essa cultura política foi dada mais forma, embora um tanto restritiva e ritualizada, através das pesquisas pelas quais a opinião pública foi expressada e agregada. Na forma de levantamentos de opinião pública, a opinião pública em si tornou-se notícia e influenciou as ações dos políticos que começaram a acompanhar cada vez mais de perto os humores dos eleitores. Os *talk shows* radiofônicos e televisivos deram aos indivíduos uma oportunidade mais ampla para transformar a troca privada em fala pública e afiliação grupal.

Nesse clima de opinião pública em evolução, os partidos políticos desenvolveram suas próprias culturas e meios de comunicação e participação internos, realizados em parte pelo patrocínio tradicional e políticas locais e em parte através de outras formas de compromisso partidário mais conceitual, envolvendo discursos, humor, caracterizações demoníacas da

oposição, boletins, declarações partidárias de posições e formas de comoção e celebração pública. Essas atividades, por sua vez, foram representadas na mídia noticiosa, sobre a qual os grupos partidários tentaram exercer controle através de eventos da mídia, *spindoctoring*,[6] *sound bites*[7] *e outros meios de dar forma às mensagens políticas. Michael Schudson, no seu livro The good citizen* (1998), identificou três formas de cidadania e cultura política na história dos Estados Unidos, caracterizadas pelo formato da cédula de votação. Nos primeiros anos da nação, a votação ocorreu em reuniões locais através das manifestações públicas de apoio para a elite local. Em meados do século XIX, a cor da cédula que se depositava na urna publicamente identificou o cidadão como defensor de um partido, através do qual benefícios eram distribuídos. Foi somente no final do século XIX que o voto secreto foi introduzido, permitindo que o eleitor fizesse escolhas privada e seletivamente, dando ao cidadão a responsabilidade de estar informado e atento, e fazendo julgamentos sem receber a recompensa imediata pelas manifestações de solidariedade.

Nos Estados Unidos, as associações políticas voluntárias têm uma rica história, particularmente desde a urbanização e industrialização do século XIX. Grupos econômicos como os sindicatos e as Câmaras de Comércio regularmente se engajam

---

6. (N.T.) *Spin doctoring* significa falar de um assunto de forma que modifique a maneira como esse assunto será recebido: desastres se tornam pequenos problemas.

7. (N.T.) *Sound bites* são entrevistas relâmpagos ao vivo.

em atividades de *lobbying*, levantando questões políticas e defendendo seus interesses. Grupos progressistas têm buscado por mais de um século o apoio público e o apoio do Congresso para suas reformas e, desde os anos 50 do século XX, grupos ativistas de esquerda e de direita têm apresentado objetivos políticos em relação aos testes nucleares e ao desarmamento, aos protestos contra a guerra do Vietnã e outras ações militares, ao ambientalismo, aos direitos femininos e minoritários, aos direitos ao aborto e à vida, aos direitos e ao controle de armas de fogo, à proteção ao consumidor, à reforma da campanha política e a muitas outras causas. Esses grupos têm seu próprio sistema interno de gêneros de comunicação, como também formas de advocacia pública, formas para criação e distribuição de informação e formas de comunicação com o governo. O ativismo dentro de tais organizações tem fornecido um lugar privilegiado para o desenvolvimento de indivíduos como cidadãos.

As caracterizações que acabo de fornecer são amplas e extensas, faltam detalhes, ignoram as tendências e faltam outros fenômenos igualmente marcantes. Mesmo assim, são suficientes para sugerir o quão complexa e variada é a cultura política dos Estados Unidos — mediada por muitos gêneros de comunicação face a face, da imprensa, do rádio e da televisão. Novas formas de comunicação eletrônica entram nesse já rico campo, com o potencial de mudar a ecologia total da comunicação política — deslocando alguns modos anteriores, suplementando e transformando outros e colocando todos os componentes existentes numa nova relação.

A web se tornou uma presença política claramente reconhecida já nas eleições americanas de 1994; os candidatos criaram sites na web para proclamar suas posições e pedir apoio. Nas eleições de 1996, partidos e candidatos tiveram sites extensivos e elaborados na web (SEIB, 1995). Também houve muitos sites individuais, independentes, opinativos, jornalísticos e humorísticos. Desde então, a web tem desempenhado um papel crescente na política e no jornalismo como foi dramaticamente demonstrado pela circulação rápida e sensacional na web de boatos e acusações durante o escândalo Clinton-Lewinsky e durante o processo de impeachment de 1998-99.

Visivelmente, a web tem sido um local muito produtivo para os muitos sites relacionados à política que disponibilizam fóruns e contextos para formas específicas de participação. Importantes organizações de notícias e de comentários políticos criaram seus próprios sites, representando materiais apresentados em outros meios — muitos jornais (*New York Times*, *Wall Street Journal*, *Boston Globe*, *Los Angeles Times*, *Chicago Tribune*, *Houston Chronicle* e *Washington Post*, citando apenas alguns dos mais importantes), revistas políticas (tais como *Congressional Quarterly*, *American Prospect*, *Washington Weekly* e *Tikkun*), programas noticiosos de televisão e de rádio públicos e privados (*NPR All Things Considered*, *PBS Evening Newshour*, *MSNBC* e *CNN*). Alguns são exclusivamente dedicados às notícias políticas, tais como *ALLPOLITICS* da CNN. Além do mais, novos jornais eletrônicos já apareceram (tais como *Slate* e *HotWired*) e sites jornalísticos

estão se tornando cada vez mais independentes de suas contrapartidas impressas.

Muitos desses sites estão interligados entre si e com outras fontes bem conhecidas de informações políticas e governamentais, dando uma forma a um universo reconhecível de informação e comentários políticos legitimados, profissionais e públicos. Isso faz com que "What Washington is talking about" ("Sobre o que Washington está falando") seja mais público e acessível e virtualmente concreto — não mais exigindo que os cidadãos estejam nas recepções certas, escutem muitos programas de entrevista e mantenham assinaturas de múltiplas revistas. Pode-se, em pouco tempo, ao surfar na net, ter acesso às "últimas" da política. Contudo, embora todos esses sites ofereçam notícias e comentários para a contemplação dos vários públicos, e estas notícias e comentários possam fornecer a base para ações posteriores, esses jornais eletrônicos não oferecem uma forma de participação ativa e imediata, a não ser a escrita de cartas em resposta — tipicamente, um formulário de resposta via e-mail está disponível em cada site.

As pessoas tecnologicamente mais aptas podem subir de consumidor a produtor de bate-papo político ao montarem uma *homepage* política amadora, e há muitos sites oferecendo comentários e humor políticos. As páginas são construídas para apoiar os heróis da política e atacar seus inimigos, como também para se manifestar a favor ou contra partidos e programas políticos. Indivíduos afirmam suas identidades, compartilham suas visões e agregam recursos para pessoas que se identificam com

eles. O humor é dirigido normalmente aos inimigos políticos. As atividades em tais páginas são claramente derivadas, por um lado, da cultura midiática pública de celebridade política partidária e, por outro, do argumento político da comunidade local. Não é de surpreender que os anfitriões dos *talk shows* da mídia, mediando as notícias nacionais e a discussão local, se tornem celebridades da web no centro da discussão — heróis da fala política na net. Em 17 de junho de 1997, uma busca no *Excite* revelou 998.146 resultados para o nome de Rush Limbaugh, 898.241 para Ollie North, 172.574 para Pat Buchanan e 12.339 para Geraldine Ferraro. Embora isso indique claramente a direção política desse fenômeno, também sugere que até um novato democrata consegue atrair atenção. Esse comentário amador pode ser franco e agressivo, expressando tanto comentários fortemente positivos como comentários fortemente negativos, como representado pela home page do site Punch Rush Limbaugh,[8] em que cada clique ensanguenta mais a imagem de Limbaugh.

Assim como nos *talk shows*, as páginas políticas amadoras da web dão acesso a um palco da mídia para os não políticos e não jornalistas, no qual podem desempenhar atividades políticas e jornalísticas, elevando sua fala local para uma performance pública e para uma identidade que se estende para fora do seu grupo geograficamente imediato — e permite que se afilie a pessoas de interesses comuns, mas geograficamente separa-

8. (N.T.) *Punch Rush Limbaugh* significa “Bata em/Dê um murro no candidato Rush Limbaugh”, oportunidade oferecida no site através de um clique do mouse em cima da imagem do político. http://www.indirect.com/www/bettle87/rush/index.html

das. Ao participar de *talk shows* e ao criar sites na web, pode-se imaginar a si mesmo como sendo engajado politicamente sem muito monitoramento das consequências concretas, se é que há alguma decorrente daquela participação. O local daquela fala é claramente fora da fala política mais oficial, fora do centro, mas está claramente relacionado, contextual e intertextualmente, com a circulação das notícias e dos comentários.

Uma das consequências da multiplicidade de sites políticos amadores, muitos dos quais interligados entre si e com os sites mais oficiais (algumas das páginas amadoras consistem em apenas índices de links anotados), é que produtores e consumidores podem rapidamente mergulhar em informações e comentários críticos, independentes e partidários. Poderíamos chamar isso de uma intensificação e maior disponibilidade de uma tradicional cultura de fala política. A intensificação, contudo, parece causar uma mudança qualitativa, na medida em que pessoas podem produzir turnos maiores para uma audiência mais ampla.

A fala política amadora, às vezes, se agrega a sites controversos mais organizados, frequentemente ao redor de partidos políticos menores, seguidores de cultos, grupos ativistas — às vezes, mediada pela identidade de uma celebridade. Por exemplo, o site de Rush Limbaugh contém links para Berkeley College Republicans, sites de Newt Gingrich, site da Republican National Convention de 1996, Massachusetts Republican Party e outros grupos conservadores (http://www2.southwind.net/~vic/rush/rush.html).

O argumento político e o ativismo organizados também se agregam ao redor de uma variedade de movimentos, interesses e organizações com mais ou menos coerência programática, tais como libertarianismo, objetivismo, direitos reprodutivos, direito à vida, direitos gay, lésbico e transgênero, direitos étnicos e muitas variedades de ambientalismo. As atividades oferecidas por esses sites são complexas e múltiplas e não vou examiná-las aqui, mas enfatizarei que os sites são frequentemente afiliados a organizações políticas não cibernéticas. As páginas das organizações políticas, por sua vez, tipicamente apresentam informações, plataformas, biografias e posições de candidatos, discursos, notícias, recursos e ligações a páginas dos candidatos e organizações afiliadas. A web fornece um fórum em que associações voluntárias criam uma presença, um lugar de encontro para pessoas da mesma opinião que desejam se afiliar, um arquivo de recursos para os afiliados, um mecanismo para compartilhar informações organizacionais e um espaço para a declaração de posições e interesses. Entre os grupos políticos, existem vários representando o movimento de Direct Democracy, que vê a internet como um veículo através do qual a deliberação citadina direta pode substituir o governo representativo.

Muitos sites nacionais, estaduais e locais do governo apresentam as realizações da agência e da administração atual com informações relevantes sobre a agência, sobre como ter acesso a ela, aos formulários e às oportunidades. Os representantes oficiais do governo têm suas páginas, que oferecem uma va-

riedade de atividades e uma variedade de informações sobre serviços governamentais e políticos para o constituinte. Grupos legislativos e outros grupos políticos governamentais também têm seus sites. Finalmente, organizações de serviço público independentes fornecem informações não partidárias sobre os governantes, candidatos e eleições, como o projeto Vote Smart ("Voto Inteligente").

Assim a paisagem política da web está se tornando cada vez mais complexa e está começando a assumir seu próprio caráter novo, transformando as formas mais antigas de atividade política. A cultura política está encontrando muito mais fóruns políticos e está se espalhando mais facilmente. Ao criar uma página e links, pode-se criar uma identidade política mergulhando-se numa variedade de opiniões, associando-se com redes de pessoas da mesma opinião e inserindo-se numa cultura política pública. Uma pessoa fisicamente isolada, mesmo sem afiliação com grupos políticos ou com alguma instituição que abriga atividades políticas (tal como um campus universitário), pode formar uma presença política pública e estabelecer uma identidade dentro de um grupo político.

Websites dos partidos políticos

O meio tradicional de participação política tem se dado através das organizações partidárias oficiais. Nos Estados Unidos, todos os principais partidos, e quase todos os partidos pequenos, têm site oficial na web; além desses, há sites para comitês e subgrupos oficiais, para facções, observadores e atividades não oficiais. Em 2 de dezembro de 1999, por exemplo, o índice Yahoo de sites políticos dos EUA listou 225 sites afiliados ao Partido Republicano, 167 sites afiliados ao Partido Democrático, 63 ao Partido Libertariano, 50 ao Partido Reformador, 22 ao Partido Verde, 8 ao Partido de Constituição, 7 ao Partido Socialista, 5 ao Partido Comunista e um número menor para cada um de uma variedade de partidos, incluindo o Partido Puritano e o Partido Pansexual da Paz.

Os sites oficiais dos Partidos Democrata e Republicano são, em geral, muito semelhantes. Ambos estão profundamente inseridos na cultura do jornalismo. O site do Comitê Nacional Democrático (http:// www.democrats.org/), quando eu o analisei pela primeira vez, em junho de 1997, me deu a impressão de que se tratava de notícias novas, com uma foto publicitária do presidente Clinton assinando um documento no canto superior direito e, no canto superior esquerdo, um título, em negrito: "Partido Democrático on-line", com a data do dia logo embaixo, sugerindo os últimos boletins noticiosos, seguido por um índice de conteúdo cujo primeiro item era "DNC Notícias".

As notícias, como é de se esperar, foram partidárias. “The daily news from DNC” (“As notícias diárias do Comitê Nacional Democrático”), em 10 de junho de 1997, por exemplo, incluiu as manchetes: “Desemprego cai de novo enquanto salários continuam a subir”, “Republicanos forçam Presidente a vetar ajuda a desastres — É 1995-1996 de novo”, “Barbour vendeu negócios na China para contribuinte estrangeiro”, “Gingrich admite inquérito para apurar responsabilidades na obtenção de fundos dirigidos ao Presidente, Vice-presidente; louco investigador do GOP persegue testemunhas”. Segue a cada uma dessas manchetes uma elaboração de poucos enunciados que imita o primeiro parágrafo de uma notícia, seguido por uma citação de uma organização jornalística profissional (e onde é possível acessar o hipertexto com a história completa na *home page* da agência de notícias), ou por alusão (e um link) a um release que desenvolve a história e fornece referências à imprensa independente. Há também um arquivo de histórias anteriores desde o início desse item da página, em 26 de março de 1997.

A referência à imprensa independente (e tão frequente quanto possível a fontes noticiosas de tendência da direita política) é importante para manter a credibilidade das notícias reportadas, mesmo no caso de tendência e implicações partidárias, porque a maior parte da luta retórica parece ser com relação à confiabilidade e credibilidade — de que partido e de quais indivíduos se pode depender e quem está mentindo para o público norte-americano. Os casos, aproximadamente uma dúzia em qualquer dia, são divididos entre relatos das realizações de Clin-

ton e dos democratas no Congresso e os embaraços dos líderes republicanos. No centro, é normalmente colocada a citação do dia, destacando, novamente, as realizações democráticas e a traição republicana. A página “What’s hot” (“O que é quente”) também consiste em representações glorificadas de atividades e realizações dos democratas, e em ataques baixos ao partido da oposição. Para atrair visitantes mais completamente ao domínio da representação partidária das notícias, o *web site* oferece a assinatura direta por e-mail das últimas notícias.

Desde dezembro de 1999, a primeira página do site sofreu uma reformatação, seguindo o novo visual adotado pelos principais *websites* de notícias, tais como <cnn.com>. Esses sites não mais imitam as primeiras páginas dos jornais, agora usam um formato mais simples, listando as principais manchetes com pequenos resumos, com links para a notícia completa. Dessa forma, a *home page* do DNC lista as manchetes e os lides. Também há um link para uma página com uma organização semelhante. O visual deste novo jornal da web substitui o visual do jornal impresso.

Em meados de 1997, o Comitê Nacional Republicano já tinha organizado um site semelhante (http://www.RNC.org/). Em junho de 1998, esse site tinha muitas das características do site do DNC, incluindo notícias e um serviço de assinatura de notícias, informação e plataforma do partido, anúncios de treinamento e eventos do partido, além de processos de afiliação. O site republicano também incluía relatos dos erros dos líderes do outro partido, não somente na página de notícias, mas também num

"Calendário interativo de Clinton", que colocou os escândalos numa linha do tempo, um conjunto de links dedicados "A venda da casa da América" e um "Clinton/Gore//DNC Chinagate chart". Em dezembro de 1999, a primeira página do site do Comitê Nacional Republicano na web foi reformatada para ter o visual de uma revista virtual, cujos gráficos faziam uma paródia da televisão de 1950 para enquadrar as manchetes dos erros de Clinton-Gore, e uma imagem em preto e branco de Clinton e Gore parecendo garotos-propaganda de televisão, com links para um "videoclipe da semana do GOPtv". A *newsroom* de novo encabeça, no lado esquerdo, a lista de links de conteúdo; e, no lado direito, links aos itens em destaque, tais como "O mundo segundo Gore", e um arquivo de artigos noticiosos anteriores, intitulado "Caso você tenha perdido". No pé da página, há um outro gráfico construído ao redor de uma imagem de Gore, chamando a atenção para o destaque "Democratas expostos — o que os democratas não querem que você saiba". O hipertexto fornece, em estilo jornalístico, correções factuais de propagandas democráticas.

Esse recontar partidário das notícias, referindo-se a fontes jornalísticas independentes, depende de uma mídia jornalística já fortemente engajada em reportagens de guerras políticas, eventos partidários, vazamentos de informações criadas para a mídia e notícias pré-fabricadas.

Os partidos se esforçam para manter a aparência de credibilidade e confiabilidade nesse mundo de representação partidária. As páginas do RNC e DNC, encaixadas dentro dessa luta

partidária para o controle das impressões das notícias, colocam seus leitores no papel de consumidores da opinião política.

Além de convidar os leitores a engajarem-se na cultura das notícias partidárias, tanto o site do RNC como o do DNC têm oferecido, desde o início, outros recursos e atividades que vêm crescendo em foco e extensão. Ambos fornecem meios para se afiliar aos partidos, para ser voluntários nas campanhas, para receber informações sobre posições de estagiários, para assinar um serviço de notícias por e-mail e para doar dinheiro. Contudo, há uma quantidade crescente de informações para ativistas, tais como anúncios de seminários e reuniões, chamadas para voluntários e planos organizacionais. Essas informações são colocadas em níveis mais baixos da hierarquia do site, de forma que não seja tão visível ao leitor casual, mas claramente os *websites* estão fazendo mais do que preencher o ciberespaço com relatos jornalísticos partidários para exercitar as paixões dos espectadores. Os sites estão apoiando, também, atividades não virtuais ao fornecer informações organizacionais e meios para conectar pessoas aos eventos, às atividades e às campanhas. Também há o uso crescente das páginas para levantar fundos. Nas versões originais dos sites do DNC, por exemplo, o único pedido de dinheiro foi a taxa de afiliação ao partido. Agora, contudo, em ambos os sites, democrata e republicano, em seus links imediatos, há inúmeras oportunidades e inoportunidades para dar dinheiro aos partidos e aos candidatos individuais.

Política e sociabilidade na era cibernética

Mesmo assim, neste momento, os principais sites dos partidos na web se baseiam predominantemente na nossa cultura de notícias, agora feitos e refeitos num enquadre partidário de celebridade, heroísmo e vilania. As emoções da cultura política, nas suas formas mais virulentas de entretenimento político, são abrandadas e recebem um pequeno grau de seriedade institucional, mas a alegria do partidarismo não é escondida. Essas emoções são evocadas através de representações de atores célebres, mas os visitantes dos sites são encorajados a participar ativamente desse drama moral — ao se juntarem a um dos partidos e gesticularem depreciativamente para o outro. Subjacente a esse drama moral, há várias portas para informações e participações mais substantivas, mas todas essas se enquadram no jogo de notícias de celebridade fabricada que supostamente motiva uma atividade mais profunda.

É claro que não há razão para pensar que os gêneros políticos atualmente em desenvolvimento na web se estabilizarão na sua forma atual. O apoio crescente aos principais ativistas dos partidos sugere o desenvolvimento de um grupo de cidadãos engajados na política partidária que vai além da mera observação, alimentada por produções profissionais da mídia. Também promissoras são as organizações alternativas e as re-

des frouxas que se formam ao redor de questões particulares, tais como o ambientalismo, o aborto ou a política do mercado global. Particularmente interessante é o uso da internet para organizar o apoio ou a resistência aos principais encontros de tratados internacionais sobre as questões de política comercial, ambientalismo e pobreza mundial. Essas formas de participação cidadã, tanto na internet como nas ruas (embora organizadas na internet), tornam os encontros políticos — que de outra forma receberiam pouca atenção — em eventos públicos altamente visíveis, abrindo para o escrutínio público internacional as questões políticas neles decididas.

É óbvio que a política pode ser vista como uma área especializada de desenvolvimento profissional — assim é que algumas pessoas se tornam políticos profissionais (ou ativistas radicais profissionais), da mesma forma que outras se tornam médicos, jornalistas, músicos, todas engajadas dentro de sistemas de atividade através de uma mistura de gêneros falados, escritos e eletrônicos. Em tais domínios profissionais limitados, a extensão, a mistura, a organização e a interação dos gêneros afetam o funcionamento do sistema e seus resultados. A mistura dos gêneros e sua localização dentro do sistema de atividade também moldam as possibilidades para o recrutamento e o desenvolvimento de futuros profissionais. Desse modo, os gêneros disponíveis para a participação política implicam consequências para o funcionamento do governo, para quão atrativa é a política como carreira e quanto e de que maneira os nossos

políticos podem se tornar competentes. Contudo, a política é muito mais do que isso.

Primeiro, as consequências políticas e governamentais afetam todas as esferas do que consideramos atualmente a vida privada — isto é, todas aquelas outras áreas de expressão, de desenvolvimento, de relações e atividades pessoais que consideramos questões de escolha pessoal. Dessa forma, querer ter um ambiente limpo e agradável para se viver, uma educação para os filhos, uma ida ao trabalho por estradas bem conservadas ou uma imprensa aberta e diversificada dependerá de políticas governamentais favoráveis. Para promover tais interesses, é necessário ser capaz de trazê-los para a esfera pública através da política. Na medida em que a política é reduzida a questões de economia e de mercado, e na medida em que os mais importantes atores do palco político coincidem com aqueles que detêm o maior poder econômico, os valores que não são do mercado terão dificuldades em ter voz na discussão política, porque se situam em gêneros nada afeitos à expressão de valores e interesses não econômicos. Esse problema se exacerba se os mais poderosos atores econômicos são as pessoas artificiais das corporações, que, por definição, não têm vidas privadas e existem apenas para sua vantagem econômica. Até Bill Gates ou John Paul Getty possuem valores privados que têm o potencial de influenciar suas ações na esfera pública, mas a Microsoft e Getty Oil não. À medida que o poder do mercado e das corporações aumenta nacional e globalmente, os inte-

resses não econômicos e os interesses de atores econômicos mais fracos passam a ter acesso e poder reduzidos dentro dos fóruns políticos.[9]

Segundo, e ainda mais relevante para a questão de desenvolvimento pessoal e de cidadania, é a maneira como nossa atual configuração do privado e do público produz barreiras à nossa ideia de preocupação comum com nossos vizinhos em todos os níveis de organização política — da subcomunidade ao mundo. Se o mercado medeia todos os valores públicos e fornece os meios para desenvolver outras atividades e se a função do governo é manter o mercado, então todo o resto está na esfera privada. Isso, como Smith e os libertários contemporâneos notaram, tem grande potencial benéfico ao demarcar grandes domínios de liberdades privadas e de formas de desenvolvimento autosselecionadas. Contudo, uma vez que esses elementos permanecem na esfera privada e não encontram expressão naqueles sistemas de atividade compartilhados por todas as pessoas com quem convivemos, mas apenas com as subcomunidades selecionadas, então nossos valores, interesses e formas de desenvolvimento pessoal têm pouco a ver com a vida comum. Com pouca vida pública compartilhada, sentimos

9. Enquanto estou terminando este manuscrito, um grupo heterogêneo de pessoas está se manifestando em Seattle contra os procedimentos de tomadas de decisão da World Trade Organization. Embora os valores e os interesses dos manifestantes sejam variados, e até contraditórios, estão todos unidos na percepção de que a World Trade Organization define a principal relação entre as nações como de comércio e de mercados - sobrepujando todos os outros interesses que poderiam ser expressos através dos governos nacionais.

pouca ligação com aqueles com quem convivemos e temos pouca oportunidade de buscar os prazeres da responsabilidade comunitária. Assim, se queremos as amenidades públicas para a apreciação da natureza, para uma cultura pública menos violenta ou para a proteção dos direitos humanos, acharemos difícil buscá-las na esfera pública, a não ser que possamos enquadrá-las como questões econômicas; mas não podemos criar uma ligação pública com nossos vizinhos para tornar esses valores parte de nossa vida comum. Estaremos, como advertiu Tocqueville, trancados nas prisões de nossa privacidade.

Pode ser que essa diminuição ou estreitamento do bem-estar público e da cidadania para os limites estreitos do *homo economicus* seja nossa melhor oportunidade para um mundo de paz e liberdade. De fato, a teoria do ator racional, economicamente fundada, tem ganhado popularidade nos departamentos de ciência política. E pode ser também que tentativas de trazer outros valores para a política ameacem constantemente a liberdade, a expressão e a identidade de outros. A intrusão da Igreja na esfera pública como um local alternativo para valores não econômicos formadores de pessoas tem continuamente provocado tensões e ameaçado direitos — por isso a Constituição dos Estados Unidos sabiamente coloca um divisor entre Igreja e Estado, apesar do desejo contínuo de alguns cidadãos de definir a comunidade nacional, estadual e local pelos valores religiosos privados.

A questão sobre o que um cidadão é e deve ser é algo que é descoberto através da criatividade do indivíduo e dos múltiplos

atores, explorando as possibilidades comunicativas de sua era e buscando as formas de vida mais satisfatórias disponíveis. Retóricos, em vez de advogar pelos ideais da cidadania enraizados em modelos históricos idealizados, podem ser mais efetivos em manter as possibilidades da cidadania abertas, observando as atuais oportunidades de participação cívica, as consequências daquelas formas de participação e a forma proteica das várias e evolventes esferas públicas.[10] Dessa forma, podemos apoiar o desenvolvimento de pessoas como cidadãos e políticos através da participação nos gêneros correntes e da adesão a formas correntes da vida política. Além disso, podemos também entender, interpretar e aconselhar os cidadãos sobre os significados e a força de vários enunciados políticos, além de ajudar indivíduos e grupos a formarem seus próprios enunciados para que tenham um maior efeito dentro dos gêneros e sistemas de atividade relevantes a suas preocupações. Finalmente, é assim que talvez possamos fazer sugestões locais sobre as possibilidades comunicativas em expansão.

É notável o que as mudanças causadas pela internet e pela criatividade social advinda desse novo meio facilitam a resposta da retórica à política em mudança, mas as forças de mudança que afetam a cidadania são mais profundas e desnorteantes do que sugeriria a mera observação das transformações tecnológicas. Para promover os interesses da cidadania, precisamos ficar

10. Michael Schudson (1998), por exemplo, argumenta que nossa cidadania consiste agora em um conjunto descontínuo de participações informadas, empregado apenas quando vemos um de nossos interesses particulares questionados.

de olho nas formas cambiantes de vida pelas quais a pólis continuamente fala e se inscreve na vida e pelas quais indivíduos se tornam cidadãos através da fala e da escrita.

CAPÍTULO 6

ATIVIDADES ESTRUTURADAS DISCURSIVAMENTE

A maioria das atividades humanas que envolvem mais de uma única pessoa tem um elemento comunicativo forte. Mesmo o trabalho compartilhado de carregar uma pedra é possibilitado por procedimentos verbais padronizados para coordenar o momento de levantar a pedra — "pronto, um, dois três, levante" — em conformidade com a altura e a posição do levantar, o jeito de pegar a pedra, a velocidade e a direção do carregar, etc. A tipificação dos procedimentos verbais e a distribuição das tarefas verbais — tais como quem pode dar as instruções sobre o trabalho e estabelecer o seu ritmo — ajudam a organizar a atividade e as relações sociais dos vários participantes.

Quanto mais importantes forem as ações comunicativas na atividade, maior será a influência da organização da comunicação não apenas sobre a natureza e a organização da atividade, mas também sobre as relações sociais desenvolvidas nessa atividade. Por exemplo, o *checklist* realizado pelo piloto antes da decolagem do avião estrutura a fala do piloto com o copiloto, com o navegador e com o pessoal de terra; cumpre as ordens das organizações legais e reguladoras que supervisionam os voos; estabelece um registro das ações praticadas pela tripulação; e fornece um modelo para a interpretação de outros registros de conversações e leituras de instrumentos. Além disso, o *checklist* regulariza e estrutura os procedimentos da decolagem, a percepção e inspeção dos instrumentos e do

ambiente físico e o comando do avião e seus controles. Dessa forma, o *checklist* realiza a distribuição de tarefas entre pessoas que desempenham diferentes papéis sociais. Esse *checklist* organizador de atividades, bem como os procedimentos que o cercam, são, por sua vez, o resultado de uma complexa história de invenções materiais de aviões e instrumentos, procedimentos informais *ad hoc* e instruções formais, treinamento de pilotos, regulamentos governamentais, acidentes e sua investigação, e mais mil coisas — mas, dito isso, agora o *checklist* serve para organizar e regular essa atividade altamente estruturada.

Nos casos em que a tarefa é produzir discurso, tal como a produção de um registro judicial — cujo objetivo é tornar claras e responsabilizáveis todas as ações desenvolvidas em apoio às decisões tomadas num processo judicial —, a organização processual e formal, através da qual emerge o discurso, tanto modela o produto discursivo final como enquadra a participação de cada pessoa no tribunal (ENGESTRÖM, 1992; STRATMAN, 1994). De fato, podemos ir além ao dizer que a atividade do tribunal (e não somente suas ações subordinadas) é a de produzir um objeto discursivo — o veredicto ou o julgamento. O objetivo de produzir um veredicto a ser enunciado pelo júri e registrado nos vários documentos é, então, realizado através de muitas e altamente estruturadas atividades discursivas, papéis e gêneros que dão uma forma familiar, reconhecível e regular a eventos típicos do tribunal e que restringem e direcionam o discurso que ocorre dentro e em torno do fórum judiciário.

As várias disciplinas preocupadas com a produção de conhecimento produzem principalmente discurso e, mais frequentemente, discurso escrito: um artigo, um livro, uma equação, um conjunto de correlações estatísticas. A estrutura desses textos que constituem o objeto das atividades acima mencionadas, a meta de muitas das ações de apoio e a estrutura dos procedimentos pelos quais os discursos principais e de apoio são produzidos, então, modelam um campo inteiro de atividade, incluindo as relações e interações entre os participantes (BAZERMAN, 1988; RUSSELL, 1995).

Por serem os objetos discursivos produzidos, de certa forma, concretos, embora simbólicos — um enunciado real, um livro físico, um programa interativo que pode ser executado repetitivamente num computador — todos fornecem um locus concreto para a realização da estrutura social. Isto é, seja o que sintam e pensem os indivíduos com respeito ao outro, seja como se sintam e se relacionem entre si, quaisquer que sejam as crenças que têm sobre a hierarquia social e suas obrigações sociais, e sobre como possam perceber a pressão e o poder social, há ainda um enunciado observável, registrável que concretamente medeia aquelas várias orientações pessoais. Uma pessoa (conhecida como o autor) escreve um texto e manda pelos correios para outra pessoa (conhecida como o editor), responsável por organizar textos numa revista. O editor, precisando tomar uma decisão sobre a publicação ou não do artigo, manda-o para outra pessoa (conhecida como parecerista), que avalia e revisa o texto, etc. A produção real e a circulação do objeto discursivo de

um texto escrito fornecem um ponto comum de atenção para as diferentes ações e atividades que cada um realiza com respeito ao texto, moldando o papel e as relações dos vários participantes e orientando suas percepções e cognições individuais.

Poderíamos, inclusive, verificar aqui que as revistas interdisciplinares (com autores e assinantes que atravessam muitas fronteiras dentro dos mundos acadêmico e profissional), tal como a revista *Mind, Culture, and Activity* [Mente, Cultura e Atividade], são elas mesmas o locus da rede de comunicação que estabelece o interesse e a atividade comuns de produzir textos mutuamente interessantes para fazer avançar nossos vários e levemente relacionados projetos. Embora algumas das pessoas que leem e escrevem para essa revista também participem de outras localidades sociais relacionadas (tais como o Laboratory for Comparative Human Cognition [Laboratório para a Cognição Humana Comparativa], geograficamente localizado na Universidade da Califórnia em San Diego, ou a discussão no ciberespaço da lista eletrônica XMCA, ou ainda os grupos de interesse especial que se encontram em vários congressos profissionais anuais), cada um desses fóruns comunicativos tem seu próprio conjunto de pessoal e de atividades, com apenas uma sobreposição parcial com aquele da revista.

O fato de o material escrito e arquivado (impresso ou num servidor eletrônico) poder viajar para diferentes agrupamentos de pessoas, em diversas distâncias geográficas e através do tempo, significa que sua influência estruturante pode ser ampla

e persistente. Considere-se a maneira como uma constituição nacional estrutura as ações em muitas legislaturas, nos tribunais, em entrevistas policiais com suspeitos, nos encontros do contador com seus clientes e nas considerações do empregador com respeito aos seus empregados potenciais. A estruturação, que ocorre em muitos momentos diferentes e em muitos lugares diferentes, afeta a própria organização do discurso nas situações locais, tal como a repetição do “aviso Miranda”[1] e a estruturação dos procedimentos interrogativos numa esquina em qualquer cidade para possibilitar a produção de evidências do tipo que pode ser usado dentro do tribunal. Ou, em outro exemplo, a negociação entre um vendedor e um cliente, numa loja em São Francisco, em que é preciso produzir um registro da transação em consonância com o sistema de impostos, com a empresa, com as instituições governamentais que regulam a empresa, com o mercado financeiro e com seus próprios regulamentos. Os gêneros textuais mais simples, tais como recibos de vendas, têm alguma relação com os textos estruturantes maiores da sociedade — como as leis que regulamentam os impostos, os registros das firmas, os relatórios financeiros para os mercados e os indicadores econômicos. Até amizades podem ser realizadas através da responsividade e da repetição dos discursos de entretenimento, de lazer e da contemplação pessoal e moral, que circulam publicamente.

A atividade local, sempre responsiva às condições locais e à criatividade dos indivíduos que trazem novos e múltiplos recursos às situações, pode-se desenvolver de maneiras novas

e imprevisíveis. Mesmo assim, o improviso é contrário à compreensão social da ordem, largamente induzida e desenvolvida através do discurso. Além do mais, no mundo moderno, a maioria das atividades está profundamente envolvida com textos escritos duradouros e com sistemas de textos que produzem uma força conservadora e reprodutiva sobre as atividades locais. Todo evento se torna potencialmente responsável por uma larga gama de discursos textuais contra os quais a ação é passível de inspeção. São os comentários do chefe condizentes com a lei estadual e federal, com a política da empresa e sua declaração de missão, com o contrato com o sindicato e o planejamento anual corrente, com o pensamento econômico expresso nos livros-textos do curso universitário, com o orçamento operacional corrente, com os relatórios demográficos sobre a base dos compradores, com os ensinamentos morais da religião do chefe, com as preocupações correntes expressas através do jornalismo investigativo e com o memorando do departamento de pessoal da empresa da semana passada.

A análise da conversação tem feito alegações semelhantes de que os mecanismos fundamentais da estrutura social são encontrados no discurso. Procedendo com cautela metodológica, contudo, os analistas da conversação têm ficado muito perto dos dados observados na fala em interação local: isto é, a fala e os gestos de participantes em tempo real em comunicação imediata entre si (SACKS, 1995; BODEN; ZIMMERMAN, 1991). Assim, os analistas da conversação tipicamente consideram gravações

de conversações telefônicas e vídeos de encontros face a face. Eles identificam fenômenos que aparecem repetitivamente no nível micro em muitas conversações específicas. Dessa forma, os tipos de estrutura social que puderam descobrir são as estruturas da interação diádica falada.

Ao estudar a escrita, tenho abordado essas questões de discurso e estrutura social de uma outra perspectiva. Tenho examinado relações sociais mais distantes, realizadas através do espaço e do tempo, frequentemente envolvendo a circulação de documentos entre múltiplos participantes desconhecidos. Os tipos de interação entre discurso e estrutura social que tenho notado preocupam-se com as regularidades maiores que organizam e permeiam a ação local, ao mesmo tempo em que são reconstruídos por esta. Para tornar mais evidente o tipo de perspectiva que tenho desenvolvido, explorarei as questões de discurso e estrutura social como elas aparecem nos altamente estruturados, mas também altamente criativos, mundos discursivos das ciências e tecnologias. Vygotsky e a teoria de atividade me oferecem recursos e perspectivas para ver essas questões de forma um pouco diferente de outros nos estudos das ciências. Subjacente a essa discussão, está o meu principal compromisso disciplinar com o ensino da escrita, que me direciona para o estudo do funcionamento e das consequências da escrita em sociedade.

Ao investigar a estruturação discursiva de atividades particularmente relacionadas às práticas de letramento na ciência

e na tecnologia, coloco em destaque o papel da construção, circulação e uso de textos (escrita, publicação e leitura) em todas as atividades da sociedade e as maneiras pelas quais o conhecimento gerado pelos textos entra nas práticas da vida diária. Isto é, antes de incluir minhas perspectivas dentro das discussões gerais de sociedade e linguagem, quero trazer essas discussões para mais perto das questões de letramento e conhecimento dentro das atividades.

Um problema interessante nos estudos das ciências consiste em descrever as regularidades dos ambientes dentro dos quais as pessoas que participam em vários projetos científicos e tecnológicos agem. Participantes em empreendimentos científicos e tecnológicos notam, por exemplo, as diferenças entre falar no laboratório e falar numa conferência; entre escrever um artigo para *Nature* e escrever um artigo para uma revista de métodos na sua especialidade; entre escrever um projeto para um programa específico da NSF (National Science Foundation) e escrever um projeto para ganhar um financiamento inicial local. Eles notam as diferenças entre falar com um engenheiro que desenha instrumentos, um técnico de laboratório, um colega em outro campo de estudos, um colega na sua própria especialidade e o colaborador do seu projeto atual. E eles usam tal conhecimento para orientar seu comportamento com outros, para se orientar ante o conhecimento desenvolvido por outros em outras especialidades, para orientar de modo reflexivo suas próprias práticas, para se orientar na tarefa que estão fazendo no momento. A articulação explícita desse conhecimento é

particularmente saliente e útil para estudantes e pessoas em transição entre especialidades, organizações ou papéis.

No âmbito da crença social e do comportamento de pessoas com base em tais crenças, essas distinções são tratadas como fatos sociais. Mas os fatos sociais são mais profundos: são parte de projetos autoconstruídos por cada especialidade, que tem historicamente constituído organizações, padrões, revistas, práticas e treinamento. Enquanto, por um tempo, as diferenças organizadas que estruturaram as comunidades científicas lideravam os estudos de ciência (por exemplo, MERTON, 1973; CRANE, 1972), em anos recentes, essas diferenças têm recebido menos atenção (por exemplo, GILBERT; MULKAY, 1984; LATOUR, 1987; PICKERING, 1995). Quando muito, a organização estruturada das ciências e tecnologias tem sido tratada como alianças de interesses e poder, em vez de complexos de filiação e coordenação, na realização das atividades de trabalho das especialidades.

Mesmo assim, só por ser a facticidade social das distinções de disciplinas e de especialidades prontamente observada, isso não a faz facilmente descrita em nível teórico. Há sério risco da supersimplificação e da reificação, porque os ambientes disciplinares só existem e se mantêm através das ações reprodutivas dos participantes, porque mudam, porque a mudança é frequentemente causada pelas ações dos participantes e porque são montados como parte de e na busca das atividades dirigidas por cada um dos participantes (GIDDENS: 1984). Além do mais, esses ambientes estão influenciados por outros sistemas de atividade que os cercam (tais como a imprensa e seu público,

legislaturas e seu eleitorado, religiões e organizações ativistas); pelas reificações e consequências externadas de suas próprias atividades prévias (tais como instrumentação, organizações profissionais, sistemas de catalogação bibliotecária, revistas e seus conselhos editoriais, agências financiadoras com seus procedimentos, regulamentos e doações); pelas reificações e consequências externadas de outros sistemas de atividade (tais como os regulamentos do governo com respeito à pesquisa, a estrutura moderna das universidades e dos laboratórios industriais e os procedimentos e a jurisdição dos comitês de investigação do governo); e pelas consequências materiais e semióticas imediatas de suas práticas recém-produzidas.

Em outras palavras, o problema é descrever a organização, a estrutura ou a ordem que existe dentro daquelas atividades identificadas como científicas e tecnológicas; os processos pelos quais aquela ordem é criada e mantida; as forças que influenciam a forma daquela ordem; e as consequências daquela ordem para a atividade desempenhada dentro dela. Este problema é compatível com o problema clássico de descrever a ordem social e explicar como esta ordem é possível; porém, à medida que sabemos mais sobre a interação social, o problema fica mais difícil de enfrentar, porque já não achamos corretas as amplas generalizações.

Teorias anteriores de ciência e sociedade, embora tenham delineado áreas de investigação, tornado visíveis numerosos marcos na paisagem social da ciência e tecnologia e fornecido algumas categorias amplas para serem consideradas, têm sido desafiadas pelo conhecimento muito mais detalhado que temos acumulado hoje, através dos estudos de caso. As generalizações amplas da sociologia da ciência mertoniana parecem ser vastas e idealísticas demais para enfrentar a complexidade das operações, das relações e do comportamento que temos observado, que parecem ir além das grandes distinções sobre as quais as teorias anteriores foram construídas, frustrando as esperanças otimistas para o que a ciência poderia ser.

Esses estudos de caso detalhados tornaram visíveis as complexidades e a dinâmica da produção do conhecimento, a persuasão de públicos, a emergência de especialidades, a obtenção de financiamento, a derrota da oposição, a resolução de controvérsias, a demarcação de fronteiras, a asserção de interesses de toda sorte, as alianças entre projetos sociais, políticos e científicos e a criação de grandes carreiras e grandes forças tecnológicas. Esses estudos, porém, têm sido compelidos pelas suas próprias teorias — teorias de construção local e relativismo epistemológico —, que ajudam a localizar problemas de pesquisa e a fornecer ferramentas conceituais para definição e descrição do que está acontecendo, dando forma e ímpeto às histórias.

Teorias são úteis na medida em que oferecem uma orientação que nos ajuda a conhecer o mundo mais intimamente, em que

nos apontam aspectos e eventos particulares do mundo para investigar em detalhe e em que nos salvam de uma possível desorientação frente ao sempre crescente amontoado de detalhes nas nossas explicações.[2] Teorias são também úteis por nos ajudar, como sujeitos sociais ativos, a nos orientarmos em situações novas, por nos revelar aspectos subjacentes de nossas situações correntes e por nos fornecer guias para nossas ações. Em suma, as teorias são ferramentas aplicadas para a reflexão sobre nossa condição e nossas possibilidades.

Contudo, teorias construtivistas e relativistas, enquanto promovem estudos da diferença entre empreendimentos científicos e tecnológicos, obscurecem o que são essas diferenças, porque a tendência tem sido ver tais diferenças como locais e contingentes, em vez de vê-las como ordenadas de acordo com princípios ou processos particulares. Todos os empreendimentos científicos, tecnológicos e sociais começam a parecer muito semelhantes, com diferenças apenas em detalhes ocasionais. Os efeitos das estabilidades sociais se perdem em histórias das estabilizações contingentes. Estudos de localidades tendem a perder de vista os processos históricos pelos quais indivíduos e grupos tentam fornecer continuidades entre localidades, tentam juntar momentos através do tempo e do espaço (como através de organizações, treinamento, instituições, fóruns, comunicação). Estudos de localidades também tendem a perder de

2. Há uma longa tradição que considera a teoria como heurística, desde pelo menos Priestley (1767) e Smith (1795/1980) até Lakatos (1978).

vista os efeitos estabilizantes dos artefatos que mudam apenas lentamente (tais como textos, dicionários, recursos linguísticos, amostras de rochas, coleções de museus, a Terra e tudo que está contido nela) e dos processos e mecanismos reprodutivos (tais como imprensa, educação, tipificação social, imitação, integração econômica). Tais comunidades sociais e materiais têm um papel cada vez maior na sociedade moderna diferenciada, quando participamos de muitas redes sociais que frequentemente se estendem sobre distâncias e tempos consideráveis (LUHMANN, 1983, 1995). É somente através de tais continuidades persistentes que podemos de fato reconhecer, nos orientar e agir com alguma percepção do que estamos fazendo com respeito àquelas múltiplas e distanciadas organizações. Que haja sociedades profissionais, que elas se encontrem anualmente, que tenham membros de longa data e que tenham procedimentos para recrutar e selecionar participações, tudo isso ajuda os membros a se reunirem, prepararem trabalhos, ganharem financiamento institucional, desenvolverem uma atitude com respeito ao encontro anual e evocarem motivações e agendas com respeito a esse conjunto particular de dramas sociais.

Partindo de uma visão histórica mais longa, podemos ver que as atividades das pessoas são inseridas dentro de tradições de atividades, textos, instituições, organizações, que criam algumas comunidades de experiências e recursos comuns entre os que compartilham elementos daquela herança histórica. Esses aspectos comuns, contudo, são sempre vistos da posição, motivos e perspectiva pessoalmente construídos de participantes

diferencialmente localizados, cuja localização diferenciada também pode, até certo ponto e de alguma maneira, ser vista como padronizada. A noção da ordem social e de um ambiente organizado para a ação individual faz sentido se seguimos Luhmann (1989) e se vemos a sociedade e a ordem social não nos indivíduos ou nos grupos, mas naquilo que existe entre os indivíduos e os grupos — isto é, as comunicações e os sistemas comunicativos.

Assim, o problema é encontrar uma explicação das regularidades pelas quais achamos o mundo, em até certo grau, ordenado. Uma teoria nos estudos da ciência que tenta essa extensão de generalidade sintética é a teoria do *actant-network*, que tem evocado amplo interesse, inspirado pesquisas substanciais e sido extremamente útil para a investigação e explicação de muitos casos encontrados em muitos locais diferentes de pesquisa.[3]

Diferentemente das teorias anteriores da estrutura científica e tecnológica, a teoria do *actant-network* destaca a agência individual, a explicação histórica dos arranjos correntes e a resposta criativa dos indivíduos à complexidade e à contingência necessárias para criar arranjos novos. Ao adotar tais perspectivas, contudo, a teoria do *actant-network* coloca o ator individual no centro, com a principal força sendo o grande *networker*, a figura heroica que refaz toda a sociedade ao redor de um novo projeto, que depois é colocado no mundo. Esse *networker* heroico

3. A teoria foi originalmente articulada em Callon, Law e Rip (1986), mas foi mais extensivamente apresentada em Latour (1987).

se submete a testes de força para dominar outros actantes e envolvê-los em seu (quase sempre o seu) *network*. Os arranjos anteriores dos outros actantes são obstáculos e oportunidades para a superação e para o recrutamento, estão aí para serem refeitos, mas a eles não é dado mais respeito ou durabilidade do que sua força política demanda. Os arranjos anteriores não parecem ser mais do que o resíduo de *networkers* anteriores.

Embora a história do *actant-network* capture alguns fenômenos muito importantes no fazer do mundo moderno, não captura a experiência comum da maioria dos participantes no mundo. Embora possamos ter grandes ambições para refazer o mundo à nossa imagem, ou pelo menos conosco no centro do mundo, usualmente terminamos aprendendo a cooperar com aqueles que nos cercam. Podemos até chegar a respeitar sua maneira de viver. Mesmo aqueles que tenham deixado sua marca em toda parte do mundo, lidam com arranjos refratários preexistentes e, embora possam influenciar e modificar muito o mundo, tais influências se realizam em campos de ação que ainda não estão completamente definidos. O inventor norte-americano Thomas Edison representa um bom exemplo dessa afirmação. Embora Edison (BAZERMAN, 1999) tenha terminado com mais patentes que qualquer outro e chegado a ser o grande herói americano do entusiasmo tecnológico, ele teve que lidar com um sistema de patentes que se desenvolveu e se consolidou muito antes do seu nascimento, tendo que proteger suas invenções dentro de um ainda mais antigo sistema jurídico. Ele ganhou considerá-

vel apoio econômico dos grandes financiadores do seu tempo, mas para isso ele teve que aprender a aceitar e apelar para o clima emergente do capitalismo monopolista nos anos em que trabalhou nas indústrias de telégrafo, telefone e *stock-ticker*.[4] Edison se tornou um grande herói na imprensa americana, mas somente porque aprendeu a cooperar com repórteres que tinham de produzir notícias para os novos jornais de circulação em massa. Suas ações da luz elétrica tiveram sucesso nos mercados financeiros, mas somente porque estes surgiram nas décadas precedentes e ele aprendeu a apelar para o clima corrente nos mercados de ações. Após ser rejeitado pelos eletricistas europeus, Edison conseguiu apoio, em parte por testes de força e de cooptação, mas também porque encaixou seu trabalho dentro da especialidade emergente da engenharia elétrica, embora fosse ele próprio quem fornecesse alguns dos principais projetos em torno dos quais a profissão estava se formando. E, no fim, os *networks* da engenharia elétrica, da imprensa americana, dos mercados financeiros e do sistema de patentes ficaram separados, independentes e, em algum sentido, mais fortes que o mestre individual dos *networks*. Mesmo dentro de seu próprio conglomerado das Corporações Edison, organizado em torno dos seus projetos, Edison foi apenas um dos muitos atores; as organizações sobreviveram muito tempo após ele ter se tornado irrelevante para elas, técnica e corporativamente. Os *networks*

4. (N.T.) *Stock-ticker:* refere-se à máquina registradora das cotações do mercado financeiro transmitidos por telegrafia.

são ambientes estruturados para ação, podendo ser muito mais duradouros do que até o mais forte dos atores.

O que estou sugerindo é um pouco mais que fornecer uma balança estruturacionista para nossas explicações sobre a construção social da tecnociência, mas continua o problema relativo a quais termos devemos usar para descrever a paisagem social persistente, embora cambiante, com que temos que lidar e dentro da qual temos que atuar para poder agir efetivamente. O resto deste ensaio oferece uma explicação, tão explícita quanto possível neste momento e lugar, das ferramentas descritivas que continuam a fazer sentido para mim, como professor da escrita, tentando orientar escritores para os diferentes ambientes comunicativos dentro dos quais eles precisam escrever. Cada pessoa que tem escrito competentemente para mais de uma área reconhece que é preciso escrever diferentemente para diferentes áreas, com diferentes estados mentais, diferentes motivos sociais, diferentes ferramentas simbólicas e a consciência dos diferentes interesses e conhecimentos das audiências. Essas diferenças podem ser incorporadas em hábitos não articulados, desenvolvidos ao longo de anos de práticas especializadas, ou podem ser articuladas numa variedade de termos — tais como termos formais de convenções, termos políticos de expectativas arbitrárias de grupos poderosos, termos comunicativos que atendem ao conhecimento da audiência, termos retóricos que respeitam o decoro situacional e *topoi* locais de persuasão, ou termos de atividade-participação, como discuto aqui. Quaisquer que sejam os termos em que se percebam essas diferenças,

tornando-as visíveis e salientes, fazem que se tenha uma oportunidade maior para uma escolha refletida, para uma escrita e uma leitura mais conscientes.

Ao orientar-se para situações e notar suas particularidades, pode-se sentir (ou até categorizar conscientemente) uma situação como sendo deste ou daquele tipo, ou como tendo vários tipos de elementos em jogo. Vários tipos de resposta são possíveis para essas situações tipificadas e, através da experiência ou do conhecimento por reputação, vários tipos de ação mostraram ter vários tipos de efeitos e consequências. Isto é, a tipificação encaixada no gênero é uma questão de situação, de possíveis respostas, de motivos realizáveis através de ações imagináveis e de projeções de futuros possíveis. Tal é a teoria de gênero desenvolvida em décadas recentes entre um número de retóricos (BAZERMAN, 1988, 1994a, 1994b, 1994c; BERKENKOTTER; HUCKIN, 1995; FREEDMAN; MEDWAY, 1995a; MILLER, 1984), baseada na tradição retórica, no trabalho sociolinguístico e nas ideias de Schutz sobre a produção da vida cotidiana (SCHUTZ, 1967; SCHUTZ; LUCKMANN, 1973).

A categorização consciente não é um componente necessário a uma orientação de gênero para o mundo da vida, porque diferentes ambientes sociais podem eliciar do indivíduo diferentes padrões de percepções sociais e hábitos interacionais sem reflexão sobre as diferenças de tipos. Por outro lado, a nomeação social e formal de tipos, com o consequente desenvolvimento de um vocabulário de diferenças que circula socialmente, fornece

os artefatos ou as ferramentas para que cada indivíduo possa construir seu mapa perceptual e acional para avaliar seus ambientes comunicativos e suas oportunidades discursivas. Assim, o surgimento dos nomes de gêneros e a articulação de expectativas, e até mesmo a regulamentação de elementos (como na escola, ou nas revistas editadas, ou nos fóruns disciplinares), aumentam a saliência social, a definição, a coorientação, etc. dos gêneros.

Os gêneros, como também outras distinções sociais que estão incorporadas nas nossas ações, percepções ou vocabulário de reflexão e planejamento, ajudam a dar forma à ação emergente dentro de situações específicas. À medida que, em séculos recentes, o mundo social tem se tornado cada vez mais diferenciado, muitas atividades são realizadas em diferentes tipos de situações sociais, tornando as atividades discursivas cada vez mais diferenciadas. Para Aristóteles, os discursos socialmente poderosos foram limitados em número e restritos aos teatros, à ágora, ao tablete de cera do estudante e ao registro do filósofo. Os discursos das mulheres, dos escravos e das crianças fora da escola não foram considerados socialmente poderosos e, portanto, não mereceram muita reflexão, a não ser na medida em que pudessem levar à desordem social e cultural. Hoje há muito mais locais de discursos socialmente influentes e toda localização discursiva é potencialmente reconhecível como sendo bastante influente. Linguistas, sociólogos, psicólogos e antropólogos estudam até os momentos de brincadeiras entre

crianças, bem como as primeiras interações entre pais e filhos, como significantes na formação dos mundos discursivos interacionais em que vivemos.

Também estudamos as muitas localidades nas indústrias da produção e disseminação de conhecimento: os antropólogos no campo falam com informantes; de volta à sociedade antropológica, apresentam trabalhos; depois na sala de aula, ensinam os alunos (exemplos: CLIFFORD; MARCUS, 1986; GEERTZ, 1988); os físicos de pequenas partículas falam entre si no acelerador em Tsukuba ou Cern ou Brookhaven, ou apresentam um trabalho de coautoria numa conferência assistida principalmente por representantes dos outros dois aceleradores (TRAWEEK, 1988).

Reconhecemos os tipos para nos localizar em ambientes discursivos/de atividades de todos os graus de sutileza. Algumas vezes, esses tipos são idiossincráticos ou *ad hoc* — uma explicação puramente pessoal que usamos como um mapa privado ou que compartilhamos informalmente com os alunos de pós-graduação que estão sendo iniciados nos mistérios e nas habilidades das profissões. Mas, às vezes, esses tipos são amplamente distribuídos no folclore profissional ou institucionalizados, como no caso da revista anunciando que privilegia cinco tipos de artigos com características particulares.

Disciplinas, especialidades e grupos de pesquisa que citam uns aos outros têm sido descritos frequentemente em termos de redes ou padrões comunicativos (por exemplo, MULLINS; HARGENS; HECHT; KICK, 1977), mas olhar os tipos de comunicações e atividades realizadas através das comunicações permite uma

interpretação específica à noção de sistemas de comunicação. Os trabalhos e as representações que circulam entre pessoas são as interações realizadas através das quais a parte simbólica do trabalho dessas pessoas é feita.[5]

Se observarmos os espaços discursivos organizados através de gêneros, poderemos olhar os mecanismos que organizam os textos que montam as ações dentro dos gêneros, por exemplo, tais como os movimentos que Swales (1990) encontrou nas introduções dos artigos científicos. Essa organização encenada das atividades foi enfatizada particularmente pelos linguistas sistêmico-funcionais, tais como Martin (1992) e Hasan (1985). Poderemos investigar também os tipos de significados e formações simbólicas que são realizados dentro daqueles espaços. Certos termos, representações e imagens visuais chegam a povoar textos em várias especialidades e depois são juntados

5. Aqui não estou discutindo as maneiras pelas quais as práticas materiais estão inscritas na atividade simbólica, tampouco a maneira pelas quais as múltiplas atividades simbólicas são trazidas heterogeneamente para o que parece ser um discurso interno isolado. Eu considero essas questões importantes para não esquecer que as regularizações do discurso são relacionadas a outras regularizações de práticas, incluindo aquelas de instrumentos, métodos experimentais, ferramentas para coletar dados, métodos bibliográficos, financiamento governamental, organização universitária, sistemas disciplinares de recompensa, etc. Além do mais, cada um desses conjuntos de práticas pode incorporar reificações de atividades simbólicas ideacionais mais antigas. Por outro lado, nos procedimentos pelos quais os elementos heterogêneos recebem posição, valor e força num discurso, ocorrem traduções e transformações particulares que definem como cada ação discursiva se localiza e opera dentro de sua heterogeneidade, dentro do seu conjunto particular de enfoque e simplificações. Considero questões de materialidade e discurso em Bazerman (1988, cap. 11) e em Bazerman (1999, cap. 8-12).

em combinações aceitáveis.[6] Assim, pode-se identificar um domínio de trabalho ao olhar os termos usados num artigo e depois fazer fortes previsões sobre os tipos de questões, reivindicações e formas de argumento a serem realizados, particularmente quando combinadas com um olhar sobre os marcadores organizacionais. Ainda mais, se alguém estivesse familiarizado com as práticas discursivas no campo, poderia também identificar os tipos de manipulações simbólicas ou relações sintáticas entre os trechos que seriam bem recebidos dentro de comunidades particulares, em contraste com aqueles que possam parecer dúbios. Ou seja, os tipos de espaços discursivos reconhecíveis para os participantes como gêneros também designam os espaços de trabalho simbólico ou de pensamento. As formas de configurações discursivas dentro de um tipo de artigo são o que publicamente conta como formas semelhantes de pensar de membros de um ramo particular de investigação especializada. E quão bem se é avaliado como pensando como um membro de sua especialidade — e assim a credibilidade do que se reclama — depende das representações públicas realizadas em espaços discursivos especializados — isto é, quão convincente e marcantemente os argumentos são apresentados de forma reconhecida e valorizada dentro daquela especialidade.

6. A este respeito, as investigações de Halliday e Martin (1994) sobre como a história da nominalização e da metáfora gramatical invadiu as disciplinas com objetos nominais para serem estudados, investigados e manipulados simbolicamente são altamente sugestivas.

A socialização ou o treinamento numa disciplina ou especialidade refere-se ao treinamento na habilidade de "se virar" tanto nos espaços discursivos da especialidade quanto num laboratório — aprendendo a formular reivindicações e argumentos, a manipular dados, a escrever para publicações em fóruns diferentes, a fazer conferências e a falar nos corredores com colegas de diferentes partes do mundo (ver, por exemplo, BERKENKOTTER; HUCKIN, 1995; DIAS; PARÉ; FREEDMAN; MEDWAY, 1999; PRIOR, 1998; WINSOR, 1996).

Além do mais, na medida em que cada texto e cada gênero implicam um conjunto de relações, posições e papéis sociais reconhecidos, posições de trabalho cooperativo ou competitivo e conjuntos de relações discursivas tipificadas,[7] o aprender a formular enunciados dos gêneros aceitáveis integra o iniciante nos papéis e nas posições dentro de relações estruturadas. Isso é verdadeiro para os textos públicos e ainda mais verdadeiro para o trabalho comunicativo e simbólico submerso, porque tal trabalho não é visível, exceto para aqueles que se encontram dentro do grupo. Isto é, a subordinação e a divisão do trabalho no laboratório, como também a participação de indivíduos na agregação e distribuição do trabalho coletivo, são realizadas através de espaços discursivos que cada membro da coletividade possa vir a habitar, em negociação dialética com os outros membros.

7. O que Bakhtin (1981), em teoria literária, chamou de *addressivity* de textos e gêneros.

Em publicação anterior (BAZERMAN, 1995), sugeri, para uma audiência de linguistas, uma noção de sistemas de gênero que organiza o trabalho discursivo e as relações sociais dentro de um domínio. Isso pode ser visto mais nitidamente em sistemas de procedimentos jurídicos em que o trabalho todo é realizado no desenrolar de uma série de textos e enunciados; todos os recursos externos, para se tornarem relevantes aos procedimentos jurídicos, precisam ser incorporados na sequência de enunciados por um processo de tradução e avaliação. Além do mais, oportunidade e tipo de enunciado são cruciais no desenrolar dos eventos, com apenas um grupo limitado de tipos de enunciados/textos sendo permitidos, relevantes e efetivos em qualquer momento. Aquele momento em si é definido intertextualmente em relação ao desenrolar dos enunciados/textos anteriores. Tudo isso se desenvolve dentro de uma história de leis, precedentes e instituições.

Cada pessoa, ao entrar nos complexos discursivos de um campo científico, precisa aprender a lidar com aqueles meios e processos comunicativos que medeiam a participação com outros. Numa perspectiva vygotskiana, os padrões comunicativos mediados são ferramentas tanto para a ação como para a cognição, ou cognição em relação à ação (VYGOTSKY, 1986). Embora cada participante num campo discursivo não precise pensar da mesma forma — na realidade, as atividades discursivas das disciplinas em grande parte dependem do fato de que as pessoas não pensam exatamente da mesma forma — cada um precisa escolher, dentro de um conjunto comum de recursos,

lidar com o mesmo conjunto de artefatos materiais e simbólicos, dominar as mesmas ferramentas e ganhar legitimidade para quaisquer novos recursos que queira trazer para dentro do campo, ao enfrentar os mesmos mecanismos de avaliação pelos quais novos conceitos, ferramentas ou fenômenos ganham status no discurso.

Um exame, historicamente fundado, dos sistemas discursivos dentro dos quais as disciplinas são realizadas revela a continuidade de trabalho, problemas e questões de uma disciplina cujo discurso se estruturou na busca de suas metas. À medida que o trabalho, os problemas e as questões mudam, tais mudanças precisam ser implementadas e realizadas através do sistema discursivo, com tensões aparecendo dentro do discurso. Esse tipo de exame também fornece um meio para a avaliação das oportunidades e possibilidades no corrente estilo de pensamento, tal como Fleck (1979) caracterizou os hábitos representacionais e comunicativos das comunidades científicas. Isto é, ao olharmos as ferramentas simbólicas de uma disciplina, podemos observar o que podem fazer, lembrando-nos, no entanto, de que indivíduos sempre acham novos usos para as ferramentas.

Uma análise mais rigorosa dos sistemas discursivos dentro de diferentes especialidades pode também nos permitir entender melhor a eterna questão da escolha do problema e dos problemas possíveis. A abordagem particular que tenho em mente para tratar disso é uma interpretação da noção vygotskiana de zona de desenvolvimento proximal (ZDP) — isto é, a área que fica além de nossa completa compreensão, mas na qual ainda

podemos nos engajar, com o apoio de algumas ferramentas, conceitos e lembretes de outros (VYGOTSKY, 1978). Na pesquisa vygotskiana, a ZDP tradicionalmente foi vista como uma área na qual o estudante pode crescer com a ajuda de um adulto, de um professor ou de um colega mais habilitado — por um processo que os educadores chamam de *scaffolding*. Este conceito foi estendido também para considerar a maneira como colegas lembram uns aos outros dialogicamente para se ajudarem a negociar caminhos em áreas desconhecidas. Engeström (1992, 1996) ofereceu ferramentas para que organizações pudessem contemplar seus próprios processos de resolução de problemas e, desta forma, tornar a organização mais inteligente e mais capaz de se engajar em tarefas mais difíceis.

Se agora pensamos nos recursos discursivos de uma disciplina ou especialidade como as ferramentas disponíveis para contemplar os problemas e objetos que formam suas preocupações, podemos caracterizar não somente a maneira de trabalhar esses problemas, mas também os meios pelos quais novos objetos são entendidos como dentro do campo de possibilidades e como o meio pelo qual aquele que é difícil de articular começa a ser formulado. Algumas disciplinas, por exemplo, podem ter meios mais efetivos para ir além de si mesmas do que outras — ou pelo menos alguns indivíduos em cada campo podem ter maior acesso a tais ferramentas que outros. Uma vez que cada disciplina que produz conhecimento trabalha precisamente na zona de desenvolvimento proximal — restrito de um lado pelo trivial e bem conhecido, e no outro pelo inimaginável, inalcançável ou

não pesquisável —, isso parece ser uma questão importante para nossa contemplação. Alguns trabalhos já foram feitos, como, por exemplo, investigações de como revisões da literatura e outros documentos importantes constroem tarefas para o futuro (BAZERMAN, 1991; MYERS, 1991a, 1991b). Vale a pena notar que Vygotsky chegou à noção da zona de desenvolvimento proximal quando considerava os testes de inteligência: ele observou que a rapidez e a efetividade do crescimento do aluno em novas áreas foram importantes para prever tanto o sucesso do estudante na escola como o que o estudante podia fazer sozinho.

O exame da organização discursiva de campos de produção de conhecimento, então, nos oferece ferramentas para a consideração da organização social da cognição e da organização social do trabalho intelectual, trazendo as partes mais óbvias do trabalho disciplinar de volta para as Ciências Sociais. Não importa quão complexo, heterogêneo e dirigido por interesses vemos o trabalho das disciplinas; precisamos lembrar que é através desse trabalho que a maioria dos participantes da disciplina se define, dedica sua energia e avalia a participação de outros. Precisamos, é claro, ter o cuidado de não equiparar o raciocínio publicamente exposto numa pequena quantidade de textos formais públicos e altamente visíveis com toda a complexidade da atividade discursiva nesses campos, nem com o trabalho cognitivo e material que é envolvido na produção de enunciados formais e informais, mas duvido que o nível de observações detalhadas e os dados agora disponíveis permitam que cometamos tal tipo de erro.

Ao considerar o que o campo de atividade discursiva de vários empreendimentos pode nos dizer sobre o que significa pensar como um químico, ou um geólogo de petróleo, ou um cientista cognitivo, também ganhamos um meio de estudar os processos de recrutamento e socialização pelos quais os indivíduos acham um tipo de trabalho interessante, aprendem a agir no espaço conceitual e representacional da disciplina e aprendem a se comunicar com êxito na realização do trabalho disciplinar. Podemos dar uma explicação mais concreta para a velha metáfora sobre aprender a falar a língua da especialidade x ou y. A socialização pode ser vista como uma série de integrações concretas de ferramentas/conceitos/artefatos/mediações nas relações pessoais organizadas dentro de atividades (ver, por exemplo, BERKENKOTTER; HUCKIN; ACKERMAN, 1991; BLAKESLEE, 2001; PRIOR, 1991). Questões afetivas de confiança, de mestre/aprendiz e relações pessoais na adoção de perspectivas disciplinares podem receber uma interpretação concreta de como o neófito (iniciado, patrocinado, tutelado e dirigido pelo mestre) é capaz de se projetar no campo discursivo e ganhar as recompensas da participação. O grau e a maneira com que uma pessoa tenta "vestir" um sistema discursivo são questões dos ambientes discursivos em que ela se encontra, das apostas e esperanças investidas nas oportunidades discursivas disponíveis no ambiente e das recompensas que começam a ser percebidas e recebidas através da participação. Essa visão participativa relocaliza as questões de recrutamento e socialização tanto nos neófitos, que

buscam suas próprias metas complexas, quanto na velha guarda procurando novas tropas para levar a cabo velhas campanhas.

Um dos propósitos do desenvolvimento de explicações para o trabalho disciplinar é fornecer conselhos para neófitos e seus mentores, ao lhes dar ferramentas para caracterizar suas experiências, para tornar visíveis sua situação e recursos e para enquadrar escolhas para ação. Isso faz parte da capacitação dos praticantes de um campo para desenvolver seus projetos e prover um acesso mais amplo à participação nesses projetos. Tais metas são, pelo menos, iguais à agenda crítica que está atrás de muitos dos estudos sociais recentes. Até essa agenda crítica pode ser vista num enquadre participativo, como, por exemplo, fornecendo ferramentas para que não especialistas possam participar de decisões relevantes, definindo os limites de autoridade que nós, em nossas atividades políticas, culturais e sociais mais amplas, gostaríamos de conceder àqueles engajados em práticas de conhecimento especializado.

Nossa recente e mais elevada consciência da construção social do conhecimento deve nos sensibilizar não somente para a multiplicidade de práticas representacionais potenciais, mas também para o fato de que cada prática representacional traz dinâmicas sociais encaixadas e consequências para a maneira como vivemos. Assim, nossa própria escolha sobre quais teorias e agendas de pesquisa seguir é em si um problema moral, tendo em vista que temos responsabilidade com o tipo de ferramentas para a reflexão social que construímos. Mapas de trabalho co-

operativo, o labor intelectual útil, o desenvolvimento cognitivo através de participação disciplinar e o uso preciso de ferramentas comunicativas localmente relevantes — mapas que ajudam a exibir ordens úteis no mundo e que apoiarão nossas atividades desejadas — são, talvez, neste momento da história, pelo menos tão necessários quanto mapas que ilustram os caminhos ao poder e à dominação, e mapas que mostram os caminhos de fuga para aqueles que têm sentido o peso de instituições poderosas.

Estamos num momento extraordinário da história humana quando reexaminamos nossos arranjos sociais e institucionais para livrá-los das hierarquias de coerção simbólica e material que têm privilegiado poucos e marginalizado e explorado muitos. Além do mais, aqueles privilegiados têm sofrido daquela visão estreita necessária para afirmar e manter seu poder e autoridade. Nossa reforma atual das práticas da vida cotidiana pode ser vista como igual ao projeto — e talvez até a sua continuação local — de remover a ordem política das tradicionais hierarquias, autoridades e crenças coercivas — um projeto que ganhou força na tradição europeia durante os séculos XVII e XVIII. As realizações da democracia moderna foram construídas sobre algo mais do que as críticas do antigo regime, foram construídas em cima das novas investigações das bases e dos mecanismos da ordem social e dos meios de produção de um conhecimento público confiante, através do qual o bem-estar público poderia avançar. Essas investigações resultaram em novos tipos de instituições políticas, econômicas e intelectuais. Mesmo que hoje não estejamos satisfeitos com aspectos dessas

instituições iluministas, isso não nos livra da responsabilidade de trabalhar em prol de um futuro que gostaríamos de ter. O desmantelamento das dominações que achamos intoleráveis nos coloca na situação de termos que achar alguma outra ordem que possamos tolerar e em que talvez possamos confiar. Para isso, é necessário considerarmos a organização social discursiva pela qual nosso conhecimento é produzido e realizado, dentro dos vários domínios da vida.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, A. *The history of british journalism*. London: Haskell House, 1968. 2 v.

ATKINSON, Dwight. *Scientific discourse in socio-historical context*. Mahwah, NJ: Erlbaum, 1999.

ATKINSON, Dwight. *A historical discourse analysis of scientific writing*. Ph.D. Dissertation. Los Angeles: University of Southern California, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. *Speech genres & other late essays*. Austin: University of Texas Press, 1986.

BAKHTIN, Mikhail. *The dialogic imagination*. Austin: University of Texas Press, 1981.

BAUMAN, Richard. Contextualization, tradition, and the dialogue of genres. *In*: DURANTI, Alessandro; GOODWIN, Charles (ed.). *Rethinking context*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

BAUMAN, Richard. *Story, performance, and event*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

BAZERMAN, Charles. Singular utterances: realizing local activities through typified forms in typified circumstances. *In*: TROSBERG, Anna (ed.). *Analyzing the discourses of orofessional genres.* Amsterdam: Benjamins, 2000a.

BAZERMAN, Charles. A rhetoric for literate society: the tension between expanding practices and restricted theories. Inventing a discipline, rhetoric and composition in action. *In*: GOGGIN, M. (ed.). *Inventing a discipline*. Urbana, IL: NCTE, 2000b.

BAZERMAN, Charles. *The languages of Edison's light.* Cambridge: MIT Press, 1999.

BAZERMAN, Charles. Discursively structured activities. *Mind, Culture and Activity* 4(4):296-308, 1997a.

BAZERMAN, Charles. The life of genre, the life in the classroom. *In*: BISHOP, W.; OSTROM, H. (ed.). *Genre and the teaching of writing.* Portsmouth, NH: Boynton Cook, 1997b.

BAZERMAN, Charles. Systems of genre and the enactment of social intentions. *In*: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (ed.). *Genre and the new rhetoric.* London: Taylor & Francis, 1995.

BAZERMAN, Charles. *Constructing experience*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1994a.

BAZERMAN, Charles. Money talks: the rhetorical project of Adam Smith's wealth of nations. *In*: HENDERSON, W. *et al.* (ed.). *Economics and language*. New York: Routledge, 1994b.

BAZERMAN, Charles. Whose moment? The kairotics of intersubjectivity. *In*: BAZERMAN, Charles. *Constructing experience*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1994c.

BAZERMAN, Charles. How natural philosophers can cooperate. *In*: BAZERMAN, Charles; PARADIS, James (ed.). *Textual dynamics of the professions*. Madison: University of Wisconsin Press, 1991.

BAZERMAN, Charles. *Shaping written knowledge:* The genre and activity of the experimental article in science. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

BAZERMAN, Charles; PARADIS, James (ed.) *Textual dynamics of the professions*. Madison: University of Wisconsin Press, 1991.

BAZERMAN, Charles; RUSSELL, David R. The rhetorical tradition and specialized discourses. *Landmark essays in writing across the curriculum*. Davis, CA: Hermagoras, 1994.

BEEBE, Thomas O. *The ideology of genre:* a comparative study of generic instability. University Park, PA: State University Press, 1994.

BEN-AMOS, Dan (ed.). *Folklore genres*. Austin: University of Texas Press, 1976.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *The social construction of reality*. New York, Doubleday, 1966.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *The social construction of reality*. London: Allen Lane, 1967.

BERGMANN, Joerg R. *Discreet indiscretions*: the social organization of gossip. New York: Aldine de Gruyter, 1993.

BERGMANN, Joerg R.; LUCKMANN, Thomas. Reconstructive genres of everyday communication. *In*: QUASTHOFF, Uta (ed.). *Aspects of oral communication*. Breling: DeGruyter, 1994.

BERKENKOTTER, Carol; HUCKIN, Tom. *Genre knowledge in disciplinary communication*: cognition/culture/power. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1995.

BERKENKOTTER, Carol; HUCKIN, Tom; ACKERMAN, John. Social context and socially constructed texts. *In*: BAZERMAN, C.; PARADIS, J. (ed.). *Textual dynamics of the professions.* Madison: University of Wisconsin Press, 1991.

BERKENKOTTER, Carol; RAVOTAS, Doris. Genre as tool in the transmission of practice over time and across professional boundaries. *Mind Culture and Activity* 4(4):256-274, 1997.

BHATIA, Vijay. *Analysing genre*: language use in professional settings. London: Longman, 1993.

BIAGIOLI, Mario. *Galileo, courtier*: the practice of science in the culture of absolutism. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

BIBER, Douglas. *Variation across speech and writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

BILLIG, Michael. *Ideological dilemmas:* a social psychology of everyday thinking. London: Sage, 1988.

BIRCH, Cyril (ed.). *Studies in chinese literary genres.* Berkeley: University of California Press, 1974.

BLACK, Edwin. *Rhetorical criticism*: a study in method. New York: Macmillan, 1965.

BLAKESLEE, Ann. *Interacting with audiences*: social influences on the production of scientific writing. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2001.

BLAKESLEE, Ann. Activity, context, interaction, and authority: learning to write scientific papers in situ. *Journal of Business and Technical Communication,* 11:125-169, 1997.

BLAKESLEE, Ann. The rhetorical construction of novelty: presenting claims in a letters forum. *Science, Technology and Human Values,* 19:88-100, 1994.

BLAKESLEE, Ann. Inventing scientific discourse. Ph.D. Dissertation. Philadelphia: Carnegie Mellon University, 1992.

BODEN, D.; ZIMMERMAN, Dan (ed.) *Talk and social structure.* Berkeley: University of California Press, 1991.

BONCHEK, M. *From broadcast to netcast*: the Internet and the flow of political information. Ph.D. Dissertation. Cambridge: Harvard University, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *The field of cultural oroduction.* New York: Columbia University Press, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *Language & symbolic power.* Cambridge: Harvard University Press, 1991a.

BOURDIEU, Pierre. *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Harvard University Press, 1991b.

BOURNE, H. R. F. *English Newspapers:* chapters in the history of journalism. London: Chatto & Windus, 1887. 2 vols.

BOYARIN, Jonathon. Voices around the text: the ethnography of reading at Mesivta Tifereth Jerusalem. *Critical Inquiry,* 19:693-725, 1989.

BRIGGS, Charles L.; BAUMAN, Richard. Genre, intertextuality and social power. *Journal of Linguistic Anthropology,* 2:131-172, 1992.

CALLON, Michel; LAW, John; RIP, Aril (ed.). *Mapping the dynamics of science and technology.* London: Macmillan, 1986.

CAMARGO, M. *Ars dictaminis, ars dictando*. Typologie des sources du moyen age occidental. fasc. 60. Turnhout, Belgium: Brepols, 1991.

CAMPBELL, Karlyn Kohrs; JAMIESON, Kathleen Hall. *Deeds done in words:* presidential rhetoric and the genres of governance. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

CAMPBELL, Karlyn Kohrs; JAMIESON, Kathleen Hall (ed.) *Form and genre*: shaping rhetorical action. Falls Church, VA: Speech Communication Association, 1981.

CHEYNEY, E. P. (trad.). Magna Carta. *University of Pennsylvania Translations and Reprints*. v. 1. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1897.

CLANCHY, J. M. T. *From memory to written record*: England 1066-1307. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

CLIFFORD, James; MARCUS, George (ed.). *Writing culture*: the poetics and politics of ethnography. Berkeley: University of California Press, 1986.

COHEN, Ralph. Do postmodern genres exist? *Genre,* 20:241-257, 1987.

COHEN, Ralph. History and genre. *New Literary History,* 17: 203-218, 1986.

COLIE, Rosalie. *The resources of kind*: genre-theory in the renaissance. Berkeley: University of California Press, 1973.

COLLINS, H. *Changing order*: replication and induction in scientific practice. Beverly Hills, CA: Sage, 1985.

CONSTABLE, G. *Letters and letter collections*. Tipologie des sources du moyen age occidental. fasc. 17. Turnhout, Belgium: Brepols, 1976.

COPE, Bill; KALANTZIS, Mary. *The powers of literacy:* a genre approach to teaching writing. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1993.

CRANE, D. *Invisible colleges*. Chicago: University of Chicago Press, 1972.

DANET, B. N. Speech, writing and performativity: an evolutionary view of the history of constitutive ritual. *In*: GUNNARSSON, B.-L.; LINELL, P.; NORBERG, B. (ed.). *The construction of professional discourse*. London: Longman, 1997.

DERRIDA, Jacques. The law of genre. *Critical Inquiry,* 7:55-81, 1980.

DEVITT, Amy. Generalizing about genre. *College Composition and Communication,* 44:573-586, 1993.

DEVITT, Amy. Intertextuality in tax accounting: Generic, referential, and functional. *In*: BAZERMAN, Charles; PARADIS, James (ed.). *Textual dynamics of the professions*. Madison: University of Wisconsin Press, 1991.

DEVITT, Amy. *Standardizing written english*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

DEWEY, John. *Experience and education*. New York: Macmillan, 1947.

DIAS, Patrick; PARÉ, Anthony; FREEDMAN, Aviva; MEDWAY, Peter (ed.) *Worlds apart*. Acting and writing in academic and workplace contexts. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 1999.

DOTY, W. G. *Letters in primitive christianity*. Philadelphia: Fortress Press, 1973.

DUBROW, Heather. *Genre.* London: Metheun, 1982.

DURANTI, Alessandro. *From grammar to politics.* Berkeley: University of California Press, 1994.

DURANTI, Alessandro. Laugo and talanoago: two speech genres in a samoan political event. *In*: BRENNEIS, Donald; MYERS, Fred (ed.). *Dangerous words*: language and politics in the Pacific. New York: NYU Press, 1984.

DURANTI, Alessandro; GOODWIN, Charles (ed.). *Rethinking context*: language as an interactive phenomenon. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

EISENSTEIN, E. *The printing revolution in early modern Europe.* Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

ENGESTRÖM, Yrjo. *Interactive expertise*: studies in distributed working intelligence. Helsinki: Department of Education, 1992.

ENGESTRÖM, Yrjo. The tensions of judging: handling cases of drunk driving under the influence of alcohol in Finland and California. *In*: ENGESTRÖM, Y.; MIDDLETON, D. (ed.). *Cognition and communication at work*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse and social change*. London: Polity Press, 1992.

FLECK, L. *Genesis and development of a scientific fact.* Chicago: University of Chicago Press, 1979.

FOWLER, Alistair. *Kinds of literature*. Oxford: Oxford University Press, 1982.

FREEDMAN, Aviva. Show and tell? The role of explicit teaching in the learning of new genres. *Research in the Teaching of English,* 27(3):222-251, 1993.

FREEDMAN, Aviva. Reconceiving genre. *Text,* 8/9:279-292, 1990.

FREEDMAN, Aviva. Anyone for tennis? *In*: REID, I. (ed.). *The place of genre in learnin*g. Geelong, Australia: Deakin University, 1987.

FREEDMAN, Aviva; ADAM, C.; SMART, Graham. Wearing suits to class: simulating genres and simulations as genre. *Written Communication,* 11:193-226, 1994.

FREEDMAN, Aviva; MEDWAY, Peter (ed.) *Genre and the new rhetoric*. London: Taylor & Francis, 1995a.

FREEDMAN, Aviva; MEDWAY, Peter. Locating genre studies: antecedents and prospects. *In*: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (ed.). *Genre and the new rhetoric*. London: Taylor & Francis, 1995b.

FREEDMAN, Aviva; MEDWAY, Peter. *Learning and teaching Genre*. Portsmouth, NH: Heinemann, 1994.

FREMANTLE, A. *The papal encyclicals in their historical context*. New York: G. P. Putnam's, 1956.

GALINDO, Rene. Amish newsletters in the budget: a genre study of written communication. *Language in Society,* 23:77-105, 1994.

GARFINKEL, Harvey. *Studies in ethnomethodology.* Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1967.

GEERTZ, Clifford. *Works and Lives:* the anthropologist as author. Stanford: Stanford University Press, 1988.

GEERTZ, Clifford. Blurred genres: the refiguration of social thought. *In*: GEERTZ, Clifford. *Local knowledge*: further essays in interpretive anthropology New York: Basic Books, 1983.

GIDDENS, Anthony. *The constitution of society.* Berkeley: University of California Press, 1984.

GILBERT, G. N.; MULKAY, M. *Opening pandora´s box.* Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

GOFFMAN, Erving. Footing. *In*: GOFFMAN, Erving. *Forms of talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.

GOFFMAN, Erving. *Frame analysis.* New York, Harper and Row, 1974.

GOLDMAN, Merle. *Modern chinese literature in the may fourth era.* Cambridge: Harvard University Press, 1977.

GOODY, Jack. *The logic of writing and the organization of society.* Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

GOULD, S. J.; LEWONTIN, R. C. The spandrels of San Marco and the panglossian paradigm: a critique of the adaptationist program. In: SMITH, J.; HOLLIDAY, R. (ed.). The evolution of adaptation by natural selection: a discussion. London: The Royal Society of London, 1979. *Proceedings* [...] B205: 581-98, London: 1979.

GRAHAM, W. *The beginnings of english literary periodicals*. New York: Octagon, 1972.

GROSECLOSE, E. *Money and man*: a survey of monetary experience. Norman: University of Oklahoma Press, 1976.

GUENTHNER, Susanne; KNOBLAUCH, Hubert. *The analysis of communicative genres*. Linking detailed sequential analyses of verbal activities with cultural speaking practices and communicative norms, 1994. (manuscrito inédito)

GUMPERZ, John. The linguistic and cultural relativity of conversational inference. *In*: GUMPERZ, J.; LEVINSON, S. (ed.). *Rethinking relativism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

GUMPERZ, John. Contextualization and understanding. *In*: DURANTI, A.; GOODWIN, C. (ed.). *Rethinking context*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

HABERMAS, J. *The structural transformation of the public sphere:* an inquiry into a category of bourgeois society. Cambridge: MIT, 1989.

HAKLUYT, R. *The principle navigations, voyages, traffiques & discoveries of the english nation.* v. 5. London: Dent, 1907.

HALL, M. B. Henry Oldenburg and the art of scientific communication. *British Journal for the History of Science,* 2:277-290, 1965.

HALLIDAY, Michael A. K. *Spoken and written english*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALLIDAY, Michael A. K. *Language as a social semiotic.* London: Edward Arnold, 1982.

HALLIDAY, Michael A. K.; MARTIN, James. *Writing science*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1994.

HANKS, William F. *Referential practice*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

HANKS, William F. Discourse genres in a theory of praxis. *American Ethnologist,* 14:668-692, 1987.

HASAN, Ruqaiya. The structure of text. *In*: HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. (ed.). *Language, context, and text*. Geelong: Deakin University Press, 1985.

HERITAGE, John. *Garfinkel and ethnomethodology.* Cambridge: Polity, 1984.

HERNADI, Paul. *Beyond genre*. Ithaca: Cornell University Press, 1972.

HICKCOX, J. *History of the bills of credit or paper money issued by New York, from 1709 to 1789.* New York: Burt Franklin, 1969.

HUNTER, J. P. *Before novels*. New York: Norton, 1990.

JAMESON, Fredric. *The political unconscious:* narrative as socially symbolic act. Ithaca: Cornell University Press, 1981.

JAMIESON, K. H. *The media and politics*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1996.

JAMIESON, K. H. *Presidential debates*: the challenge of creating an informed electorate. New York: Oxford Press, 1988.

JOURNET, Debra. Interdisciplinary discourse and 'boundary rhetoric': the case of S. E. Jelliffe. *Written Communication,* 10:510-541, 1993.

JUSTICE, S. *Writing and rebellion*: England in 1381. Berkeley: University of California Press, 1994.

KIM, C. H. *The form and strucutre of the familiar greek letter of introduction*. Missoula, Montana: University of Montana Press, 1972.

KRESS, Gunther. Genre as social process. *In*: COPE, B.; KALANTZIS, M. (ed.). *The powers of literacy:* a genre approach to teaching writing. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1993.

KRESS, Gunther; THREADGOLD, Terry. Towards a social theory of genre. *Southern Review,* 21:215-243, 1988.

LAKATOS, J. *The methodology of scientific research programs.* Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

LANE, F. C.; MUELLER, R. C. *Money and banking in Medieval and Renaissance Venice.* v. 1. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1985.

LATOUR, Bruno. *Science in action:* how to follow scientists and engineers through society. Cambridge: Harvard University Press, 1987.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *Laboratory Life*: the social construction of scientific facts. Beverly Hills, CA: Sage, 1979.

LEWALSKI, Bárbara (ed.). *Renaissance genres:* essays on theory, history, and interpretation. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

LOCKE, D. *Science as writing*. New Haven: Yale University Press, 1992.

LUCAS, Stephen. Genre criticism and historical context: the case of George Washington's first inaugural address. *Southern Speech Communication Journal,* 51, 1986.

LUCKMANN, Thomas. On the communicative adjustment of perspectives, dialogue and communicative genres. *In*: WOLD, Astri Heen (ed.). *The dialogical alternative*. Oslo: Scandinavian University Press, 1992.

LUHMANN, Niklas. *Social systems.* Stanford: Stanford University Press, 1995.

LUHMANN, Niklas. *Ecological communication*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

LUHMANN, Niklas. *The differentiation of society*. New York: Columbia University Press, 1983.

MALHERBE, A. J. *Ancient epistolary theorists*. Atlanta: Scholar's Press, 1988.

MARTIN, James R. *English text*: system and structure. Philadelphia: John Benjamins, 1992.

MCCARTHY, Lucille. Revising psychiatry's charter document: DSM-IV. *Written Communication,* 11:147-192, 1994.

MCCARTHY, Lucille. A psychiatrist using DSM III: the influence of a charter document in psychiatry. *In*: BAZERMAN, C.; PARADIS, J. (ed.). *Textual dynamics of the professions*. Madison: University of Wisconsin Press, 1991.

MCCLOSKEY, D. *The rhetoric of economics.* Madison: University of Wisconsin Press, 1986.

MCKEON, M. *Origins of the english novel.* Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987.

MEAD, George Herbert. *Mind, self & society*. Chicago: University of Chicago Press, 1934.

MEDWAY, P. Fuzzy genres and community identities: the case of architecture students' sketchbooks. *In*: COE, R.; LINGARD, L.; TESLENKO, T. (ed.). *The rhetoric & ideology of genre*. Cresskill, NJ: Hampton Press, 2002.

MERTON, Robert K. *The sociology of science*. Chicago: University of Chicago Press, 1973.

MERTON, Robert K. *Social theory and social structure*. New York: Free Press, 1968.

MILLER, Carolyn. Genre as social action. *Quarterly Journal of Speech,* 70:151-167, 1984.

MILLER, Carolyn R.; SELZER, Jack. Special topics of argument in engineering reports. *In*: ODELL, N. L.; GOSWAMI, D. (ed.). *Writing in nonacademic settings.* New York: Guilford Press, 1985.

MULLINS, N.; HARGENS, L.; HECHT, P.; KICK, E. The group structure of cocitation clusters: a comparative study. *American Sociologial Review,* 42:552-562, 1977.

MURPHY, J. J. *Rhetoric in the Middle Ages*. Berkeley: University of California Press, 1974.

MURPHY, J. J. *Three Medieval rhetorical arts*. Berkeley: University of California Press, 1971.

MYERS, Greg. Stories and styles in two molecular biology articles. *In*: BAZERMAN, C.; PARADIS, J. (ed.). *Textual dynamics of the professions*. Madison: University of Wisconsin Press, 1991a.

MYERS, Greg. *Writing biology.* Madison: University of Wisconsin Press, 1991b.

MYERS, Greg. The rhetoric of irony in academic writing. *Written Communication,* 7(4):419-455, 1990.

MYERS, Greg. The pragmatics of politeness in scientific texts. *Applied Linguistics,* 10(1):1-35, 1989.

OLDENBURG, Henry. *Correspondence*. Ed. M. B Hall & R. Hall. v. 1-9. Madison: University of Wisconsin Press, 1965-1973. v. 10-11: Chicago: Mansell, 1975-1977. v. 12-13: London: Taylor & Francis, 1986. 1965-1986.

PARE, Anthony; SMART, Graham. Observing genres in action: towards a research methodology. *In*: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (ed.). *Genre and the new rhetoric.* London, Taylor & Francis, 1994.

PERELMAN, L. The Medieval art of letter writing: rhetoric as institutional expression. *In*: BAZERMAN, C.; PARADIS, J. (ed.). *Textual dynamics of the professions*. Madison: University of Wisconsin Press, 1991.

PHILLIPS, H. *Historical sketches of the paper currency of the american colonies*. New York: Burt Franklin, 1969. 2 v.

PICKERING, Andrew. *The mangle of practice*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

PRELLI, L.J. *A rhetoric of science:* inventing scientific discourse. Columbia, SC: University of South Carolina Press, 1989.

PRIESTLEY, J. *The history and present state of electricity.* London, 1767.

PRIOR, Paul. Contextualizing writing and response in a graduate seminar. *Written Communication,* 8:267-310, 1991.

PRIOR, Paul. *Writing/disciplinarity*: a sociohistoric account of literate activity in the academy. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 1998.

RAVOTAS, Doris; BERKENKOTTER, Carol. Voices in the text: varieties of reported speech in psychotherapists initial assessments. *Text,* 18 (2):211-239, 1998.

RAYMOND, J. *The invention of the newspaper*: english newsbooks, 1641-1649. Oxford: Clarendon Press, 1996.

RESTORED U.S. Patents, v. 1. New Haven: Research Publications, 1790-1803.

RICHARDSON, Paul. Language as personal resource and as social construct: competing views of literacy pedagogy in Australia. *In*: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (ed.). *Learning and teaching genre.* Portsmouth, NH: Boynton/Cook, 1994.

ROSE, Mike. *Authors and owners.* Cambridge: Harvard University Press, 1993.

RUSSELL, David R. Activity Theory and its implications for writing instruction. *In*: PETRAGLIA, J. (ed.). *Reconceiving writing, rethinking writing instruction.* Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1995.

RUSSELL, David R. Rethinking genre in school and society: an activity theory analysis. *Written Communication,* 14:504-554, 1997a.

RUSSELL, David R. Writing and genre in higher education and workplaces. *Mind, Culture and Activity,* 4(4):224-237, 1997b.

SACKS, Harvey. *Lectures on conversation*. Oxford: Blackwell, 1995.

SCHEGLOFF, Emanuel. *Turn organization*: one intersection of grammar and interaction, 1994. (manuscrito inédito)

SCHMANDT-BESSERAT, D. The origins of writing. *Written Communication,* 3:31-45, 1986.

SCHRYER, Catherine. Records as genre. *Written Communication,* 10:200-234, 1993.

SCHUDSON, M. *The Good Citizen.* New York: Free Press, 1998.

SCHUDSON, M. *The power of news*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

SCHUTZ, Alfred. *The problem of social reality*. The Netherlands: Martinus Nijhoff, 1967.

SCHUTZ, Alfred; LUCKMANN, Thomas. *The structures of the life-world*. Evanston: Northwestern University Press, 1973.

SEARLE, John. *Speech acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SEIB, G. Cyberpoliticking: presidentidal races are being changed by latest technology. *Wall Street Journal*, August 4, p. A1, 1995.

SELZER, Jack (ed.). *Understanding scientific prose*. Madison: University of Madison Press, 1993.

SHAPIN, S. *The social history of truth.* Chicago: University of Chicago Press, 1994.

SIMONS, Herbert; AGHAZARIAN, Aram (ed.). *Form, genre, and the study of political discourse*. Columbia: University of South Carolina Press, 1986.

SINGER, G. F. *The epistolary novel*. New York: Russell & Russell, 1963.

SMART, Graham. Genre as community invention. *In*: SPILKA, R. (ed.). *Writing in the workplace*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1993.

SMITH, Adam. *The theory of moral sentiments*. Oxford: Clarendon Press (D. D. Raphael & AL. Macfie, ed.), 1986.

SMITH, Adam. *Lectures on rhetoric and belles lettres*. Oxford: Clarendon Press (J. C. Bryce, ed.), 1983.

SMITH, Adam. *Essays on philosophical subjects*. Oxford: Clarendon Press, 1980 [1795].

SMITH, Adam. *Lectures on jurisprudence*. Oxford: Clarendon Press (R. L. Meek, D. D. Raphael & F. G. Stein, ed.), 1978.

SMITH, Adam. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations.* Oxford: Clarendon Press (R. H. Campbell & A. S. Skinner, eds.), 1976.

SOMMERVILLE, C. J. *The news revolution in england*. New York: Oxford University Press, 1996.

STIREWALT, M. L. *Studies in ancient greek epistolography.* Atlanta: Scholar's Press, 1993.

STOWERS, S. K. *Letter writing in greco-roman antiquity.* Philadelphia: The Westminster Press, 1986.

STRATMAN, J. Investigating persuasive processes in legal discourse in real time. *Discourse Processes,* 17:1-57, 1994.

STRELKA, Joseph P. *Theories of literary genre*. University Park: Pennsylvania State University Press, 1978.

SWALES, John. Genre and engagement. *Revue Belge de Philologie et d'Histoire,* 71:687-698, 1993.

SWALES, John. *Genre analysis*: english in academic and research settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

THOMAS, William I. *The child in America.* New York: Knopf, 1928.

THOMAS, William I. *The unadjusted girl.* Boston: Little Brown, 1923.

TODOROV, Tzvetan. *Genres in discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TRAWEEK, S. *Beamtimes and lifetimes*. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

VAN NOSTRAND, A. D. *Fundable knowledge:* the marketing of defense technology. Mahwah, NJ: Erlbaum, 1997.

VAN NOSTRAND, A. D. A genre map of R&D knowledge production for the US Department of Defense. *In*: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (ed.). *Genre and the new rhetoric*. London: Taylor & Francis, 1994.

VARNUM, R. *Fencing with words:* a history of writing instruction at Amherst College during the era of Theodore Baird, 1938-1966. Urbana, IL: NCTE, 1996.

VYGOTSKY, Lev. *Thought and language*. Cambridge: MIT Press, 1986.

VYGOTSKY, Lev. *Mind in society*. Cambridge: Harvard University Press, 1978.

WACHHORST, W. *Thomas Alva Edison:* an american myth. Cambridge: MIT Press, 1984.

WATSON, J. D.; CRICK, F. H. C. A structure for dioxyribose nucleic acid. *Nature,* 737-738, 1953.

WHITE, J. L. *Light from ancient letters*. Philadelphia: Fortress Press, 1986.

WHITE, J. L. (ed.) *Studies in ancient letter writing.* Semeia 22. Chico, CA: Scholars Press, 1982.

WHITE, J. L. *The form and strucutre of the official petition*: a study in greek epistolography. Missoula: University of Montana Press, 1972.

WINSOR, D. *Writing like an engineer*: a rhetorical education. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 1996.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical investigations*. New York: Macmillan, 1953.

YATES, Joanne. *Control through communication*: the rise of system in american management. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.

YATES, Joanne; ORLIKOWSKI, Wanda. Genres of organizational communication: a structurational approach. *Academy of Management Review,* 17:299-326, 1992.

ZUNZ, O. *Making America Corporate, 1870-1920.* Chicago: University of Chicago Press, 1990.

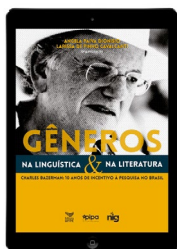
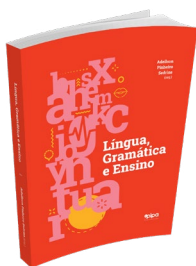
Charles Bazerman

É *Distinguished Professor* na Faculdade de Educação da Universidade da Califórnia, em Santa Barbara nos Estados Unidos. Tem interesse pela prática e pelo ensino da escrita, entendida em um contexto sócio-histórico. Usando teorias de gênero, sistema de atividade, interação, intertextualidade e desenvolvimento cognitivo de base social, investiga a história da escrita científica, outras formas de escrita usadas no avanço de projetos tecnológicos e a relação da escrita com o desenvolvimento de disciplinas do conhecimento. Atua em prol da compreensão da importância da escrita em todos os domínios da vida moderna.

Somos uma produtora e editora especializada em edição de livros, treinamentos e desenvolvimento de projetos inovadores em comunicação e design aplicados à educação.

Acreditamos que produção e difusão de conhecimento podem mudar o mundo, por isso em 2012 criamos um selo editorial. Passamos a assinar a edição de livros impressos e eletrônicos, além dos trabalhos de criação de projetos gráficos e diagramação desenvolvidos desde 2006.

Criar experiências de leitura agradáveis e acessíveis para todos é a nossa missão. Para isso investimos em design e múltiplos formatos de leitura. Confiamos no poder da autoria e que todos somos autores em potencial, desta forma estimulamos a publicação do primeiro livro para dar voz e impulsionar o voo dos novos autores.

Acesse nossa Livraria e conheça outras obras: https://www.livrariadapipa.com.br

SÉRIE
CHARLES
BAZERMAN

(...) a obra de Bazerman, ao longo destes quinze anos, consolidou, no Brasil, uma abordagem dedicada ao estudo de gêneros que aqui é apresentada de forma integral e amplamente acessível aos leitores. Nossa gratidão, portanto, ao autor e a todos aqueles que, debatendo e discutindo a obra de Charles Bazerman ao longo desses anos, contribuíram para (fazer avançar) a pesquisa de gêneros no Brasil.

— Os Organizadores